



UFC

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA, URBANISMO + DESIGN

LÉSLIE TAMBORIL CORDEIRO

IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO TURÍSTICA NO LITORAL DE TRAIRI/CE.

FORTALEZA

2026

LÉSLIE TAMBORIL CORDEIRO

IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO TURÍSTICA NO LITORAL DE TRAIRI/CE.

Projeto de pesquisa submetido à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D), da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre (M.Sc.) em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico.

Orientador: Prof. Dr. José Almir Farias Filho.

FORTALEZA

2026

Danos Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C819i Cordeiro, Léslie Tamboril
Impactos da urbanização turística no litoral de Trairi/CE / Léslie Tamboril
Cordeiro – 2026.

144 f. : il. Color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de
Arquitetura, Urbanismo e Design, Fortaleza 2026.
Orientação: Prof. Dr. José Almir Farias Filho

1. Urbanização turística. 2. Paisagem litorânea. 3. Políticas públicas locais. 4.
Trairi/CE. I. Título.

CDD 720

LÉSLIE TAMBORIL CORDEIRO

IMPACTOS DA URBANIZAÇÃO TURÍSTICA NO LITORAL DE TRAIRI/CE.

Projeto de pesquisa submetido à Banca de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D), da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre (M.Sc.) em Arquitetura, Urbanismo e Design. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico.

Orientador: Prof. Dr. José Almir Farias Filho.

Aprovada em: 23/01/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Almir Farias Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (PPGAUD/UFC)

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Paiva (membro interno)
Universidade Federal do Ceará (PPGAUD/UFC)

Prof. Dr. Alexandre Queiroz Pereira (membro externo)
Universidade Federal do Ceará (PPGGEOGRAFIA/UFC)

Às mulheres e professoras da minha vida: Neide Tamboril, Maria Ivonete Tamboril e Piethy Barbosa, que me cercam de amor, apoio, inspirações e aprendizados.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Maria, Nossa Senhora, por toda fé que me mantém esperançosa nos caminhos a trilhar, me guiando e protegendo.

A Universidade Federal do Ceará – UFC pela excelência no ensino público e ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design – PPGAUD por me oportunizar uma nova experiência na academia e na pesquisa científica, além de todos os ensinamentos do corpo docente, em especial à Prof. Dra. Clarissa Freitas pela disponibilidade e aprendizados no começo dessa aventura que é ser pesquisadora.

Ao Prof. Dr. Almir Farias, exemplar orientador, que se fez presente desde meu primeiro respiro no departamento, guiando meu caminho e auxiliando sempre de forma prestativa, empática e paciente minhas incertezas e medos. Não há palavras para mensurar toda motivação que me proporcionou. Tens toda minha gratidão e admiração por seu trabalho e comprometimento nessa pesquisa.

Aos professores participantes da banca examinadora, Prof. Dr. Ricardo Paiva e Prof. Dr. Alexandre Queiroz por aceitarem fazer parte dessa trajetória desde a banca de qualificação, pelo tempo dedicado à leitura, contribuindo substancialmente nesse estudo com suas relevantes experiências sobre o tema abordado e as valiosas colaborações e sugestões para o aperfeiçoamento dessa pesquisa.

Aos amigos e amigas da turma 2023.2 do mestrado PPGAUD pelos bons momentos compartilhados, as risadas, incentivos e apoio recebidos. Em especial, agradeço a Larissa Mesquita, Stelme Girão, Sara Fonteles e Ciro Férrer por sempre estarem por perto e dispostos a ouvir e ajudar com o que for necessário.

Aos amigos e amigas fora da turma, mas que compartilharam disciplinas optativas, em especial à Naggila Frota que me acompanhou também no estágio docência, obrigada pela companhia paciente e ensinamentos. À Mariana Quezado e Clarissa Salomoni, por todas as conversas e desabafos. À Crisiellen Rodrigues, por todo conhecimento compartilhado e à Beatriz Lemos pelas experiências vividas.

À minha irmã de orientação, Ana Clara Benjamim, pela conexão imediata nessa trajetória. Por toda troca de conhecimentos, alegrias, angústias, motivações e conselhos.

Ao departamento de geografia da UFC, que me acolheram para a realização de disciplina optativa relacionada ao tema estudado, trazendo reflexões sobre os espaços litorâneos e em parceria com o LAPUR – Laboratório de Planejamento Urbano e Regional onde tive a oportunidade de compartilhar experiências entre estudos semelhantes.

Aos amigos e amigas que partilham dos estudos litorâneos, em especial à Vitória de Souza e Larissa Amorim do PROPGeo-UECE e à Douglas Ribeiro e Talisson Reis do PPGGeo-UFC.

Ao professor e amigo José Marques por toda dedicação para comigo nesse processo, por me acolher em sua casa em Fortaleza durante o curso das disciplinas presenciais e sempre que necessário. Obrigada pela paciência, incentivo, conversas, inspirações, desabafos e risadas.

Aos amigos e amigas fora da vida acadêmica que suportam minhas ausências e sumiços e mesmo assim fazem sempre o possível para me acolher. Obrigada.

À minha mãe, Neide Tamboril, por toda dedicação e inspiração de vida, além do amor e apoio incondicional que não mede esforços para me cuidar, obrigada.

À minha tia e madrinha, Maria Ivonete Tamboril, por todo incentivo para os estudos e estímulos para a vida acadêmica, sou imensamente grata por seus ensinamentos e amor.

À toda minha família que direta ou indiretamente me ajudaram nesse percurso, sei que fizeram e fazem o possível para que eu consiga realizar meus sonhos. Em especial à Guilherme Tamboril, Piethy Barbosa, Mel Barbosa, Marcelle Clemente, Victor Costa, Manoel Tamboril e Eliomar Rodrigues que auxiliaram de forma direta na obtenção de dados, além de deixarem o processo mais leve.

À Marllon Tamboril, obrigada por toda disponibilidade e atenção comigo. Por me acompanhar desde o processo de seleção do mestrado e colaborar de forma gentil e estimulante sempre que possível.

Ao meu companheiro e amor, Maycon Leles, por caminhar comigo e fazer de tudo para que eu não desmorone. Obrigada pelo ombro para chorar e suportar todo peso que eu coloquei sobre mim, muitas vezes sem necessidade. Obrigada por incentivar e apoiar os meus sonhos, por acreditar em mim e diariamente me lembrar que sou capaz.

E aos(as) participantes voluntários(as) dessa pesquisa, por dispuseram do seu tempo e atenção, auxiliando através de entrevistas semiestruturadas, conversas formais e informais, compartilhamento de registros fotográficos. Em especial aos moradores e moradoras do litoral trairiense, pois sem vocês esse trabalho não seria possível.

A todos e todas que colaboraram de alguma forma para a realização dessa pesquisa, meus sinceros e imensos agradecimentos, eu não teria conseguido sem vocês.

RESUMO

A pesquisa investiga os impactos da urbanização turística nas praias do município de Trairi/CE, situado a 130 km a oeste de Fortaleza e integrante de sua região metropolitana, processo intensificado a partir da década de 1990. O estudo analisa as transformações da paisagem litorânea decorrentes de sua conversão às lógicas do turismo de massa e da ocupação sazonal. Esse fenômeno articula a produção do espaço à economia turística, redefinindo usos, funções e relações sociais por meio de novos empreendimentos, em uma densificação orientada ao visitante e à implantação de infraestruturas específicas. A abordagem relacional adotada considera a premissa de que a urbanização turística reconfigura a paisagem de maneira desigual. Neste sentido, a paisagem não é neutra, pois materializa disputas sociais, políticas e econômicas. Trata-se de um campo de poder, onde decisões urbanísticas definem quem pode ou não ocupar determinados espaços. A urbanização turística é, portanto, seletiva reorganizando a paisagem para atender interesses dos atores hegemônicos, frequentemente excluindo populações vulneráveis. A metodologia da pesquisa, de caráter exploratório e interdisciplinar, propõe uma investigação crítica baseada na análise documental de políticas públicas e na análise empírica, realizada por meio de observações de campo, levantamentos fotográficos e entrevistas. A coleta e representação dos dados privilegia o registro visual e cartográfico da paisagem, com o intuito de identificar os ajustes espaciais ocorridos. Os resultados da pesquisa indicam que, embora a urbanização turística tenha impulsionado o crescimento econômico local, esse processo também acarretou impactos negativos significativos sobre o patrimônio ambiental natural. Tais efeitos são agravados pela especulação imobiliária e pela ausência de um planejamento local integrado, capaz de articular desenvolvimento urbano, conservação ambiental e justiça social. Ganha destaque a crescente privatização da faixa litorânea, decorrente da mais valia turística impulsionada pela conexão entre políticas públicas, mercado imobiliário e estratégias de promoção turística, resultando no aprofundamento das assimetrias territoriais, socioambientais e jurídicas.

PALAVRAS-CHAVE:

urbanização turística. paisagem litorânea. políticas públicas locais. Trairi/CE.

ABSTRACT

This research investigates the impacts of tourist urbanization on the beaches of the municipality of Trairi/CE-Brazil, located 130 km west of Fortaleza and part of its metropolitan region, a process that intensified from the 1990s onwards. The study analyzes the transformations of the coastal landscape resulting from its conversion to the logic of mass tourism and seasonal occupation. This phenomenon links the production of space to the tourism economy, redefining uses, functions, and social relations through new developments, in a densification oriented towards visitors and the implementation of specific infrastructures. The relational approach adopted considers the premise that tourist urbanization reconfigures the landscape in an unequal way. In this sense, the landscape is not neutral, as it materializes social, political, and economic disputes. It is a field of power, where urban planning decisions define who can or cannot occupy certain spaces. Tourist urbanization is, therefore, selective, reorganizing the landscape to meet the interests of hegemonic actors, frequently excluding vulnerable populations. The research methodology, exploratory and interdisciplinary in nature, proposes a critical investigation based on the documentary analysis of public policies and empirical analysis, carried out through field observations, photographic surveys, and interviews. Data collection and representation prioritize the visual and cartographic recording of the landscape, with the aim of identifying the spatial adjustments that have occurred. The research results indicate that, although tourist urbanization has driven local economic growth, this process has also resulted in significant negative impacts on the natural environmental heritage. These effects are aggravated by real estate speculation and the absence of integrated local planning capable of articulating urban development, environmental conservation, and social justice. The increasing privatization of the coastal strip stands out, resulting from the increased tourist value driven by the connection between public policies, the real estate market, and tourism promotion strategies, leading to a deepening of territorial, socio-environmental, and legal asymmetries.

KEYWORDS:

urban tourism. coastal landscape. local public policies. Trairi (CE)/Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização do município de Trairi/CE e sua faixa litorânea	16
Figura 2 – Percurso metodológico da pesquisa	23
Figura 3 – Escalas do espaço litorâneo	31
Figura 4 – Principais categorias analíticas dos estudos sobre o turismo	40
Figura 5 – Linha do tempo de políticas públicas relacionadas ao turismo	48
Figura 6 – Região Metropolitana de Fortaleza	54
Figura 7 – Abertura de loteamentos na via estrutura CE-085	55
Figura 8 – Mapa da rota turística Costa dos Ventos	56
Figura 9 – Divisão territorial e limites do município de Trairi	58
Figura 10 – Estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Trairi-CE	60
Figura 11 – Folder de divulgação do Fórum I – Plano Diretor Participativo de Trairi	62
Figura 12 – Síntese da divisão territorial pela lei de uso e ocupação do solo	64
Figura 13 – Pontos de irradiação da urbanização do litoral trairense	69
Figura 14 – Localização da APA do Estuário do Rio Mundaú e localidade de Mundaú	72
Figura 15 – Dinâmica temporal de Mundaú nas últimas três décadas	74
Figura 16 – Fragmentos do cotidiano de Mundaú pelo olhar de moradores(as)	75
Figura 17 – Fragmentos da paisagem de Mundaú por turistas	76
Figura 18 – Localização de Emboaca	77
Figura 19 – Dinâmica temporal de Emboaca nas últimas três décadas	78
Figura 20 – Hotel Vento Vinte na localidade de Emboaca	79
Figura 21 – Fragmentos do cotidiano de Emboaca pelo olhar de moradores(as)	80
Figura 22 – Flecheiras no início da década de 1990	82
Figura 23 – Localização de Flecheiras	82
Figura 24 – Evolução urbana de Flecheiras nas últimas três décadas	83
Figura 25 – Conflitos de uso e ocupação observados em Flecheiras	85
Figura 26 – Projeto Viva Ruan, Flexeiras	86
Figura 27 – Fragmentos do cotidiano de Flecheiras pelo olhar de moradores(as)	87
Figura 28 – Fragmentos da paisagem de Flecheiras por turistas	88

Figura 29 – Localização de Guajiru	89
Figura 30 – Evolução Capela Nossa Senhora dos Navegantes em Guajiru	90
Figura 31 – Projeto Guajiru Limpo	91
Figura 32 – Fragmentos do cotidiano de Guajiru pelo olhar de moradores(as)	92
Figura 33 – Fragmentos da paisagem de Guajiru por turistas	93
Figura 34 – Localização de Canabrava	94
Figura 35 – Dinâmica de evolução da ocupação de Canabrava	95
Figura 36 – Localização de empreendimentos imobiliários turísticos próximo a Canabrava	96
Figura 37 – Fragmentos do cotidiano de Canabrava pelo olhar de moradores(as)	97
Figura 38 – Principais hospedagens no litoral de Trairi/CE	99
Figura 39 – Condomínios residenciais fechados de alto padrão em Trairi/CE	100
Figura 40 – Exemplos de impactos observados no litoral de Trairi/CE	101
Figura 41 – A paisagem antes e depois da implantação dos parques eólicos	102
Figura 42 – Fragmentos da paisagem litorânea de Trairi pelo olhar de moradores(as)	104

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1– Escopo argumentativo da pesquisa	21
Quadro 2 – Referências bibliográficas sobre o litoral de Trairi/CE	24
Quadro 3 – Síntese dos objetivos e instrumentos utilizados	28
Quadro 4 – Resumo comparativo das diferentes escalas do espaço litorâneo	34
Quadro 5 – Instrumentos de Política Urbana de Trairi/CE	63
Quadro 6 – Síntese da Lei de Uso e Ocupação do solo	65
Quadro 7 – Instrumentos de Política Ambiental de Trairi/CE	67
Quadro 8 – Instrumentos de Políticas Turística e Cultural de Trairi/CE	68
Quadro 9 – Síntese dos levantamentos nas localidades litorâneas de Trairis	105
Quadro 10 – Síntese da escala de problemas analisados nas entrevistas	112
Gráfico 1 – Evolução da população de Trairi/CE nos últimos 4 censos IBGE	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CMMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
CNUDS	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
CNT	Conselho Nacional do Turismo
CODEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
CODITUR	Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMCETUR	Empresa Cearense do Turismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMT	Organização Mundial do Turismo
PDIT	Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Ceará
PDP	Plano Diretor Participativo
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo
PNGC	Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PRT	Programa Nacional de Regionalização do Turismo
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRODETURIS do Ceará	Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SETUR	Secretaria do Turismo do Ceará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Justificativa e Relevância da Pesquisa	14
1.2 Objetivos da Pesquisa	20
1.3 Metodologia da Pesquisa	21
1.4 Estrutura da Dissertação	28
2 QUESTÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA A PESQUISA	31
2.1 O espaço litorâneo e suas diferentes escalas	31
2.2 Meio ambiente e produção do espaço litorâneo	34
2.3 Urbanização turística e desenvolvimento neoliberal	39
2.4 Leituras da paisagem	43
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E URBANIZAÇÃO DO LITORAL CEARENSE	46
3.1 Turismo litorâneo e políticas públicas no Ceará	46
3.2 Dispersão urbana metropolitana e destinos turísticos	54
3.3 Município de Trairi: território, arranjos institucionais e políticas locais	57
4. RECONFIGURAÇÕES DA PAISAGEM LITORÂNEA DE TRAIRI	69
4.1 Mundaú	71
4.2 Emboaca	76
4.3 Flecheiras	81
2.4 Guajiru	88
4.5 Canabrava	93
5 PAISAGEM E MUDANÇA: ANÁLISE DOS RESULTADOS EMPÍRICOS	98
5.1 Interpretação das evidências de campo	98
5.2 Síntese das vozes dos entrevistados	105
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	114
APÊNDICES	127

INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa e Relevância da Pesquisa

Esta pesquisa examina os impactos causados pelas transformações na paisagem litorânea resultantes da urbanização turística, um fenômeno global que impulsiona a valorização econômica e simbólica desses territórios. Patrick Mullins (1991) foi precursor no estudo desse conceito, identificando o turismo da pós-modernidade que traz um novo padrão de urbanização inserido em um processo socioespacial mais abrangente, suscitado pelo lazer e pelo consumo, contrapondo o processo de urbanização atrelado à indústria que centra no trabalho e na produção (Dantas, 2015; Paiva *et al.*, 2024).

Em linhas gerais, a expressão **urbanização turística** designa um processo de produção e transformação do espaço urbano em função das práticas, demandas e lógicas do turismo – sobretudo das formas de lazer e consumo ligadas ao turismo de massa e ao turismo residencial sazonal. Trata-se, portanto, de um nexos entre produção do lugar e economia turística (Mascarenhas, 2004), que reconfigura usos, funções, infraestrutura e relações sociais locais: novos empreendimentos de hospedagem e lazer, densificação dirigida ao público visitante, requalificações da paisagem para consumo e implantação de infraestruturas voltadas ao turismo (acessos, equipamentos, serviços).

Em razão de sua recorrência, esse fenômeno se apresenta como um relevante vetor do crescimento urbano contemporâneo, especialmente em cidades litorâneas, cujo processo de desenvolvimento se estrutura fundamentalmente a partir do consumo turístico (Mullins, 1991; Macêdo, 2021). A urbanização turística, impulsionada por investimentos privados — especialmente imobiliários e hoteleiros — e por políticas públicas que os viabilizam, tende a reconfigurar a divisão territorial do trabalho, priorizando usos comerciais e residenciais de alta rentabilidade em detrimento das necessidades e prioridades dos moradores permanentes.

No contexto brasileiro, estudos indicam que essas dinâmicas se vinculam tanto aos ciclos de expansão imobiliária quanto aos incentivos estatais direcionados à implantação e ao fortalecimento da infraestrutura turística, produzindo transformações rápidas e assimetrias regionais (Diógenes e Paiva, 2017). Essas transformações movimentam uma dinâmica local de distinção entre os moradores antigos permanentes e os visitantes, que demandam novas formas de usos e ocupações, tendendo a gerar repercussões negativas nesses espaços.

É razoável supor que tais impactos variem de acordo com as especificidades biofísicas de cada ecossistema, assim como com as condições socioeconômicas, culturais e políticas de cada território. Do mesmo modo, os diferentes atores envolvidos tendem a perceber e a enfrentar esses impactos de formas distintas, conforme suas posições, interesses e experiências no contexto analisado.

Essas são questões que esta pesquisa se propõe a refletir, partindo do pressuposto de que é necessário repensar a urbanização turística como um processo capaz de conciliar o desenvolvimento econômico e urbano com a conservação ambiental e a justiça social. Uma vez que grande parte de impactos socioambientais são causados ou intensificados por atividades humanas, investigações dessa natureza podem contribuir para a adequação do planejamento urbano e das políticas públicas a uma nova realidade.

Para justificar a motivação deste estudo, cabe registrar que o tema em questão possui especial relevância e envolvimento pessoal para a mestrandia. Cresci e criei raízes em Trairi, um município litorâneo cearense de médio porte. Tenho testemunhado sua trajetória evolutiva ao mesmo tempo em que construí a minha, guardando memórias em meio as ondas do mar e as jangadas dos pescadores atracadas nos areais das praias. Esse apego a um lugar me conduziu na formação em Arquitetura e Urbanismo, inspirada no desejo de contribuir para os estudos de sustentabilidade urbana que equilibrem bem-estar humano e ambiental.

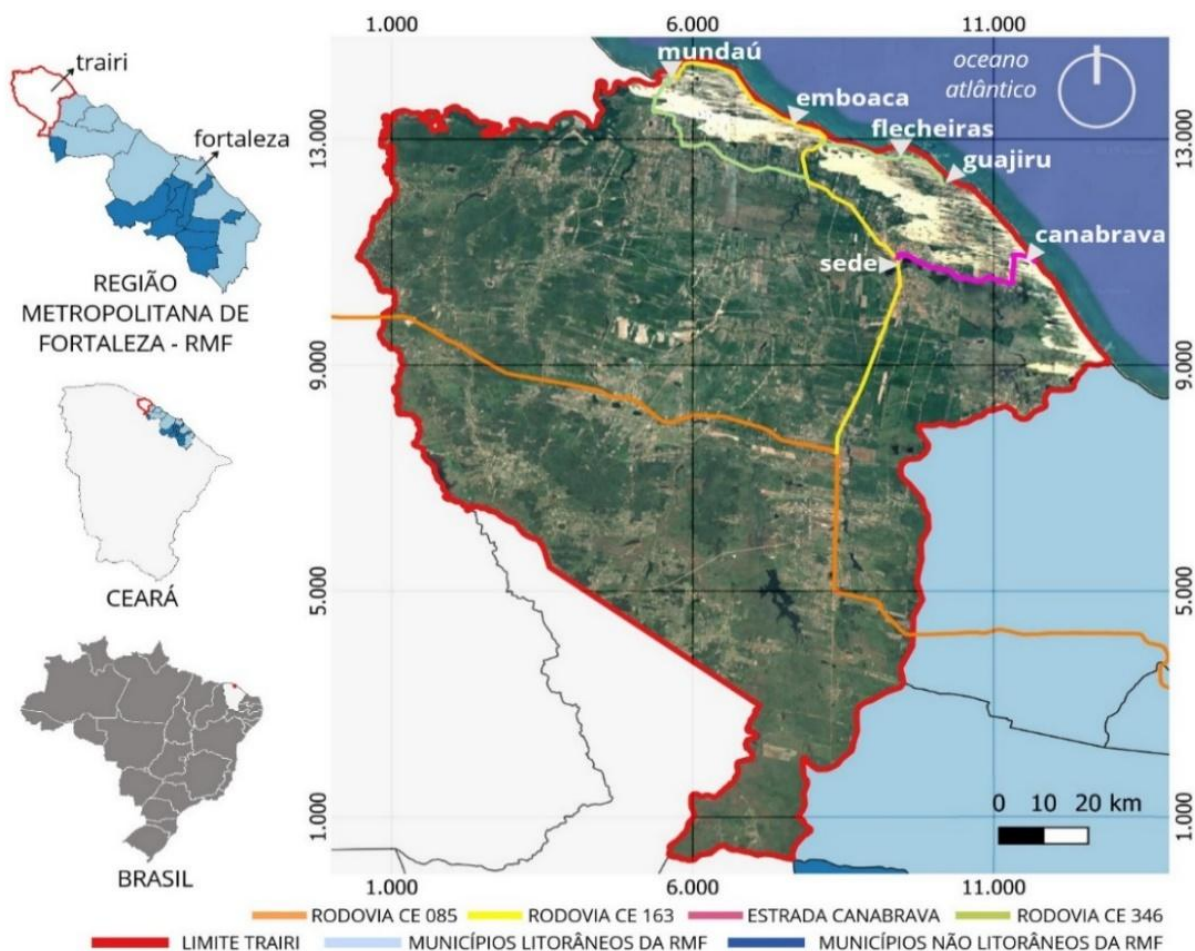
Após os anos dedicados ao curso de graduação, ao voltar a morar naquele lugar familiar e amoroso, me deparei em choque com aspectos irreconhecíveis. A sincronia das jangadas perfiladas à beira-mar foi substituída pelo burburinho das barricadas de restaurantes, enquanto os espaços de areia vazios, antes domínio do brincar e do correr, passaram a ser perigosamente disputados por buggy's, quadriciclos e velas de kitesurf. Não somente isso, pois também vieram as mudanças paisagísticas radicais.

Pouco a pouco desaparecem aquelas praias quase desertas, com suas orlas compostas por casas de moradores nativos e precários comércios locais, e as estradas ladeadas por vegetação costeira com grandes dunas brancas e vegetação natural. Essas praias agora ostentam pousadas e hotéis de luxo, muros de condomínios fechados, imensas clareiras de desmatamentos para novos loteamentos onde se sobressaem placas de vendas com promessas de sonhos de consumo de uma residência privilegiada. Tudo tão destoante daquela arquitetura vernacular característica do local que faz uso das palhas de coqueiros, da taipa de pilão, das casas com alpendre e telhados aparentes com telhas de barro e suas cercas de faxina.

Um sentimento de inquietação diante das transformações observadas nesses espaços, aliado à compreensão da relevância de investigá-las, constituiu o principal impulso para a realização deste trabalho. Tornou-se fundamental apreender os processos que estão na origem dessas mudanças, identificar suas possíveis causas e desdobramentos, e, na medida do possível, refletir sobre caminhos que possam contribuir para o seu enfrentamento.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design – PPGAUD/UFC, foi possível perceber e estruturar questionamentos que anteriormente não conseguia discernir. Assim, me vi pesquisando o protagonismo das práticas de turismo que, junto a promotores imobiliários, incorporadores e empreendedores turísticos, exercem grande influência sobre as relações políticas, econômicas, socioculturais e ambientais no processo de produção do espaço urbano. Principalmente quando se trata de paraísos litorâneos com grande oferta de terras baratas como é(era) o caso do município de Trairi/CE (ver figura 1).

Figura 1. Mapa de localização do município de Trairi/CE e sua faixa litorânea.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Concebi, então, um projeto de pesquisa com a intenção de analisar o caso dos efeitos deletérios da urbanização turística na faixa litorânea de Trairi/CE. Atualmente, este município conta 58.415 habitantes (IBGE 2022), e faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) desde 2014, sendo o último integrante no litoral à oeste da capital. Dentre os oito municípios litorâneos da RMF é o de segundo maior litoral, com aproximadamente 37km de extensão, ficando atrás apenas do município de Caucaia com 44km. A sede municipal localiza-se a aproximadamente 130km de Fortaleza, com principais acessos pelas rodovias CE-085 e CE-163.

Trairi conta em seu território cinco localidades litorâneas de rara beleza paisagística, popularmente conhecidas como praias, sendo elas: Mundaú, Emboaca, Flecheiras, Guajiru e Canabrava. Cada uma dessas praias apresenta especificidades em seu processo de urbanização turística, sendo analisadas ao longo deste trabalho. Observa-se, nessas praias, a presença de investimentos turísticos em diferentes níveis, impulsionados por políticas públicas, iniciativas privadas e um agressivo mercado imobiliário que, a partir dos anos 1990, passam a uma explorar crescentemente seus atrativos naturais – como as lagoas, manguezais, dunas e praias.

Em um contexto de transfiguração, a paisagem assume um papel central, funcionando como elemento estratégico na construção e manutenção da atratividade mercadológica vinculada a sonhos, fantasias e comportamentos característicos das práticas turísticas. Entretanto, ao ser convertida em ativo econômico, passa a ser explorada de forma intensiva e à revelia das salvaguardas previstas nas políticas públicas. Como consequência, submete-se a dinâmicas de urbanização desordenada, cujos efeitos se manifestam de maneira significativa sobre os ecossistemas costeiros e as comunidades que deles dependem, gerando impactos de ordem social, econômica, cultural e ambiental.

O que acontece em escala local (municipal) em muito se deve à influência direta e indireta dos modelos de urbanização turística adotados nas grandes cidades litorâneas metropolitanas. A configuração das metrópoles nordestinas orientadas para o litoral tem se apropriado das paisagens costeiras como elemento estratégico de valorização e gentrificação, transformando essas áreas em pontos de recepção e distribuição do fluxo turístico. Cabe lembrar que a capital Fortaleza, segundo Dantas (2015), é alvo de intensa incorporação do mar à urbanização, impulsionada pelo desejo de práticas marítimas modernas e pelo turismo litorâneo-imobiliário, que transformaram as zonas de praia em um dos lócus mais dinâmicos e relevantes da expansão urbana.

As implicações desse fenômeno extrapolam os limites do núcleo metropolitano, alcançando os municípios contíguos, na medida em que a intensa urbanização das grandes capitais estimula tanto a redistribuição populacional quanto o avanço do mercado imobiliário em suas áreas de influência. Ainda que Fortaleza exerça papel decisivo nesse processo, é importante reconhecer que cada município litorâneo apresenta dinâmicas próprias de expansão, configurando-se, assim, como parte integrante de uma engrenagem mais ampla e complexa associada ao urbanismo de caráter turístico.

À luz dos elementos apresentados, delineou-se a seguinte **questão de pesquisa**: quais são os impactos das transformações ocorridas no litoral do município de Trairi decorrentes do processo de urbanização turística? Trata-se de uma questão que possibilita múltiplas abordagens de investigação, uma vez que envolve a articulação de diferentes dimensões analíticas — espacial, ambiental, social, econômica e institucional — e demanda o diálogo entre distintos campos do conhecimento, como o urbanismo, a geografia, o planejamento territorial, os estudos do turismo e as políticas públicas. Além disso, a complexidade dos processos em curso exige metodologias diversas, capazes de integrar análises qualitativas e quantitativas, escalas temporais e territoriais distintas.

Responder à essa questão de pesquisa, também demandaria levar em consideração os múltiplos atores e interesses que incidem sobre a produção do espaço litorâneo. Em especial, os impactos que cercam os moradores tradicionais¹, a exemplo dos pescadores artesanais, cujos modos de vida, práticas produtivas e formas de relação com o território costeiro são historicamente construídos a partir do uso comum dos recursos naturais e do conhecimento tradicional do mar. Bem como os moradores permanentes que, ainda que não integrem comunidades tradicionais, estabeleceram vínculos duradouros, construíram raízes sociais e simbólicas e mantêm relações de pertencimento com o litoral do município de Trairi.

Como se pode depreender desses enunciados, a reflexão sobre os impactos resultantes de uma lógica de produção do espaço urbano litorâneo orientada pelo desenvolvimento turístico pode desdobrar-se em múltiplas entradas analíticas. Por apresentar um grau elevado de complexidade, uma investigação que ambicione contemplar todos esses aspectos, teria grande probabilidade de extrapolar os limites temporais estabelecidos para a realização de uma dissertação de mestrado. Então foi preciso fazer escolhas teórico-conceituais e metodológicas.

¹ Segundo as definições pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (2025), comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados com formas próprias de organização social que ocupam territórios e recursos naturais para própria reprodução.

A primeira escolha refere-se à adoção da categoria conceitual de **paisagem** para a análise dos impactos da urbanização turística sobre o território, pois apresenta forte consistência teórica e amplo reconhecimento de seu valor de análise, sobretudo quando se pretende apreender a complexidade dos processos de transformação espacial para além de seus aspectos estritamente físicos ou econômicos. A paisagem constitui-se como uma categoria integradora, capaz de articular dimensões materiais, simbólicas, sociais, ambientais e políticas, revelando as múltiplas camadas de sentido inscritas no território.

A paisagem permite também compreender a urbanização turística como um processo visível e sensível de produção do espaço. As transformações induzidas pelo turismo — como a implantação de resorts, condomínios fechados, infraestruturas de acesso, equipamentos de lazer e serviços — materializam-se diretamente na configuração paisagística. A leitura da paisagem torna-se, assim, uma via privilegiada para identificar rupturas morfológicas, mudanças nos padrões de ocupação, substituição de usos tradicionais e homogeneização estética, frequentemente associadas às lógicas do turismo de massa. Nesse sentido, a paisagem funciona como um “registro” concreto das dinâmicas econômicas e políticas que atuam sobre o território.

A segunda escolha refere-se à adoção da **abordagem relacional**² definida como um modo de investigação que toma os fenômenos sociais, espaciais ou institucionais não como entidades isoladas, substâncias fixas ou unidades autônomas, mas como configurações constituídas por relações, interações, interdependências e processos históricos. O foco analítico desloca-se do “objeto em si” para as relações que o produzem, o sustentam e o transformam ao longo do tempo e em diferentes escalas. Metodologicamente, adotar uma abordagem relacional significa estruturar a pesquisa de modo a identificar atores, instituições e territórios envolvidos.

No cenário do estudo de caso desta pesquisa, e sob a perspectiva da abordagem relacional, considera-se a premissa de que a urbanização turística reconfigura a paisagem de maneira desigual. A paisagem não é neutra, pois materializa disputas socioambientais, políticas e econômicas (Santos, 2023; Soja, 2001). A urbanização turística é, portanto, seletiva, na medida em que reorganiza a paisagem para atender interesses dos atores hegemônicos, frequentemente excluindo populações vulneráveis. Assim, a análise da paisagem em uma abordagem relacional nos pareceu uma boa escolha para desvendar um

² Pierre Bourdieu (1996) é uma das principais referências da perspectiva relacional. Para o autor, a realidade social é estruturada por campos de relações, nos quais os agentes ocupam posições relativas definidas pela distribuição de diferentes tipos de capital (econômico, social, cultural, simbólico).

território litorâneo orientado por uma lógica mercadológica que o transforma em mercadoria nobre (Dantas *et al.*, 2010), que legitima as dinâmicas socioespaciais na ocupação do território por novos atores.

Como borda temporal de análise, adota-se uma periodização que se inicia na década de 1990 e chega aos dias atuais. Trata-se de um período em que abarca desde as primeiras ações de políticas de desenvolvimento do turismo na região, através principalmente de projetos de infraestruturas básicas (Coriolano e Barbosa, 2016), até alcançar as ações e investimentos diversificados que aconteceram nos últimos anos.

É pertinente destacar a relevância dos discursos produzidos pela rede de atores dominantes envolvidos no processo de urbanização turística. Gestores de políticas públicas de turismo focadas no desenvolvimento “sol e praia” sustentam nos documentos oficiais a necessidade de investimentos para o desenvolvimento socioeconômico. Agentes privados ativam narrativas positivistas de marketing verde voltadas para realizações de sonhos em ambientes paradisíacos. Expectativas essas que não se concretizam, ou se se concretizam de forma incompleta e ecologicamente insustentável, uma vez que a realidade vivenciada é recheada de excessos de consumo paisagístico e falta de cobertura integrada de infraestrutura básica e preservação ambiental.

Em síntese, todos os aspectos mencionados até aqui serão discutidos ao longo desta dissertação por meio de uma investigação detalhada e contextualizada que, além de contribuir para o debate acadêmico sobre o tema, busca oferecer subsídios para pesquisas futuras sobre formas mais sustentáveis de desenvolvimento dos espaços litorâneos. Em particular, pretende-se esclarecer as características do atual modelo de desenvolvimento turístico do município de Trairi, cujo cenário atual indica a continuidade e o aprofundamento dos impactos negativos relacionados ao processo de urbanização turística. Diante desse contexto, a pesquisa se debruçará aos seguintes objetivos propostos.

1.2 Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral

Analisar criticamente os impactos das transformações da paisagem litorânea do município de Trairi/CE decorrentes do processo de urbanização turística, intensificado a partir da década de 1990 com a implementação de políticas públicas de turismo que conferiram maior visibilidade à região.

Objetivos Específicos

- I. Realizar uma revisão bibliográfica e documental acerca dos processos e das ações que contribuíram para a conformação do atual modelo de urbanização turística nas faixas litorâneas;
- II. Verificar o quadro atual de arranjo institucional das políticas públicas locais que são transversais à urbanização turística;
- III. Identificar as transformações da paisagem litorânea decorrentes de sua conversão às lógicas do turismo de massa e da ocupação sazonal.

1.3 Metodologia da Pesquisa

Segundo Serra (2006; 2009), a pesquisa científica constitui um processo social, na medida em que suas motivações estão intrinsecamente vinculadas às dinâmicas da sociedade. O autor ressalta ainda que o conhecimento produzido, particularmente no campo da Arquitetura e do Urbanismo, decorre das transformações realizadas pelo trabalho humano sobre o meio natural, orientadas à adaptação desse meio às necessidades sociais. Nesse sentido, a presente pesquisa emerge de análises e vivências concretas, nas quais a mestranda, na condição de pesquisadora, reconhece-se também como sujeito do processo investigativo, inserida na realidade empírica analisada.

Essa perspectiva epistemológica guiou a construção do percurso metodológico aqui adotado, cujo momento inicial foi a definição do escopo argumentativo da pesquisa, conforme descrito no quadro 1.

Quadro 1. Escopo argumentativo da pesquisa.

Por que analisar a urbanização turística no município de Trairi?

Por se tratar de um município de médio porte, sob influência direta da dinâmica da metrópole, que possui um litoral caracterizado pela ampla disponibilidade de terras a baixo custo. Esse contexto tem atraído investimentos turísticos impulsionados por políticas públicas, iniciativas privadas e pelo mercado imobiliário, os quais vêm promovendo a reconfiguração da paisagem litorânea. Tais iniciativas se desenvolvem de forma acelerada e pouco articulada, e tendem a produzir repercussões.

Quais categorias conceituais acionadas?

A paisagem como uma categoria integradora, capaz de articular dimensões materiais, simbólicas, sociais, ambientais e políticas, relevando as múltiplas camadas de sentido inscritas no território a fim de apreender a complexidade dos processos de transformação espacial para além de seus aspectos estritamente físicos ou econômicos.

A abordagem relacional como um modo de investigação que se desloca do “objeto em si” para as relações que o produzem, o sustentam e o transformam ao longo do tempo e em diferentes escalas, estruturando a pesquisa de modo a identificar atores, agentes, instituições e territórios envolvidos.

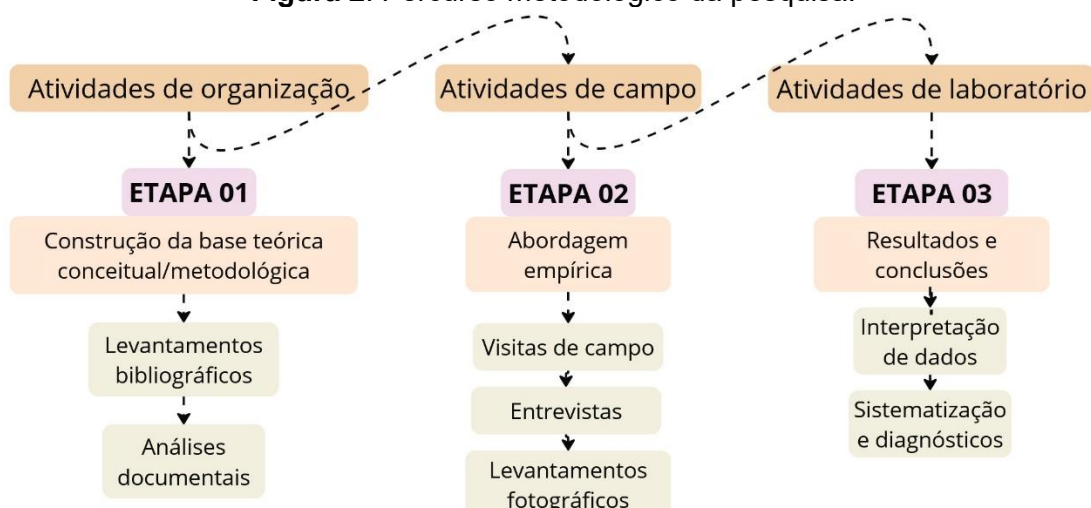
Qual a discussão argumentativa?

- Reconhecimento de que a urbanização turística precisa ser repensada como um processo capaz de articular desenvolvimento econômico e urbano à conservação ambiental e à promoção da justiça social;
- Estudos dessa natureza são necessários para orientar o planejamento urbano e a reformulação de políticas públicas, considerando que muitos dos conflitos e desastres socioambientais são provocados ou agravados por ações humanas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Essa pesquisa identifica-se como sendo em parte descritiva – porque tem como finalidade de descrever, registrar, analisar e interpretar um determinado fenômeno – e em parte explicativa – porque busca identificar relações de causa e efeito que explicam a ocorrência deste fenômeno. Além disso, é uma pesquisa de caráter interdisciplinar (Fazenda, 1994), pois busca articular conceitos e perspectivas analíticas provenientes de diferentes campos disciplinares, de modo a compreender um fenômeno complexo que não pode ser adequadamente explicado a partir de uma única área do saber. Em vista disso, concebeu-se um percurso metodológico que se estrutura em três etapas complementares (ver figura 2).

Figura 2: Percurso metodológico da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela Autora, 2025.

Etapa 01: Construção da base teórica/conceitual e metodológica

A Etapa 1 correspondeu ao momento de aproximação com as questões de pesquisa, marcado pelo contato com novos referenciais teóricos, possibilidades analíticas e campos de investigação. Nesse estágio, foi construída uma base teórico-conceitual alinhada aos propósitos do estudo, com o objetivo de fundamentar a escolha do tema e orientar os ajustes progressivos demandados pelo aprofundamento da reflexão teórica.

Essa fase possibilitou delimitar com maior precisão os interesses centrais da pesquisa e sua coerência com os objetivos propostos. Por essa razão, mostrou-se estruturante para o desenvolvimento do trabalho, ao permitir a consolidação do arcabouço conceitual e historiográfico que orienta todo o percurso investigativo e sustenta a produção do conhecimento apresentada ao longo da dissertação. Metodologicamente, a etapa foi constituída por levantamento bibliográfico sistemático e análise documental.

- ***Levantamento bibliográfico***

A pesquisa bibliográfica, ou revisão da literatura, é crucial para fundamentar o desenvolvimento do trabalho. Uma jornada que investiga e reúne publicações sobre determinado assunto, sendo vantajosa pelo fato de cobrir uma gama mais ampla de fenômenos do que poderia pesquisar diretamente (Gil, 2002). O levantamento bibliográfico incluiu a leitura de artigos, dissertações, teses, livros e reportagens sobre o tema em questão, sendo possível identificar os problemas centrais e gradualmente moldar o objeto de estudo e seus objetivos. As fontes usadas, aqui, foram através de recursos eletrônicos como o *Google Acadêmico*, *Portal de periódicos da CAPES*, *SciELO* e revistas eletrônicas. Além do uso de livros de autores identificados com o tema.

Neste processo, compreendeu-se que o turismo se configura como um dos principais indicadores da crescente urbanização em zonas litorâneas (Dantas, 2002; 2019), juntamente com a especulação imobiliária (Pereira *et al*, 2022). Esses fatores direcionaram a pesquisa para abordagens fundamentais relacionadas à produção do espaço, ao papel do Estado e a rede de atores em processos de disputa (Smith, 1998; Soja, 2001; Harvey, 2005, Lefebvre, 2006; entre outros). Também se buscou em relação às referências que tratam de questões específicas sobre a produção do espaço da zona costeira cearense, cujos autores (Coriolano, 2006;2010;2019; Dantas, 2002, 2009; Pereira, 2014; Paiva, 2010; entre outros) contribuem com significantes análises a respeito.

No que se refere à organização da construção do conhecimento, essa etapa revelou-se fundamental para o levantamento de referências diretamente relacionadas às questões específicas do estudo, possibilitando uma aproximação consistente com o estado da arte. Para tanto, foram realizadas buscas em bases como o Google Acadêmico e o SciELO, utilizando-se palavras-chave como “urbanização turística”, “Trairi/CE”, “litoral oeste cearense”, “turismo”, “turismo sustentável” e “litoral Trairi/CE”. Os resultados obtidos evidenciaram um conjunto significativo de trabalhos voltados à urbanização turística no litoral oeste do Ceará e no Nordeste, embora não necessariamente centrados no município de Trairi.

Tal constatação permitiu identificar uma lacuna específica na literatura, indicando que o tema ainda é pouco explorado nesse recorte territorial. Essa ausência reforça a relevância da presente dissertação como contribuição para o avanço das investigações futuras, especialmente no campo da Arquitetura e Urbanismo, considerando que a maior parte dos estudos encontrados se insere predominantemente nas áreas da Geografia e do Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Quadro 2. Referências bibliográficas sobre o litoral de Trairi/CE.

Dinâmica das paisagens da APA do Estuário do Rio Mundaú: evolução espaço-temporal e potencialidades ambientais.	MENDES, Jociléa de Souza. 2012.	Geografia, UFC
Gestão integrada da zona costeira como subsídio ao planejamento e ordenamento territorial de Flecheiras, Trairi, Ceará.	OLIVEIRA, Victor Hugo Holanda. 2019.	Geografia, UFC
Geoecologia das paisagens estuarinas do Rio Mundaú, Ceará, Brasil.	ARAGÃO, Larissa de Pinho. 2024.	Geografia, UFC
Análise geoecológica e gestão ambiental do campo de dunas do Mundaú – Trairi (CE).	BRITO, Maevy dos santos. 2024.	Geografia, UFC
O litoral habitado: uso residencial na costa oeste cearense.	VIEIRA, Kaio Duarte. 2024.	Geografia, UFC
O sol nasce para todos? Planejamento, turistificação e urbanização litorânea na costa do sol poente do Ceará.	CASTRO, Tiago da Silva. 2016.	Geografia, UFC
Parques eólicos e desenvolvimento turístico: diagnóstico integrado nas comunidades de Mundaú e Emboaca, litoral oeste do Ceará.	PACHECO, Jessica Maria da Silva. 2020.	Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFC
Marés, memórias e território: etnociência na comunidade pesqueira de Emboaca, litoral oeste do Ceará.	MELO, Brenda Rozendo. 2021	Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFC
Análise geoecológica da planície litorânea de Trairi-CE: Subsídios ao planejamento e ordenamento territorial.	OLIVEIRA, Mariana Alexandre de. 2022.	Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFC

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Os resultados desta revisão de literatura, referentes aos estudos que mais se aproximam do tema a urbanização turística litorânea, fundamentam-se em um conjunto de nove dissertações acadêmicas (ver quadro 2). Embora tais trabalhos não abordem diretamente a urbanização turística em Trairi/CE, estabelecem um diálogo relevante com o contexto do litoral trairiense, contribuindo com diferentes perspectivas analíticas para a compreensão do território.

- *Análise documental*

A análise documental baseia-se na busca de dados ou informações em textos oficiais ou não que estejam interligados ao tema da pesquisa. Esta análise foi realizada em acordo com os procedimentos adotados no levantamento bibliográfico, a diferença se dá pelas fontes de buscas. Aqui, analisa-se documentos em sites oficiais do governo como o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Instituto de Pesquisa Estratégica e Econômica do Ceará – IPECE. Além, é claro, do site oficial da prefeitura de Trairi/CE que é a principal fonte de dados a respeito dos instrumentos de gestão municipal.

De acordo com essa escolha, a pesquisa se debruça na realização dos últimos quatro censos demográficos do IBGE (1991, 2000, 2010 e 2022), para a constatação da evolução populacional e a dos domicílios turísticos de uso sazonal existentes nesses períodos. A busca documental também percorre legislações nacionais, estaduais e municipais, a exemplo de políticas como o PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo e o Projeto Orla – Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima. Essas políticas são estratégias fundamentais utilizadas no desenvolvimento do planejamento urbano nos espaços litorâneos e que auxiliaram no entendimento de conceitos e medidas a respeito do assunto.

Etapa 02: Abordagem empírica

A Etapa 2 corresponde às atividades de campo e materializa a dimensão empírica da pesquisa. Após os levantamentos teóricos e conceituais dos temas abordados, bem como a compreensão da espacialidade do município de Trairi, impôs-se a tarefa de aprofundar a análise concreta desses espaços. Para tanto, essa etapa foi estruturada em três momentos fundamentais de coleta de dados: as visitas de campo, o levantamento fotográfico e as entrevistas semiestruturadas.

- *Visitas de campo*

As visitas de campo são cruciais para o desenvolvimento da pesquisa, visto que é o momento de constatar o que fora destacado na teoria. Nesse momento há o reconhecimento sinestésico do litoral, possibilitando seu entendimento por meio de uma percepção ambiental ampliada através de caminhadas in loco. Observou-se os determinantes dos processos de mudança da paisagem de modo a comparar e confirmar o que foi evidenciado no levantamento bibliográfico. Complementarmente, utilizou-se a observação virtual, basicamente realizada através da leitura das imagens de satélite produzidas pelo Google

Earth, o que possibilitou complementar a experiência vivenciada pela pesquisadora nos locais estudados.

- *Levantamento fotográfico*

O processo de visitas de campo é acompanhado por registros fotográficos de forma organizada e planejada, roteirizando cada ambiente visitado. O uso da fotografia para leituras de paisagem possibilita uma reflexão contextual, entendendo que a fotografia como gênese e processo é um vestígio que transmite informações com o estatuto de testemunha visual da existência de um acontecimento real, num tempo determinado (Ribeiro, 2004). Essa abordagem visual direciona a atenção sobre a análise empírica e sobre o tipo de conhecimento gerado, incentivando uma orientação mais reflexiva, inclusive na coleta de dados (Goltara e Mendonça, 2015).

Buscou-se problematizar a paisagem através dos olhares que envolvem imagens retidas em diversos registros fotográficos produzidos por distintos atores sociais, uma vez que essas imagens são textos a serem decodificados e não formas que transmitem mensagens direta e imediatamente apreensíveis (Cosgrove, 1998a). Sua leitura dependerá de uma visão de mundo, para a qual a imaginação desempenha papel crucial, e constrói representações sobre um dado aspecto da realidade (Corrêa, 2011). Ou seja, pode-se falar em disputas de narrativas de imagens de paisagem que surgem devido a discrepâncias em relação a interesses econômicos, prioridades de uso da terra, a valores culturais, conservação ambiental, dentre outros fatores.

Os registros fotográficos encontram-se estruturados em três séries, conforme descrição abaixo:

1ª série: paisagem como política pública e recurso turístico. Nesta série ganham destaque as imagens produzidas como peças publicitárias e de marketing governamental para o desenvolvimento do turismo litorâneo. E, como receptor final desta comunicação, o olhar do turista, através de fotos publicadas no Google Earth, Google Maps e em redes sociais. A captura desses dois aspectos pode ser inventariada e analisada como parte de um controle social do consumo paisagístico;

2ª série: paisagem do mercado e o poder de exclusão. Nesta série são vinculadas as imagens concebidas por incorporadores e construtores (em geral imagens aéreas publicadas em sites comerciais e aplicativos como o Google Earth e Google Maps). De certo modo, seus autores fazem uso das técnicas de etnografia móvel, na medida em que o desenvolvimento

dos dispositivos móveis influencia o compartilhamento de informações;

3ª série: paisagem e identidade territorial líquida. Nesta série considera-se as leituras da comunidade local. Para isso, foi adotada a técnica da “*foto-descoberta*”, através da qual os membros de uma comunidade utilizam a câmera para documentarem questões referentes a seu ambiente, permitindo um posicionamento crítico. Trata-se de um método de pesquisa que encoraja a participação, envolve os pesquisados no diagnóstico de determinados processos, permitindo emergir um posicionamento crítico diante das imagens estudadas. Como resultado, estas imagens fotográficas fornecem uma evidência não verbal.

- *Entrevistas semiestruturadas*

As entrevistas constituem um importante instrumento de aproximação com o objeto empírico, pois possibilitam explorar as percepções e experiências dos participantes, conferindo centralidade às vozes dos sujeitos da pesquisa. Buscou-se identificar os principais grupos de atores envolvidos no processo de urbanização turística, a saber: gestores públicos, empreendedores, moradores e turistas. Ao todo, foram realizadas 12 entrevistas, distribuídas da seguinte forma: gestores públicos (2), empreendedores (3), moradores (6) e turistas (1). Com o intuito de justificar a escolha desses grupos, apresenta-se a seguir uma breve caracterização de seus perfis.

- 1) *Gestores públicos*: Profissionais que gerenciam os serviços e recursos do município, para o intuito dessa pesquisa serão escolhidos participantes relacionados as secretarias de infraestrutura, de turismo e a autarquia de meio ambiente.
- 1) *Empreendedores*: Donos(as) de empreendimentos turísticos, imobiliários e alimentícios que gerenciem seus equipamentos dentro do litoral trairiense, divididos entre empreendimentos de pequeno e grande porte.
- 2) *Moradores(as) locais*: aqueles que residem no litoral de Trairi, dividindo entre os moradores tradicionais, em específico os pescadores artesanais que mantém conexão e costumes com o território e os moradores locais, que residem permanentemente esses espaços e fazem uso dos equipamentos locais como unidades de saúde e escolas, além do comércio local.
- 3) *Turistas*: Segundo a ONU – Organização das Nações Unidas, turista é toda pessoa que viaja durante 24 horas ou mais por qualquer outra localidade distinta da sua residência habitual. Geralmente essas pessoas buscam conhecer novos lugares, culturas e experiências, podendo ser motivadas por lazer, diversão, aventuras ou até mesmo trabalho.

Etapa 03: Resultados e conclusões

Na terceira e última etapa, tem-se as atividades de laboratório. Essa etapa exige atenção e detalhamento para interpretação crítica dos dados. Com base nos levantamentos realizados ao longo do processo de trabalho da pesquisa é realizada a sistematização/cruzamento dos dados obtidos, através da categorização e análise relacional. Do mesmo modo, apresenta-se as passagens mais relevantes das entrevistas, identificando temas recorrentes nas falas dos(as) participantes. O intuito dessa combinação é promover uma compreensão crítica mais estruturada do assunto. A seguir é possível observar uma síntese geral dos objetivos e instrumentos utilizados (ver quadro 3).

Quadro 3. Síntese dos objetivos e instrumentos utilizados.

Objetivo geral	
Analisar criticamente os impactos das transformações da paisagem litorânea do município de Trairi/CE, decorrentes do processo de urbanização turística, intensificado a partir da década de 1990 com a implementação de políticas públicas de turismo que conferiram maior visibilidade à região.	
Objetivos específicos	Métodos e instrumentos
I – Realizar uma revisão bibliográfica e documental acerca dos processos e das ações que contribuíram para a conformação do atual modelo de urbanização turística nas faixas litorâneas;	<ul style="list-style-type: none">▪ Análises bibliográfica e documental;▪ Visitas de campo: Levantamento fotográfico;▪ Entrevistas semiestruturadas;▪ IBGE (dados censitários de 1991, 2000, 2010 e 2022): dados de domicílios permanentes, domicílios de uso ocasional, evolução populacional;▪ Google Earth: estudo das imagens de satélite▪ IPECEDATA 2023.
II – Compreender o quadro atual de arranjo institucional das políticas públicas locais que são transversais à urbanização turística;	<ul style="list-style-type: none">▪ Análises documentais e bibliográficas;▪ Visitas de campo; registros fotográficos;▪ Aerofotogramas pelo Google Earth;▪ Entrevistas semiestruturadas.
III – Identificar as transformações da paisagem decorrentes de sua conversão às lógicas do turismo de massa e da ocupação sazonal.	<ul style="list-style-type: none">▪ Análises documentais e bibliográficas;▪ Levantamentos fotográficos;▪ Foto-descoberta.▪ Entrevistas semiestruturadas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

1.4. Estrutura da Dissertação

Para fins de organização, a dissertação estrutura-se em seis capítulos, iniciando-se pela **Introdução**, na qual se apresenta um panorama do processo de desenvolvimento da pesquisa, explicitando sua justificativa, relevância, objetivos e os procedimentos metodológicos adotados.

No **Capítulo 2 – Questões teórico-conceituais para a pesquisa** – são destacados os conceitos pertinentes no estudo, que se fazem necessário nesse processo de clareza do tema proposto. Começando com o subcapítulo *2.1. O espaço litorâneo e suas diferentes escalas*, que se justifica pela importância da definição de conceitos, uma vez que o espaço litorâneo desempenha uma diversidade de papéis em diferentes escalas que são fundamentais para a manutenção da biodiversidade e no desenvolvimento da urbanização nesses espaços.

Em seguida, o subcapítulo *2.2. Meio ambiente e produção do espaço litorâneo*, justifica que o processo de urbanização litorânea tem relação intrínseca com a concepção do meio ambiente e as ações humanas que transformam o litoral, associado a um crescimento acelerado e desordenado. O subcapítulo *2.3. Urbanização turística e desenvolvimento neoliberal*, traz uma discussão crítica e teórica sobre o turismo e sua proximidade com o mar, em uma relação que influencia diversos aspectos da vida e da urbanização em espaços litorâneos associados ao modelo de desenvolvimento neoliberal que almeja o lucro em detrimento da valorização de aspectos socioambientais e culturais. Por fim, o subcapítulo *2.4 Leituras da paisagem*, desenvolve uma discussão sobre as potencialidades teóricas e conceituais da noção de paisagem enquanto categoria analítica para a leitura e interpretação do espaço.

No **Capítulo 3 – Políticas públicas e urbanização do litoral cearense** – buscou-se recuperar a evolução das políticas públicas regionais e das ações da administração local que contribuíram para a urbanização turística. No subcapítulo *3.1 Turismo litorâneo e políticas públicas no Ceará*, são identificadas as principais políticas públicas de incentivo ao turismo. O subcapítulo *3.2 Dispersão urbana metropolitana e destinos turísticos* analisa o processo de expansão do modelo turístico a nível metropolitano que se dá por meio de uma dispersão urbana que se materializa através de condomínios residenciais fechados, resorts e parques temáticos. Já o subcapítulo *3.3. Município de Trairi: território, estrutura organizacional e políticas públicas* traz uma análise sobre o município de Trairi, em especial, a estrutura administrativa local responsável pela gestão dos principais instrumentos relacionados à urbanização, ao turismo e à preservação ambiental.

O **Capítulo 4 – Transformações na paisagem litorânea de Trairi** – dialoga diretamente com o objeto de estudo e com o recorte espacial adotado. Após o levantamento e a contextualização do território litorâneo de Trairi, considerando suas vivências e espacialidades, optou-se por analisar de forma sistemática cada uma das cinco localidades

praianas, com o objetivo de identificar suas principais características e as transformações ocorridas ao longo do processo de urbanização turística.

O **Capítulo 5 – Paisagem e mudança: análise dos resultados empíricos** – dedica-se à análise e à interpretação dos achados da pesquisa. Para tanto, estrutura-se em dois subcapítulos: o subcapítulo 5.1, *Interpretação das evidências de campo*, no qual se realiza a sistematização dos dados coletados e o diálogo analítico com o referencial teórico; e o subcapítulo 5.2, *Síntese das vozes dos entrevistados*, que apresenta e discute os resultados provenientes das entrevistas, destacando as percepções e narrativas dos sujeitos envolvidos.

Por fim, o **Capítulo 6 – Considerações finais** – reúne as reflexões conclusivas da pesquisa, sintetizando as principais discussões desenvolvidas ao longo do trabalho. Nesse capítulo, explicitam-se os objetivos alcançados e apontam-se possíveis desdobramentos e perspectivas para a continuidade das investigações.

2 QUESTÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS PARA A PESQUISA

2.1 O Espaço Litorâneo e suas Diferentes Escalas

Para os fins deste estudo, torna-se fundamental explicitar o conjunto de conceitos que orientaram a pesquisa, devidamente ajustados aos objetivos aqui propostos sobre o espaço litorâneo. Trata-se de um território marcado por elevada complexidade, situado na interface entre a terra e o mar, e caracterizado pela diversidade de formações naturais e de formas de ocupação humana. Para uma compreensão mais abrangente, é necessário analisá-lo em diferentes escalas, indo desde a macroestrutura da zona costeira, passando pela faixa litorânea, até as porções mais específicas da orla marítima e da praia (ver figura 3). Cada uma dessas escalas reflete níveis distintos de influência ambiental, uso e dinâmicas territoriais específicos.

Figura 3. Escalas do espaço litorâneo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Entendendo que o espaço litorâneo é esse arcabouço de possibilidades, a **zona costeira** em uma escala mais abrangente é um conceito bastante amplo, referindo-se ao espaço geográfico onde ar, mar e terra se encontram e interagem, formando uma área dinâmica e ecologicamente sensível (Brasil, 2004). Esse espaço não se limita apenas ao oceano, inclui também as zonas de transição entre diferentes ecossistemas, bem como os territórios que sofrem influência direta do ambiente marinho, abrangendo seus recursos – renováveis ou não.

Ele envolve tanto uma faixa marítima quanto uma faixa terrestre, onde a porção marítima corresponde ao mar territorial brasileiro, que se estende por 12 milhas náuticas a partir da linha da costa. A terrestre inclui municípios considerados costeiros, que nem sempre estão diretamente voltados para o mar, mas que, devido à presença de atividades ou infraestruturas com elevado impacto ambiental, exercem influência significativa sobre a zona costeira (Brasil, 2004). Segundo dados do IBGE (2022), 443 municípios brasileiros fazem parte da faixa terrestre, sendo que 280 deles são defrontantes com o mar.

No Brasil, a zona costeira é legalmente reconhecida como uma área que vai além das cidades litorâneas e suas estruturas urbanas, abrangendo ecossistemas como manguezais, estuários, restingas, dunas e praias (Lei nº7661/1988). Por estar situada na interface entre os ambientes marinho e terrestre, essa região abriga paisagens com características próprias e ecologicamente valiosas (MMA, 2006). A importância de sua preservação está apresentada no artigo 225 da Constituição Federal (Brasil, 1988), que estabelece a responsabilidade de se garantir a integridade ambiental desse território. Logo, a zona costeira constitui uma escala essencial para o planejamento territorial e a gestão ambiental, especialmente frente aos impactos provocados pelas mudanças climáticas, pela erosão costeira e pelas atividades humanas.

Diminuindo a escala, chega-se à **faixa litorânea**, representando uma porção mais restrita dentro da zona costeira e funcionando como uma área de conexão direta entre o continente e o mar. Em geral, ela abrange os municípios com relação mais próxima ao litoral, incluindo planícies costeiras, áreas sob influência marítima e zonas urbanizadas. Além disso, concentra uma parcela significativa dos bens públicos (MMA, 2006), o que torna particularmente relevante para o planejamento urbano e a formulação de políticas públicas. Diferentemente da zona costeira, cuja delimitação é mais ampla e orientada por critérios ecológicos, ela está mais diretamente associada à ocupação humana e às dinâmicas entre o ambiente natural e as estruturas construídas.

Em seguida, chega-se à **orla marítima**, uma área imediatamente adjacente ao mar, funcionando como um espaço de transição entre o meio urbano e o ambiente marinho em uma escala local (Ministério da Economia, 2022). Nesse espaço, encontram-se diversas infraestruturas urbanas como calçadões, avenidas costeiras, portos, marinas e equipamentos turísticos. A orla é composta por três elementos principais: uma porção aquática, uma porção terrestre e a faixa de contato e sobreposição entre ambos (MMA, 2006, p.30).

É um espaço dinâmico, frequentemente sujeito a transformações urbanísticas e desempenha um papel central em atividades recreativas, turísticas e imobiliárias. Diferente

da faixa litorânea que pode abranger áreas mais distantes, a orla marítima se limita à zona de transição direta entre o meio urbano e a linha da costa. Seus limites genéricos são definidos pela zona marinha de 10 metros e pela área terrestre, que varia entre 50 metros em áreas urbanizadas e 200 metros em áreas não urbanizadas (MMA, 2006).

Por fim, a escala mais específica desses espaços: a **praia**. Dentro de um conceito mais local e sucinto, praia é a uma formação natural situada na interface entre o mar e a terra (Lei nº7661/1988). Ela é composta por uma faixa de terra periodicamente coberta e descoberta pelas águas do mar, devido à ação das marés e das ondas. Formada por sedimentos como areia, cascalho e pedras, a morfologia das praias é constantemente alterada por processos erosivos e deposicionais, influenciados pelo vento, pelas marés e pelas ondas. Além de seu papel ecológico, protegendo a linha costeira, as praias desempenham uma grande importância cultural e econômica, sendo espaços de lazer e turismo. Ao contrário da orla marítima que pode incluir elementos urbanos e construídos, a praia é, essencialmente, um ambiente natural.

Quadro 4. Resumo comparativo das diferentes escalas do espaço litorâneo.

Escala	Definição	Características Principais
Zona Costeira	Área mais abrangente que inclui ambientes terrestres e marinhos influenciados pelo oceano. (Decreto nº 5300/2004)	Engloba ecossistemas naturais (manguezais, dunas, recifes) e territórios urbanos costeiros. Base para a gestão ambiental e territorial.
Faixa Litorânea	Escala intermediária que abrange as áreas sob forte influência do mar. (MMA, 2006)	Conecta o continente ao oceano. Importante para políticas públicas e planejamento urbano.
Orla Marítima	Espaço de transição direta entre o ambiente urbano e o mar. (MMA, 2006)	Inclui infraestrutura construída (calçadões, marinas, portos) e áreas de lazer. Fortemente impactada pela ocupação urbana
Praia	Formação natural composta por sedimentos, localizada na linha de costa. (MMA, 2006)	Ambiente dinâmico, sujeito a processos naturais como erosão e deposição. Importante para ecossistemas e atividades recreativas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Definido essas escalas, é importante ressaltar outros conceitos que se fazem pertinentes nesse cenário, é o caso dos **terrenos de marinha e seus acréscimos**, que são Bens Imóveis da União, portanto patrimônio do povo brasileiro, administrados pelo Governo Federal através da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério da Gestão e da

Inovação em Serviços Públicos (MGI). Foram definidos pelo Decreto-Lei 9760 de 1946 como faixas de terra ao longo da costa brasileira e de algumas áreas próximas a rios e lagos, essas faixas têm profundidade de 33 metros a partir da linha preamar média (maré alta) de 1831 (Brasil, 1946).

Compreender esses conceitos se torna uma base para a processo de urbanização em áreas turísticas litorâneas, visto que essas áreas são ecologicamente sensíveis por estar próximas a dunas, restingas e manguezais. Logo, o conhecimento desses ambientes auxilia a análise dos conflitos territoriais que tendem a ocorrer com a ocupação desordenada dessas regiões e os impactos socioambientais.

2.2 Meio Ambiente e Produção do Espaço Litorâneo

No Brasil, o **meio ambiente** é definido pela Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA (1981) como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. Não apenas isso, em uma dimensão de espaço, pode-se entender o meio ambiente como as complexas trocas entre a sociedade e a natureza em um espaço e tempo concretos (Rua *et al.*, 2007). Ou seja, é lido como essa interação e dinâmica de relações dos elementos naturais e sociais. Todavia, historicamente o meio ambiente é pensado em segundo ato, tendo as atividades humanas o papel primordial nas dimensões social e econômica, distanciando a cada passo a dimensão ambiental, mesmo que existem algumas janelas de consciência com a criação de primeiras leis que demonstrasse certa preocupação, como o Código Florestal de 1934 que regulamentava o uso da terra em um período de explorações dos recursos naturais.

Embora sua preocupação inicial ainda focasse no crescimento econômico, é a partir da década de 1960 que emerge uma maior preocupação com questões ambientais no Brasil, visto o aumento da degradação ambiental e a pressão global em trabalhar esse tema. A Conferência de Estocolmo, de 1972, foi um marco nas primeiras discussões sobre os impactos das atividades humanas no meio ambiente e como melhorar essas relações. Nesse período, era incontestável tamanha proporção que a industrialização tomou e foi possível iniciar debates que colocavam em jogo as questões entre desenvolvimento e crescimento econômico, entendendo que esse crescimento não se sustentava apenas em ações positivas, mas também se ramificava em desastres no meio ambiente, como a poluição do ar, do solo e da água, o aumento da emissão de gases poluentes, a geração de enorme volume de rejeitos industriais e lixo urbano, dentre outros.

Diante desses desdobramentos, o termo “sustentabilidade” ganha maior projeção a partir de 1987, com a publicação do Relatório Brundtland pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O documento consagrou a noção de desenvolvimento sustentável como aquele capaz de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras, orientado pela busca de harmonia entre os seres humanos e entre a sociedade e a natureza. Confere-se ao desenvolvimento sustentável o papel de princípio mediador, ao propor a conciliação entre seus três pilares fundamentais: o econômico, o social e o ambiental. Desde então, o conceito passou a reverberar globalmente, assumindo múltiplas interpretações conforme diferentes interesses e forças sociais. Apesar disso, persiste uma tensão estrutural entre a preservação ambiental e o crescimento econômico.

Por outro lado, as rearticulações políticas dos agentes envolvidos na produção do espaço urbano procuram conferir legitimidade e continuidade aos projetos de desenvolvimento. Nessa perspectiva, a sustentabilidade deixa de ser compreendida apenas como uma noção ambiental e passa a ser entendida também como um conceito político e, sobretudo, estratégico. Tal interpretação apoia-se na coexistência e na disputa de múltiplos interesses — econômicos, sociais, culturais e ambientais — que se expressam em discursos diversos, orientados por vieses socioambientais, geopolíticos e físico-ambientais. Esses diferentes enquadramentos são considerados centrais para os debates que se sucedem (Rua *et al.*, 2007).

Desde o início do novo século acumulam-se as análises críticas sobre a sustentabilidade da urbanização planetária. Nos limites traçados para a presente pesquisa importa compreender como o meio ambiente e a sustentabilidade são primordiais para a produção do espaço urbano em espaços litorâneos, dado ser um dos ambientes mais importantes, com alta diversidade de ecossistemas acontecendo no encontro da terra, da água (doce e salgada) e do ar. Afinal, trata-se de ambientes em grande parte expressivas das comunidades humanas se desenvolveram e geraram ricas culturas e práticas fazendo uso dos recursos naturais importantes para a vida entre a terra e o mar (Gerling, 2016).

O meio ambiente e a sustentabilidade na zona costeira são essenciais devido sua rica biodiversidade, sensibilidade e vulnerabilidade ambiental, além de sua importância econômica. Essas relações trazem desafios e oportunidades, posto suas áreas dinâmicas e sua tendência em crescimento urbano que geram buscas para um equilíbrio entre conservação ambiental e desenvolvimento econômico. Os sistemas ambientais costeiros no Brasil são diversos, com o litoral abrigando uma diversidade de ecossistemas incluindo manguezais, recifes de corais, dunas, restingas, lagoas, estuários e praias arenosas que

desempenham papéis indispensáveis na manutenção da biodiversidade e na proteção contra eventos climáticos através dos serviços ecossistêmicos que geram benefícios para a sociedade.

No entanto, a zona costeira enfrenta ameaças significativas em decorrência das atividades humanas que se concentram nas aglomerações urbanas exercendo pressão sobre a flora, a fauna e outros recursos naturais do litoral. Para Gerling (2016, p. 43), "...a população litorânea disputa um mesmo espaço para as mais diversas atividades e finalidades, entre elas, a habitação, a indústria, o comércio, o transporte, a agricultura, a pesca, o lazer e o turismo". Este fenômeno produz uma urbanização desordenada, poluição costeira, desmatamento, pressão populacional, pesca predatória e aumento do nível do mar, intensificados pelo crescimento populacional e a expansão das atividades econômicas.

Para promover a sustentabilidade nos espaços litorâneos, os gestores públicos implementam políticas e iniciativas de gestão integrada e de proteção da zona costeira. Leis ambientais buscam equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, proporcionando a participação da comunidade local e a preservação dos ecossistemas costeiros. Como exemplo, tem-se o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, instituído pela lei 7.661/1988 e regulamentado pelo decreto 5.300/2004.

A **zona costeira brasileira** é considerada patrimônio pela Constituição Federal de 1988, condicionando que assegure a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (Brasil, 1988). Contraditório a isso, ela é um ambiente frágil e disputado, visto a exploração dos seus recursos por diferentes interesses. A difusão da sustentabilidade nesse contexto através de políticas e iniciativas, com planejamento do uso e ocupação, procura a compatibilização do crescimento econômico com a conservação dos recursos naturais a favor da presente e futuras gerações.

Orientada pelos princípios da justiça ambiental e da valorização da vida e das populações, a sustentabilidade não constitui, por si só, uma solução suficiente para enfrentar os conflitos socioambientais. Isso se torna ainda mais evidente quando o termo é apropriado por instituições públicas e privadas para encobrir interesses econômicos que se sobrepõem às dimensões sociais e ambientais. É necessário reconhecer que o bem-estar coletivo não se alcança apenas com a conservação ambiental, sendo indispensável articulá-la à promoção social. Sachs (2000, p.60) reforça que existe a necessidade de uma combinação viável entre economia e ecologia, visto que as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas compete às ciências sociais articular as estratégias para este caminho.

À vista disso, fica claro a importância de os caminhos serem trilhados com base na multiplicidade dos agentes (econômicos, sociais, culturais, ambientais), entendendo seus valores pela ótica da diversidade. A zona costeira, sendo esse ambiente vulnerável e rico na sua biodiversidade carece de elementos essenciais para uma gestão eficaz que precisa ser integrada e participativa. Sob esse ponto de vista, uma referência brasileira importante é o Projeto Orla (Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima), nascido do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro na década de 1990, e que articula diretrizes e a valorização de ações inovadoras de gestão voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação dos espaços litorâneos (MMA, 2006).

Depreende-se do Projeto Orla que a educação ambiental, a pesquisa científica e o estímulo a práticas sustentáveis nas atividades relacionadas aos espaços litorâneos (como na pesca e no turismo) são elementos indispensáveis na eficácia da gestão pública. Principalmente com a conscientização sobre a importância da preservação dos ecossistemas costeiros – uma vez que as atividades econômicas e o bem-estar humano são profundamente dependentes dos serviços ecossistêmicos, que é crucial para assegurar a sustentabilidade a longo prazo, equilibrando as demandas humanas com a conservação ambiental.

Diante dessas questões, entende-se que o espaço litorâneo é produzido a partir de um conjunto de conflitos de interesses, impulsionados tanto por seus atrativos naturais quanto por seu potencial de geração de lucro. Nesse contexto, a análise da **produção do espaço urbano** permite compreender como formas e normas se impõem à realidade sensível — isto é, às experiências dos corpos, aos desejos e às formas de apropriação do espaço (Lefebvre, 2006, p. 198).

A produção do espaço urbano vai além da mera organização física e considera as dinâmicas sociais, políticas e econômicas que moldam e são moldadas pelos lugares. O espaço urbano é não apenas organizado e instituído, mas modelado, apropriado por distintos grupos que seguem suas regras, ética e estética. Nas cidades produzidas em zonas costeiras, torna-se um desafio gerenciar esse processo, visto a alta demanda dos distintos interesses, contradições e conflitos que acabam contribuindo na expansão urbana irregular. O enfoque aqui se restringira à urbanização acontecida em faixas litorâneas, que apesar de receber influência da zona costeira, sofrem conflitos pontuais e específicos.

Lefebvre (2006) auxilia o estudo com a matéria-prima da produção do espaço urbano sendo a própria natureza, transformada em produto e brutalizada, arruinada e cheia de paradoxo. Baseando-se nesse direcionamento histórico e atual da desvalorização dos recursos naturais para a configuração dos espaços urbanos, é fundamental a discussão desse

conceito que também gira em torno de questões de poder, desigualdades, processos de globalização.

Na literatura nacional, Corrêa (2012, p.43) reforça essa análise quando diz que a produção do espaço urbano “é consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade”. Esse processo gera apropriações desiguais nas faixas litorâneas, pautado continuamente por atribuições do valor econômico dessa região em detrimento dos seus recursos ambientais.

Ao adotar uma perspectiva de produção do espaço em relação à sustentabilidade, os planejadores buscam um uso equilibrado e consciente dos recursos naturais para a construção de uma sociedade mais justa e funcional (Sachs, 2000). O apoio de referências teóricas (Carlos, 1996, 2007, 2012; Corrêa, 2012; Lefebvre, 2006, 2016; Sachs, 2000; Smith, 1988; Sposito, 2012), dedicadas a esses estudos, reforça a compreensão sobre os modos de produção dos espaços urbanos, bem como orienta as possibilidades de atuação e intervenção nesse contexto.

Esse processo exige a compreensão das forças sociais subjacentes que moldam o ambiente construído, uma vez que a diversidade de contextos e atores é essencial para a tomada de decisões e para a implementação de ações, projetos e práticas em instituições públicas e privadas. Além disso, essa abordagem é fundamental para a promoção da conservação da biodiversidade que constitui um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (Sachs, 2000). Esse entendimento possibilita análises abrangentes sobre as dinâmicas urbanas, favorecendo a formulação de políticas e práticas mais eficazes e equitativas.

Sendo resultado de práticas sociais e econômicas, o espaço urbano é construído e transformado pelas ações humanas. Assim, não é estático, visto que é mudado à medida que as relações sociais mudam, de acordo com diferentes grupos de interesse, o que reflete nas relações e disputas de poder dentro da sociedade, que acabam criando um cenário de instabilidade social e guerra entre classes (Harvey, 2005). As decisões sobre o uso da terra, infraestrutura e serviços públicos são frequentemente influenciadas por interesses políticos e econômicos dominantes, podendo resultar em desigualdades espaciais, o que ocorre frequentemente na urbanização de faixas litorâneas de municípios litorâneos, como Trairi/CE que enfrenta conflitos na ocupação de suas terras e recursos naturais.

As dinâmicas econômicas exercem papel significativo na produção do espaço, uma vez que o espaço se torna mercadoria (Carlos, 2012). Neste sentido, os processos globais influenciam diretamente a produção do espaço, emergindo pontos relevantes como a tecnologia, a competitividade e o consumo, que Santos (2003) identifica como o comando de nossas ações. Esses processos, como a economia globalizada, migração e interconexão digital modifica a forma de produzir e consumir. A “glocalização” (termo popularizado pelo sociólogo britânico Roland Robertson na década de 1990) esclarece que os processos se adaptam localmente, uma vez que mesmo adotando aspectos globais, um local pode manter suas tradições regionais.

A produção do espaço em zonas costeiras tem forte ligação com o valor atribuído as áreas litorâneas, como um produto social, não definido apenas pelo econômico, mas também pelos aspectos simbólicos, culturais, tecnológicos e ambientais (Pereira, 2014). Importante compreender que essa valorização perpassa por transformações de caráter socioeconômico, tecnológico e simbólico que reforçam a urbanização crescente desses espaços (Dantas, 2009).

Assim, os desafios relacionados à conservação ambiental das áreas litorâneas exigem atenção tanto à escassez de recursos naturais quanto à garantia de condições para as gerações futuras, de modo a conciliar o crescimento econômico com o uso sustentável desses recursos. Nesse contexto, a participação ativa das comunidades locais no planejamento torna-se fundamental, dada a relevância de envolver todos os agentes produtores e usuários do espaço. A promoção de um desenvolvimento sustentável e equitativo fortalece-se por meio dessas práticas inclusivas, sendo a abordagem participativa especialmente necessária em áreas sensíveis, como as zonas costeiras (Sachs, 2000).

2.3 Urbanização Turística e Desenvolvimento Neoliberal

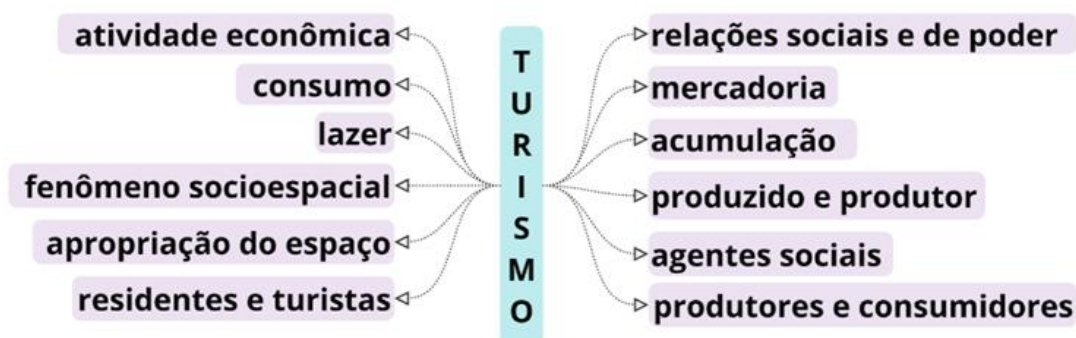
Considerando a centralidade da produção do espaço urbano nas áreas litorâneas, realizou-se uma revisão da literatura acerca dos impactos do turismo nesses contextos. Parte-se do entendimento de que o turismo constitui um dos principais vetores de espacialização nesses territórios, atuando em processos de desterritorialização e reterritorialização, bem como na conformação de novas configurações geográficas (Coriolano, 2006). Nesse sentido, este subcapítulo propõe uma discussão crítica sobre a urbanização decorrente da atividade turística, especialmente quando articulada ao modelo hegemônico de desenvolvimento

neoliberal. Sustenta-se, portanto, a existência de uma relação intrínseca entre o espaço litorâneo, a produção do espaço urbano, o turismo e o neoliberalismo.

O turismo consolida-se como uma prática simultânea de produção e consumo em uma sociedade orientada por lógicas neoliberais, nas quais o imperativo do lucro tende a se sobrepor à valorização dos aspectos ambientais e socioculturais. Para Harvey (2008), rege no neoliberalismo uma teoria das práticas político-econômicas que propõe o bem-estar humano melhorado pelas liberdades e capacidades empreendedoras individuais que trabalham em uma estrutura institucional baseada em sólidos direitos a propriedade privada, livres mercado e comércio.

O recorte analítico adotado nesta pesquisa toma o “turismo no Ceará” como eixo central da investigação, tema amplamente abordado por uma bibliografia consolidada (Coriolano, 2006, 2010; Cruz, 2006; Dantas, 2002; Paiva, 2010; Vianna, 2017; Yazigi, 2001). Ao delimitar essa revisão da literatura, evidencia-se a recorrência de determinadas categorias analíticas fundamentais, posteriormente sistematizadas na relação diagramática apresentada a seguir.

Figura 4. Principais categorias analíticas dos estudos sobre o turismo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

A relação entre turismo e desenvolvimento neoliberal se molda nessa dinâmica excêntrica onde as políticas neoliberais que defendem a liberação econômica, a privatização dos espaços e o reforço do setor privado na economia impulsionam a expansão dos ambientes litorâneos e a forma de produzir esses espaços. Cruz colabora com esse entendimento ao explicar que:

“Com a consagração do neoliberalismo como paradigma econômico e político assistimos, nos anos 90, no Brasil, à fase possivelmente mais aguda da transição de um estado interventor para um estado parceiro do mercado, o que se reflete, no turismo, na forma de políticas públicas comprometidas com a produção e a reprodução do capital vis a vis as inversões públicas voltadas

à criação de um novo sistema de objetos cuja materialidade é demandada pelo novo sistema de ações que se impõe” (Cruz, 2006, p.337).

Coriolano (2006, p.368) observa o turismo como prática produtiva moderna que reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas e é absorvido com maneiras diferenciadas pelas culturas e modos de produção locais. Uma vez que esse sistema abre portas em diversos aspectos, o que exerce maior papel nesse contexto é o econômico. As atividades turísticas num mundo que rege pelo capital trabalham em torno dos que detém mais poder econômico e político, embora as dinâmicas sejam diferentes, o alicerce é o mesmo.

Esse discurso, formulado na década de 1990, ainda se mostra atual, na medida em que a urbanização dos espaços litorâneos, impulsionada pelo turismo, evidencia uma relação estreita com o capital, sobretudo na implantação de grandes empreendimentos turísticos e imobiliários financiados pelo setor privado. Em geral, tais empreendimentos se instalam em áreas social e ambientalmente vulneráveis, contribuindo para o agravamento das desigualdades socioespaciais. Esse processo é frequentemente viabilizado pela atuação permissiva — ou pela insuficiência de fiscalização — dos órgãos públicos responsáveis.

Assim, a prática neoliberal favorece o negócio imobiliário-turístico através de mecanismos e instrumentos como “a livre circulação de capitais, a privatização de empresas e bens públicos e as reformas regulatórias (regulamentação fundiária, propriedade privada e outras)” (Souza *et al.*, 2024). Em outros termos, as políticas neoliberais tendem a favorecer a privatização de terras e de bens públicos. Sob a influência da atividade turística, esse processo converte os espaços litorâneos em empreendimentos como resorts de luxo, cuja implantação demanda extensas áreas territoriais para sua viabilização.

Nesse cenário, ainda, há o incentivo de investimentos estrangeiros com o desenvolvimento do imobiliário turístico que resulta no alto custo de vida e na exclusão das comunidades locais. Além de impactar o meio ambiente, o turismo neoliberal agrava a degradação ambiental, destruindo principalmente os mangues e as dunas para construção de seus empreendimentos, contrariando as próprias estratégias de marketing que se fazem através de discursos positivistas de sustentabilidade e preservação dos recursos naturais.

Esse modelo de desenvolvimento repercute diretamente na forma como a sociedade se relaciona com o mar, redefinindo valores e modos de vivenciar o espaço e, conseqüentemente, produzindo conflitos ambientais, econômicos e socioespaciais decorrentes da diversificação de formas e funções. Nesse contexto, compreende-se o

conceito de **urbanização turística** (Mullins, 1991), como o resultado de práticas que demandam intervenções no espaço para sua consolidação, inserindo-se em um processo socioespacial mais amplo, orientado pelo lazer e pelo consumo. Trata-se, portanto, de uma dinâmica distinta da urbanização vinculada à indústria, tradicionalmente fundamentada no trabalho e na produção.

Em outros termos, a atividade turística engendra novas formas de produção do espaço urbano litorâneo, nas quais atributos favoráveis ao turismo são potencializados, convertendo esses territórios em cidades turísticas. Segundo Mullins (1991), esse fenômeno configura uma nova e singular forma de urbanização. Como precursor do conceito de urbanização turística, o autor contribui para a compreensão de cidades que passam a se orientar predominantemente para o consumo de serviços ligados à recreação, ao lazer e ao descanso, reorganizando e adaptando seus espaços a essa lógica.

Associado a esse processo, destaca-se o conceito de **maritimidade** (Dantas, 2009), que se refere à influência dos mares e oceanos sobre as condições climáticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de uma região. A proximidade e a relação direta com o mar incidem sobre múltiplas dimensões da vida nos espaços litorâneos, sobretudo ao contribuir para a moderação climática. Historicamente, esse contato foi valorizado por suas supostas propriedades terapêuticas, especialmente no tratamento de doenças respiratórias.

Na primeira metade do século XX, a consolidação das práticas marítimas nas faixas litorâneas esteve associada a mudanças significativas nas formas de ocupação, com a utilização de residências costeiras para fins terapêuticos. Posteriormente, ainda sob a valorização das benesses da maritimidade, difunde-se a **vilegiatura marítima** — caracterizada pelas segundas residências —, que intensifica o processo de ocupação desses espaços, inicialmente apropriados pelas classes mais abastadas, que passam a associar o morar na praia a um estilo de vida desejável e socialmente valorizado. Em seguida, disseminou-se uma dinâmica de mercado fundamentada pela inserção das funções de lazer associadas ao mar e ao marítimo (Pereira, 2009).

A maritimidade no estado do Ceará manifesta-se, inicialmente, entre os séculos XVII e XIX, quando as orlas marítimas se configuravam sobretudo como espaços de troca e de moradia das camadas populares, em especial das comunidades de pescadores. Já no século XX, observa-se uma inflexão significativa nesse processo, marcada pela progressiva apropriação desses ambientes pelas elites. Tal transformação decorre, segundo Dantas (2011), do processo de ocidentalização das elites locais, que, a partir das décadas de 1920 e 1930, passa a ressignificar áreas tradicionalmente ocupadas por portos, pescadores e

populações pobres, convertendo-as em espaços de lazer e de habitação das classes abastadas.

Nesse contexto, a cidade de Fortaleza assume um papel regional preponderante na consolidação e difusão das novas práticas marítimas. Em um primeiro momento, essa valorização ocorre em escala local, a partir da década de 1930, quando suas faixas litorâneas passam a ser apropriadas como espaços de lazer e veraneio. Posteriormente, em uma escala territorial mais ampla — sobretudo a partir da década de 1970 —, observa-se a expansão dessas práticas a partir da capital, com destaque para o veraneio, processo que passa a impactar de forma abrangente os espaços litorâneos do Ceará como um todo. Desse modo, a relevância atribuída à capital, no âmbito desta pesquisa, decorre de sua capacidade de influenciar processos e dinâmicas territoriais, especialmente com o advento de políticas públicas de turismo implementadas ao final do século XX.

2.4 Leituras da paisagem³

O conceito de paisagem tem evoluído ao longo do tempo, refletindo mudanças nas perspectivas teóricas e nas abordagens metodológicas (Schier, 2003). Como afirma Milton Santos (1997, p.37), “a paisagem nada tem de fixo, de imóvel”, e seus significados encontram-se vinculados aos processos de mudança das relações sociais, políticas e econômicas. Nas últimas décadas, diversas interpretações emergiram, oferecendo insights sobre a complexidade e a dinâmica das paisagens urbanas e naturais.

Soja (2010) oferece uma análise das paisagens pós-modernas do turismo através do conceito de "terceiro espaço", que se refere a locais sociais que estão além do lar (primeiro lugar) e do trabalho (segundo lugar). Ele sugere que esses espaços (resorts, parques temáticos, áreas de entretenimento etc.) refletem uma mistura de diferentes elementos culturais e estilos arquitetônicos, criando ambientes híbridos e fluidos que desafiam noções tradicionais de lugar e identidade.

Essas paisagens turísticas são caracterizadas pela heterogeneidade, multiplicidade e pela sobreposição de significados, refletindo uma ênfase da imagem decorrente do consumo visual acelerado do espaço e do tempo, forçando uma dissolução das identidades espaciais tradicionais e sua reconstrução sobre novas bases (Cosgrove, 1998a; Harvey, 2005; Massey,

³ Texto extraído de artigo apresentado e publicado no 8º ENANPARQ, Rio de Janeiro (Cordeiro e Farias, 2025).

2008). A condição imagética, que reflete diferentes representações da paisagem, gera uma dualidade “simultânea” entre a oferta biofísica e antrópica de um lado, e do outro, a procura dos atributos dos lugares em uma escala dos valores sociais. Zukin (2000) complementa essa condição ao afirmar que a circulação de imagens para o consumo é inseparável das estruturas centralizadas do poder econômico. A comunicação dessas imagens se torna um meio de controle tanto do conhecimento quanto da imaginação, ou seja, uma forma de controle social.

Na literatura especializada sobre paisagem, consolidou-se o entendimento de que sua compreensão exige uma leitura que ultrapasse a dimensão meramente física ou estética, incorporando múltiplas camadas de sentido. Nesse contexto, é possível discernir três abordagens analíticas complementares — política, cultural e simbólica — que, articuladas, permitem apreender a complexidade dos significados e das transformações da paisagem.

A abordagem política enfatiza a paisagem como produto de relações de poder, decisões institucionais, interesses econômicos e disputas territoriais, evidenciando como políticas públicas, estratégias de planejamento e agentes hegemônicos moldam materialmente o espaço. A noção de paisagem política torna explícitos os interesses dos grupos envolvidos em sua utilização. O Estado é o principal agente da produção de paisagens políticas através de políticas públicas. Todavia, a ideia de que o Estado age sem interferência de grupos, conduz à concepção de que a paisagem política seria aquela onde os conflitos são inexistentes, já que o poder central dominaria todos os sujeitos e territórios de maneira homogênea.

Cadena (2021) lembra que, grupos econômicos poderosos em geral moldam a paisagem a seu modo, falseando a realidade com objetivos de manter o controle dos meios de produção. Por outro lado, quando pensada a partir dos grupos subalternos, a paisagem é ressignificada por ações violentas ou por ativismos individuais que não deixam necessariamente uma marca material no espaço. De qualquer modo, a paisagem política orienta as reivindicações, tornando-se o elemento que dá início e fundamenta a ação política (Brito e Cadena, 2022).

A abordagem cultural, por sua vez, compreende a paisagem como expressão das práticas sociais, dos modos de vida, dos valores e das formas de apropriação construídas historicamente por diferentes grupos sociais, ressaltando seu caráter dinâmico e socialmente produzido. A noção de paisagem cultural e simbólica se refere à interação entre a natureza e a cultura, onde os elementos naturais e humanos se combinam para formar um ambiente específico. É uma abordagem que reconhece que a paisagem não é apenas um produto da natureza, mas também é moldada e transformada pelas atividades humanas ao longo do

tempo. Neste caso, enfatiza-se a importância dos significados culturais e das representações simbólicas na construção e interpretação das paisagens (Cosgrove, 1998b).

Já a abordagem simbólica desloca o olhar para os sentidos, representações e afetividades associadas à paisagem, entendendo-a como um sistema de signos carregado de memórias, identidades e significados compartilhados ou disputados. Cabe lembrar o conceito de "cosmofonia", proposto por A. Berque (2017), para destacar a complexidade e a interconexão entre os diferentes elementos do ambiente, incluindo não apenas os aspectos naturais, mas também os aspectos culturais, como tradições, crenças e práticas sociais. Ele argumenta que uma compreensão profunda da cosmofonia é essencial para lidar com os desafios ambientais e culturais enfrentados pelo mundo contemporâneo.

Consideradas de forma integrada, essas três abordagens permitem compreender a paisagem não apenas como cenário ou resultado passivo da urbanização, mas como um campo ativo de mediação entre materialidade, cultura, poder e imaginação social, fundamental para análises críticas das transformações territoriais contemporâneas. Como é possível notar, as abordagens política, cultural e simbólica se complementam em seu reconhecimento de que os significados atribuídos às paisagens podem ser contestados e negociados. Eles podem refletir diferentes perspectivas, interesses e relações de poder dentro de uma sociedade. Portanto, está implícito as dinâmicas de conflito, resistência e transformação que ocorrem em torno das representações da paisagem.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E URBANIZAÇÃO DO LITORAL CEARENSE

3.1 Turismo Litorâneo e Políticas Públicas no Ceará

Com base nas discussões desenvolvidas no capítulo anterior — sobretudo no que concerne à relação histórica da sociedade com o mar, às particularidades socioambientais das áreas costeiras e à articulação entre turismo, meio ambiente e produção do espaço urbano sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável — este subcapítulo direciona o foco analítico para o estado do Ceará. Busca-se, assim, examinar a configuração de seu território litorâneo, destacando as principais políticas públicas que, nas últimas décadas, orientaram tanto a promoção do turismo quanto os processos de urbanização.

Dantas (2009) observa que a crença nos benefícios (principalmente econômico) do turismo provocou no Nordeste um boom turístico, justamente fundado por políticas públicas de valorização dos espaços litorâneos, com as capitais estaduais funcionando como pontos de recepção e de distribuição do fluxo turístico. O turismo litorâneo, então, impulsionado por essas políticas e investimentos privados, gerou transformações ambientais significativas nos ecossistemas costeiros e nas comunidades locais, decorrente — principalmente — de interesses econômicos e imobiliários associados a uma desordenada expansão urbana, refletindo nas relações políticas, culturais e socioambientais.

O turismo, consolidado como uma das principais atividades econômicas do litoral brasileiro — especialmente no Nordeste —, é recorrentemente identificado como um vetor de desenvolvimento marcado por ambiguidades. Por um lado, promove oportunidades econômicas e culturais, por outro, intensifica problemas como a degradação ambiental, a especulação imobiliária e o esgotamento de recursos naturais. Nesse contexto, as políticas públicas de turismo tornam-se elementos centrais na busca por soluções que conciliem o desenvolvimento socioeconômico com a conservação ambiental.

No entanto, a governança dessas áreas frequentemente enfrenta limitações em sua capacidade de integrar aspectos sociais, econômicos e ambientais, além de lidar com as incertezas associadas às mudanças climáticas. As transformações espaciais decorrentes da atividade turística em espaços litorâneos têm como um dos principais agentes o Estado, no contexto do capitalismo contemporâneo, uma vez que “o Estado atua em diversas instâncias, mas é possível destacar o papel que cumpre na provisão de infraestrutura, na legitimação da sua ideologia e na idealização e na implementação de políticas públicas” (Paiva, 2014, p.306).

Cruz (1991) destaca essa ambivalência ao observar que, nos espaços litorâneos, o turismo — articulado ao mercado imobiliário e às políticas de desenvolvimento — tende a atuar como indutor de processos de segregação socioespacial. Seu entendimento é que as políticas nacionais de turismo produzem exclusões, onde do ponto de vista espacial, privilegiam o setor de hospedagem, resultando em sucessivos erros e a difusão das chamadas “ilhas da fantasia”, ou seja, o turismo segregador e predatório, que limita tanto os turistas como as populações locais.

Uma **política pública de turismo** pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias que, no âmbito do poder público, objetivam alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território (Cruz, 1999). Nesse contexto, abordar as políticas públicas de turismo no Ceará exige comentar, ainda que de modo breve, o panorama nacional, pois seus delineamentos são frequentemente interdependentes, refletindo influências recíprocas e dinâmicas articuladas em múltiplas escalas.

No Brasil, o turismo começa a ser normalizado no final da década de 1930 com finalidades regulatórias de agências de viagens, com regulações de entrada de estrangeiros no Brasil e venda de passagens aéreas. Na década de 1940, são regulamentados os distintos agentes privados envolvidos com o turismo, notando-se a tendência em organizar a atividade (Candiotto *et al.*, 2015). Assim, já se observavam indícios de uma orientação voltada ao fortalecimento do turismo como indicador econômico no âmbito das atividades comerciais, ainda que não se pudesse antever a dimensão que essa atividade viria a assumir ao longo dos anos.

Já na década de 1950, há a instituição da Comissão Brasileira de Turismo - COMBRATUR, um órgão de consulta responsável pela coordenação das atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e o afluxo do estrangeiro (Brasil, 1958). A partir da década de 1960, a realidade do turismo como precursor econômico começa evidenciar melhor, com o Decreto-Lei nº 55 de 18 de novembro 1966 que define a Política Nacional de Turismo – PNT, criando o Conselho Nacional de Turismo – CNTur e a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR. Sendo esse decreto considerado um marco na história das políticas de turismo brasileiras. É a partir desse contexto que se concebe uma linha do tempo reunindo principais políticas e instrumentos relacionados ao turismo que se tornam relevantes para este estudo (ver figura 5).

Figura 5. Linha do tempo de políticas públicas relacionadas ao turismo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

No estado do Ceará, a valorização da zona costeira e o crescimento das atividades turísticas impulsionaram o desenvolvimento regional, especialmente a partir de 1953, com a construção do calçadão da Beira-Mar, que atraiu hotéis e pousadas para seu entorno (Araujo, 2011). No entanto, foi na década de 1970 que o cenário turístico se consolidou ainda mais, particularmente com a criação da EMCETUR – Empresa Cearense de Turismo S.A., em 1971. Essa iniciativa representou o primeiro esboço de políticas voltadas à promoção do turismo no estado. Na época, a estratégia adotada baseava-se na valorização da natureza exuberante e quase intocada, bem como na hospitalidade cearense, enquanto a provisão de infraestrutura era considerada uma questão secundária (Paiva, 2010). Esse contexto evidencia as primeiras intenções do estado em privilegiar suas praias como atrativos turísticos.

Já na escala mundial, ocorre a criação da OMT – Organização Mundial do Turismo, agência especializada da ONU – Organização das Nações Unidas, em 1975, destinada a promover e desenvolver o turismo. Tendo em vista que a ONU foi fundada em 1945 com

objetivo de “unir todas as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento, com base nos princípios da justiça, dignidade humana e no bem-estar de todos” e que no percurso dos anos sucessores até os dias atuais evoluiu acompanhando o ritmo do mundo em rápida mudança, mas sem deixar a busca pelos valores da paz, justiça, direitos humanos e sustentabilidade. O que torna a OMT um marco relevante no processo de desenvolvimento do turismo, visto que traz na sua essência o intuito de promover um turismo responsável, sustentável e universalmente acessível.

Em 1977, surge a CODITUR – Companhia de Desenvolvimento Industrial e Turístico do Ceará, com a finalidade de planejar, implantar, manter e administrar áreas e distritos industriais no estado. Desde 1995, a companhia passou a ser denominada CODECE – Companhia de Desenvolvimento do Ceará, com o objetivo de fomentar atividades empresariais em regiões próximas à população, promovendo seu desenvolvimento econômico. No ano seguinte, em 1979, foi elaborado o I Plano Integrado de Desenvolvimento Turístico do Estado do Ceará – PDIT-Ce, que teve como principal função “propor a primeira regionalização da atividade no Estado, embora se restringisse apenas ao diagnóstico das potencialidades naturais do Ceará para o turismo” (Paiva, 2010, p.4).

Nesse período, o Ceará experimentava um elevado nível de urbanização, impulsionado pelos serviços turísticos e de lazer, especialmente com a valorização da orla marítima, o que fez emergir o processo de vilegiatura (Pereira, 2009). Quase dez anos depois, em 1988, é criada a Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC ao nível Federal, Estadual e Municipal, se tornando crucial para planejamento costeiro, uma vez que incumbe normas e diretrizes sobre o uso do solo, subsolo e águas dos espaços litorâneos, além das limitações à utilização de imóveis nesses ambientes.

Em 1989, concebe-se o PRODETURIS – Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará. A criação do programa demonstrava a antecipação das políticas de turismo que o estado teve em relação às iniciativas federais, designando o litoral como lugar de privilégio para intervenções, culminando na produtividade e competitividade do território (Paiva, 2010). Assim, indicava um Ceará que alimentava sua imagem turística e transformava seus recursos naturais em mercadoria.

Em 1992, nacionalmente é criado o PLANTUR – Plano Nacional de Turismo, considerado como instrumento básico da política nacional de turismo, “criado como instrumento para o desenvolvimento do turismo regional e consistia em ações detalhadas para tornar efetiva a política nacional de turismo” (Gomes *et al.*, 2017). Concomitantemente, as

políticas públicas de turismo se consolidavam no Brasil com a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo na Região Nordeste – PRODETUR/NE, que em sua primeira fase consistia em uma linha de crédito direcionada para o setor público (Estados e Municípios), financiado pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com empréstimos do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento e tendo o BNB – Banco do Nordeste do Brasil como órgão executor (Paiva, 2010).

Segundo Araujo (2011), a necessidade de programas direcionados ao turismo devia-se à falta de infraestrutura em grande parte das localidades litorâneas, que no caso nordestino, era um espaço ocupado principalmente por pescadores. Assim, o PRODETUR/NE I contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste por meio do desenvolvimento da atividade turística, principalmente com iniciativas de infraestrutura básica.

Em concordância com essa pesquisa, a Costa do Sol Poente (região que o município de Trairi, objeto desse estudo, se localiza) foi o principal foco de intervenção do PRODETUR/NE I devido a uma maior carência de infraestrutura, sobretudo no que se refere aos acessos às praias. É nesse cenário que a Via Estruturante CE-085 foi construída na direção da Costa do Sol Poente, facilitando o acesso às praias localizadas no litoral oeste, visando dinamizar a atividade turística da região, sendo essa ação uma das mais relevantes para o município de Trairi, visto o portão de entrada facilitado que a construção da via proporcionou.

Ainda na década de 1990, nacionalmente, em 1994 é implantado o PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, que ampliou o modelo de gestão da atividade turística com base na escala municipal, buscando incentivar os municípios à organização para o turismo, investindo em cursos e se descentralizando de esfera federal para municipal. (Candioto, 2015). Essa política não teve sucesso como esperado, uma vez que os municípios não possuíam estrutura, entretanto é relevante seu conhecimento para contextualização da busca do Estado em enriquecer as atividades turísticas.

Em 1995, no Ceará, é criada a SETUR – Secretaria do Turismo do Ceará, com a “missão de fortalecer o Estado como destino turístico nacional e internacional, com foco na geração de emprego e renda, na inclusão social e na melhoria de vida do cearense.” O que chama a atenção é a inclusão do termo sustentável em suas ações, propondo abarcar seus objetivos pensando o turismo “em harmonia com o crescimento econômico, a preservação ambiental, a responsabilidade social e o fortalecimento da identidade e dos valores culturais”.

No início do século XX, em 2002, há o PRODETUR NE II, com ampliação das áreas de atuação nos Estados, em sua segunda fase. As metas da primeira fase do programa, baseadas principalmente na infraestrutura foram cumpridas, porém as ações de engenharia provocaram consideráveis impactos negativos ao meio ambiente, resultando em novos critérios de controle com o objetivo de proporcionar melhores resultados para a segunda fase do programa (Coriolano, 2016). Com o PRODETUR NE II, há indicativo de participação popular através dos Conselhos de Turismo e realização de audiências públicas para discussão dos projetos, investindo em formas de mitigar impactos.

Destacam-se algumas ações desenvolvidas pelo PRODETUR NE II que tiveram relevante importância, sendo a urbanização; implantação/recuperação de rodovias; implantação/ampliação de sistemas de saneamento básico; elaboração de Planos Diretores; elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; planos e projetos ambientais como planos de manejo de unidades de conservação; planos de recuperação de áreas degradadas e controle ambiental (Coriolano, 2016).

No caso cearense, houve ampliação dos municípios contemplados do PRODETUR NE I para o PRODETUR NE II, enquanto o primeiro tinha apenas sete municípios, o segundo chegou ao número de 18. (Araujo, 2012). Observa-se, ainda, que as ações da segunda fase do programa refletem as diretrizes do PRODETURIS, visando condições estruturais, além de político-econômicas para promover a integração regional (Araujo, 2012a).

É também nessa segunda fase que o termo sustentável entra em evidência, como traz Paiva (2014, p. 309) ao dizer que o programa “se vale de novos conceitos e mecanismos, como a prioridade em relação à criação e intervenção dos polos de turismo, incorporando a questão da sustentabilidade, a participação e o fortalecimento da capacitação dos recursos humanos”, dando a entender que, ao menos na teoria, pretende buscar formas de mitigar impactos e trazer qualidade de vida aos residentes.

É notório o destaque que o litoral oeste teve nesse processo, uma vez que se faz dos “esforços em consolidar uma via de contato entre a Região Metropolitana de Fortaleza e os municípios litorâneos do litoral oeste do Ceará, já que esse litoral é em maior extensão e tem um número maior de municípios” (Araujo, 2012a), o litoral leste com sete municípios e o Oeste com 15. Assim, praticamente todos os municípios dessa região receberam consideráveis investimentos em fortalecimento e gestão municipal.

Em 2003, há a criação do Ministério do Turismo – Mtur, com papel significativo na geração de empregos e divisas, no intuito de proporcionar a inclusão social e trazer o turismo

como uma atividade econômica sustentável, na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico. Vale ressaltar, ainda, que esse momento se deu no primeiro ano de mandato do então Governo Lula, sendo um marco na história do país como o primeiro presidente da classe trabalhadora, trazendo novos ideais e a promessa de políticas voltadas para a inclusão das minorias, apesar de manter um “cunho neoliberal para o tratamento do turismo no Brasil, destacando as parcerias entre o setor público e privado e a ideia de descentralização das ações no turismo, através do discurso de incentivo à participação das diversas instituições envolvidas e também da sociedade civil” (Candiotto, 2015).

No ano seguinte, em 2004, é implantado no Brasil o Programa de Regionalização do Turismo – PRT, como um macro programa do Ministério do Turismo, seus principais objetivos se destacavam por: participação; sustentabilidade; integração e descentralização. Apesar de pontual, foi uma proposta com fundamentos, visto o fato de trazer o desenvolvimento do turismo na escala regional, o que agrega municípios de pequeno porte e, pelo menos na teoria, podem desenvolver planejamentos específicos para cada região.

Ainda em 2004, tem-se o Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004 que regulamentou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei 7.661/1988) e concomitantemente era anunciado o Projeto Orla, visando “implementar uma política pública nacional a ser executada de forma integrada com outros entes federados e com a sociedade civil” (Ministério da economia, 2022), criando assim uma forma de efetivar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental e patrimonial, tanto em aspectos de ocupação urbana quanto atividades turísticas e de lazer.

Em 2008, destaca-se a Lei Geral do Turismo, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Para o Ministério do Turismo essa lei define competências e responsabilidades do poder público e de toda a cadeia produtiva do turismo, garantindo a gestão ética, responsável, transparente e cidadã. Simultaneamente, o Ministério do Turismo lança o PRODETUR Nacional que diferente das duas primeiras fases com foco no nordeste brasileiro, essa fase se abre para todo o território brasileiro e busca fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável que gere emprego e renda para as populações locais (Coriolano *et al*, 2016).

Enfim, a pelo menos 30 anos, o turismo apresenta-se no litoral nordestino como gerador de desenvolvimento, visando resolver os problemas de emprego e de déficit econômico, o que mostra que a relação entre turismo e desenvolvimento econômico não é

evidente (Dantas, 2007). Ainda hoje essa relação se faz contraditória, entendendo que o turismo é um processo de acumulação que produz novas configurações e materializa o espaço nessa contradição, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas (Coriolano, 2005).

Entende-se, então, que cada política se tornou essencial no percurso do desenvolvimento, com seus erros e acertos. Mas, principalmente no Ceará, as principais políticas pensadas a respeito do desenvolvimento do turismo que reverberaram nos aspectos socioeconômicos e urbanos foi o PRODETUR em suas três fases, sendo estudado e mencionado até hoje em qualquer estudo sobre urbanização litorânea, turismo e políticas públicas.

Desde então, com a evolução das formas de viver e planejar as cidades, os governos e suas gestões promovem medidas para consolidar a imagem turística do Ceará, que dinamiza a forma de produção do espaço litorâneo, direcionando as cidades ao mar, principalmente em Fortaleza com a construção de calçadões e polos de lazer que atendem aos habitantes e turistas. Além de, também, crescer a inclusão do pensamento sustentável nas formas de planejar a cidade, pelo menos na teoria, como por exemplo o Fortaleza 2040, criado em 2016 sendo um instrumento de planejamento com estratégias de implementação a curto, médio e longo prazo.

A promessa de uma Fortaleza mais acessível, justa e acolhedora, se baseia em sete eixos e dentre eles o de qualidade do meio ambiente e dos recursos naturais, que se contradiz a cada nova reportagem nos principais jornais do Ceará demonstrando a quantidade de esgotos a céu aberto que invadem o mar, tornando a balneabilidade nas principais praias turísticas de Fortaleza inviável.

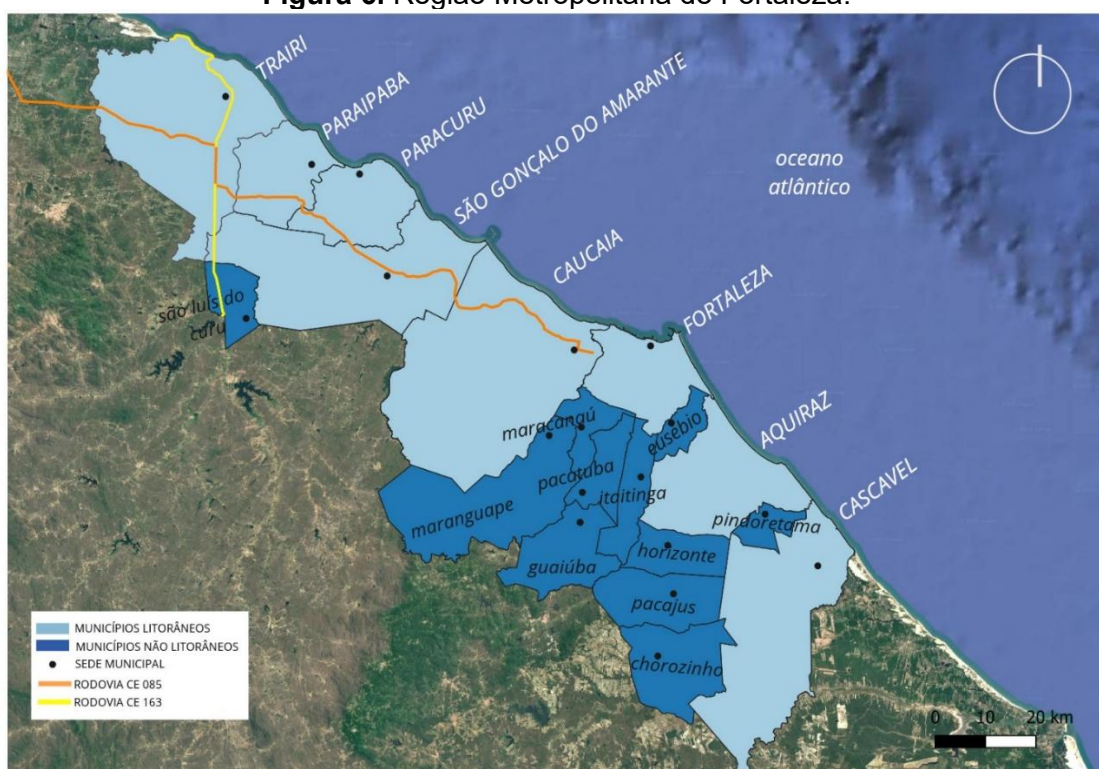
Percebe-se, assim, a dualidade nas políticas de desenvolvimento do turismo, que, por um lado, buscam melhorar o setor econômico e as atividades turísticas, mas, por outro, geram impactos significativos nos recursos naturais e na vida dos habitantes locais. Os governos, nesse contexto, têm trabalhado para minimizar esses impactos, muitas vezes "mascarando-os" com novas medidas e promessas de bem-estar sustentável, visando mitigar os problemas ambientais e de infraestrutura. "A maioria das políticas e ações voltadas para o turismo está imbuída desses pressupostos do desenvolvimento sustentável (econômico, social, cultural e ambiental), aliado à visão empresarial e neoliberal de produtividade e competitividade dos lugares" (Paiva, 2014, p. 311).

3.2 Dispersão Urbana Metropolitana e Destinos Turísticos

Os estudos sobre grandes metrópoles, como Fortaleza, evidenciam que a vivência nesses espaços se torna cada vez mais desafiadora. Nesse contexto, o processo de expansão metropolitana passa a se configurar por meio da dispersão urbana. Trata-se de um processo de urbanização e ocupação de áreas descontínuas com a presença de extensos espaços livres e a predominância de baixas densidades, respondendo aos processos de diferenciação social e desenvolvimento da mobilidade (Diógenes, 2016).

No cenário de dispersão da urbanização metropolitana, a cidade de Fortaleza é o polo de centralização e irradiação, cuja expansão produz novas maneiras de se apropriar do espaço, modificando-se em arranjos urbanos mais complexos e diversificados, que reflete em seus municípios litorâneos vizinhos. As faixas litorâneas dos municípios metropolitanos cearenses, por mérito de seus atrativos naturais, acompanham um contínuo crescimento consequente de interesses turísticos e econômicos, com apropriação de elementos naturais, culturais e/ou construídos que se mostra como importante modificador das relações econômicas e espaciais preexistentes (ver figura 6).

Figura 6. Região Metropolitana de Fortaleza.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

No litoral oeste metropolitano, tem-se a relevância da via estruturante CE-085, um dos principais investimentos do PRODETUR nessa região que facilitou o deslocamento entre os municípios vizinhos e abriu os portões para o litoral oeste, aumentando a oferta turística. Esse fenômeno se intensifica com a abertura de grandes loteamentos em direção ao litoral oeste do estado. É possível observar diversas formas de ocupação resultantes desses empreendimentos, evidenciando um processo de dispersão urbana que ultrapassa os limites municipais e se estende para os municípios vizinhos. Resultado do intenso processo de parcelamento do solo através da transformação de propriedades rurais em loteamentos, esses empreendimentos são implantados de forma dispersa em toda a área, contribuindo para o espraiamento da área urbanizada metropolitana (ver figura 7).

Figura 7. Abertura de loteamentos na via estruturante CE-085.



Fonte: <https://ce.olx.com.br/fortaleza-e-regiao/terrenos/lotes-na-caucaia-na-estruturante-de-frente-ao-atacado-super-mercado-1196016765> e <https://www.chavesnamao.com.br/55móvel/terreno-a-venda-ce-caucaia-alto-do-garrote-RS49000/id-27555545/?origin=galleryOverlay>.

Essa forma de se apropriar do espaço demonstra os princípios de políticas orientadas pelo neoliberalismo, focadas na privatização dos espaços e obtenção de lucros, o que dispara no conceito das atividades turísticas que crescem nessa região materializados em destinos turísticos litorâneos na forma de condomínios fechados de segundas residências, parques temáticos e resorts de luxo. Além disso, este modelo de desenvolvimento se revela persistente, como atesta o caso do recente projeto Costa dos Ventos, datado de 2022. Trata-se de consolidar uma rota turística com forte interesse imobiliário, integrando nove municípios dessa região: Caucaia, São Gonçalo do Amante, Paracuru, Paraipaba, Trairi, Itapipoca,

Amontada, Itarema e Acaraú, contando com a articulação do Sebrae-CE, empreendedores locais e do poder público (ver figura 8).

Figura 8. Mapa da rota turística Costa dos Ventos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Por outro lado, esse modelo de desenvolvimento turístico é também portador da **sazonalidade turística**, ou seja, a movimentação nesses espaços é maior em épocas definidas como férias e feriados festivos a exemplo do carnaval e festival junino, deixando outras partes do ano desfalcadas. Fortaleza se faz de receptora e distribuidora dos destinos turísticos, ressaltando a importância de entender esse percurso que reflete nos municípios vizinhos menores.

Essa apropriação sazonal em faixas litorâneas traz alguns aspectos relevantes para seu estudo, sendo eles: 1) dinâmicas temporais do turismo; 2) diferenciação de usos e 3) impactos na população local. No primeiro, tem-se o fluxo de alta e baixa temporada existente nesses espaços que se relaciona com a diferenciação de usos e os impactos na população local, visto que conforme a época, seus usos variam para beneficiar os turistas, com atrações e bastante ofertas, essa alta movimentação impacta na comunidade local por promover dificuldade de acesso aos espaços públicos, além do aumento dos produtos e serviços.

Assim, essa visão do turismo como fonte essencial de recursos para o desenvolvimento socioeconômico dos municípios e, no caso, de Trairi gera um frenético processo de transição, submetido à pressão de diferentes formas e uma acelerada urbanização decorrente dos interesses econômicos e imobiliários associados ao setor do turismo, uma vez que essa atividade demanda grande obtenção de lucros, ocasionando desigualdade socioespacial e econômica entre os envolvidos, visto que a turistificação tornam os ambientes locais orientados a atender as demandas dos turistas em detrimento das necessidades da comunidade local (Monteiro, 2023, p. 6).

3.3 Município de Trairi: Território, Arranjos Institucionais e Políticas Locais

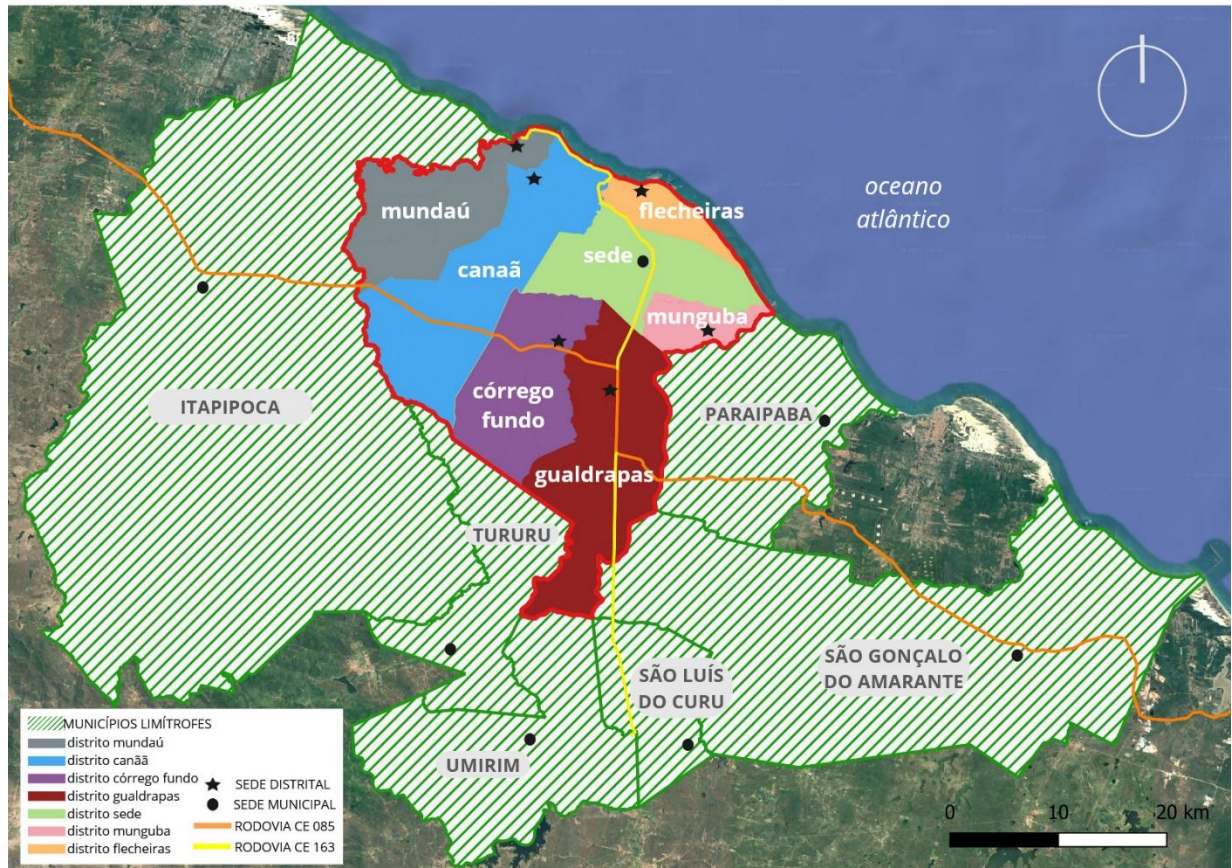
Como já mencionado na introdução, Trairi é um município litorâneo com uma área total de 925,7km², detendo 58.415 habitantes registrados no último censo IBGE 2022 que estimou para o atual ano de 2025 uma população de 62.004 habitantes, confirmando – assim – sua tendência de médio porte. Entrou para a região metropolitana de Fortaleza a partir de 2014, situando-se a cerca de 130km da capital e fazendo parte da região conhecida como Costa do Sol Poente – litoral oeste do estado do Ceará – com intenso fluxo turístico.

Segundo a divisão político-administrativa do Estado do Ceará, pertence à macrorregião de Planejamento do Litoral Oeste, à mesorregião do norte cearense e à Microrregião de Itapipoca. Limita-se (ver figura 12) ao norte com o município de Itapipoca e o oceano atlântico, ao sul com os municípios de São Luís do Curu, São Gonçalo do Amarante, Itapipoca, Tururu e Umirim, a Leste com os municípios de Paraipaba, tendo como principais vias de conexão as rodovias CE085 e CE163. Territorialmente o município é dividido em sete distritos: Mundaú, Trairi (sede), Canaã, Flecheiras, Gualdrapas, Córrego Fundo e Munguba (ver figura 9).

Em aspectos ambientais, o município apresenta um clima tropical quente semiárido brando, com temperaturas médias variando de 26° a 28°C, possuindo período chuvoso de janeiro a abril com média pluviométrica de 1.589 mm ao ano. Como vegetação tem-se o Complexo Vegetacional da Zona Litorânea e Floresta Perenifólia Paludosa Marítima, fazendo parte das bacias hidrográficas do Curu e Litoral (Ceará, 2023). Economicamente, o município dispõe principalmente de atividades ligadas a pesca e ao artesanato, visto que se faz de comunidades pesqueiras ao longo do seu litoral que vivem dessa função para se manter. Do total da população, 55,32% vivem em zona rural e 44,1% em zona urbana, onde 4,82%

domicílios são conectados à rede de esgoto, 34,6% são abastecidos pela rede geral de água e 72% têm coleta de lixo (IBGE, 2022).

Figura 9. Divisão territorial e limites do município de Trairi/CE.



Fonte: elaborado pela autora, 2025.

A expansão dos empreendimentos turísticos no município ganhou impulso na década de 1990, quando políticas públicas específicas passaram a orientar o desenvolvimento do setor. O principal marco desse processo foi a implantação do PRODETUR/NE I, iniciado em 1995, que promoveu programas de geração de emprego e renda e viabilizou importantes obras de infraestrutura no Ceará, como rodovias, pontes, viadutos e aeroportos (Coriolano, 2016).

A duplicação da Rodovia CE-085, considerada uma via estruturante por conectar Fortaleza às praias do litoral oeste, constituiu um marco decisivo para a facilitação do deslocamento de pessoas e para a ampliação da oferta de serviços na região. Essa intervenção possui estreita relação com a expansão das atividades turísticas subsequentes, impulsionadas por incentivos públicos que favoreceram a dinamização do setor. Tais investimentos inserem-se em estratégias de orientação neoliberal, pautadas por incentivos

fiscais, processos de privatização e valorização do capital, que contribuíram para intensificar o crescimento do turismo.

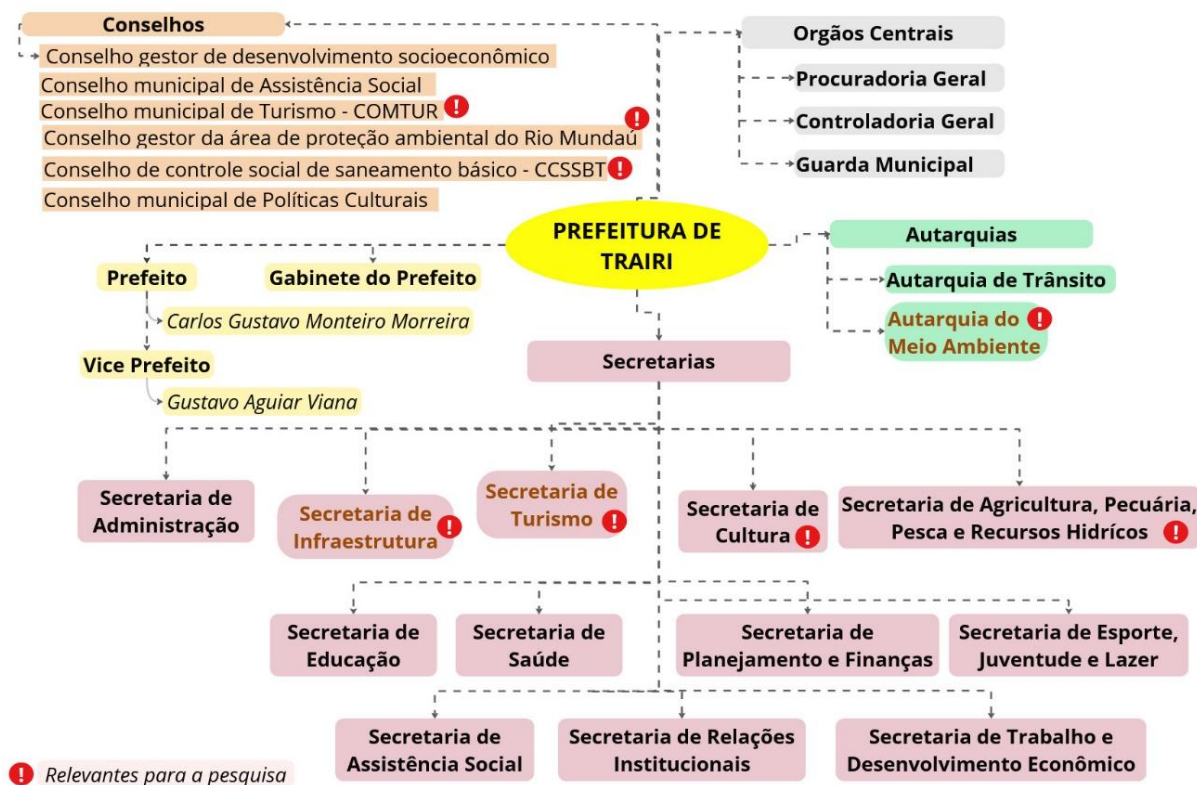
No litoral de Trairi, a expansão econômica e o dinamismo do mercado imobiliário vêm redefinindo as relações entre as políticas urbana, ambiental e de turismo. Entretanto, esse processo tem ocorrido sem o respaldo de um planejamento urbano consistente, capaz de orientar a ocupação do território de acordo com as especificidades e fragilidades da faixa litorânea. Como consequência, os desafios da gestão urbana tendem a se intensificar, sobretudo diante de dinâmicas de gentrificação e da crescente especulação imobiliária que impulsiona a densificação construtiva e a diversificação dos usos do solo, frequentemente dissociadas da provisão adequada de infraestrutura básica.

O avanço contínuo das atividades turísticas promove mudanças expressivas no cotidiano de moradores e empreendedores locais, que passam a adequar seus modos de vida às demandas dos visitantes. Embora o turismo contribua para a geração de renda e dinamização econômica do município, essa expansão não tem sido acompanhada por melhorias proporcionais na oferta e na qualidade dos serviços públicos essenciais destinados à população residente. Ademais, o modelo de urbanização em curso compromete a preservação dos atrativos naturais que constituem a base dessa economia, colocando em risco a própria sustentabilidade da atividade turística.

Para compreender de forma mais aprofundada a realidade produzida pela urbanização turística, a pesquisa voltou-se à análise do funcionamento da gestão municipal, das políticas públicas adotadas e dos serviços ofertados no âmbito local. Nesse percurso, tornou-se necessário, inicialmente, elaborar um organograma da estrutura organizacional da Prefeitura de Trairi, com o objetivo de apreender sua composição em termos de secretarias, autarquias e órgãos centrais, incluindo os conselhos vinculados a temáticas específicas.

A partir dessa leitura institucional (ver Figura 10), a análise concentrou-se na atuação de três instâncias da administração pública direta consideradas centrais para os propósitos desta investigação e que serão comentadas a seguir. São elas: a Secretaria Municipal de Infraestrutura, a Secretaria Municipal de Turismo e a Autarquia Municipal do Meio Ambiente.

Figura 10. Estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Trairi/CE.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Paralelamente a essas três instâncias, é pertinente mencionar outros órgãos que, de diferentes formas, também desempenham papéis relevantes na administração municipal. Destaca-se, inicialmente, a Secretaria de Cultura, responsável pela organização do calendário de eventos, o qual influencia diretamente a dinâmica turística e a geração de renda no município. Soma-se a ela a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Recursos Hídricos, bem como a Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Econômico, cujas atribuições se relacionam às estratégias de desenvolvimento econômico, à sustentabilidade e à gestão dos recursos ambientais, aspectos diretamente vinculados às transformações em curso no território

- **Secretaria Municipal de Infraestrutura**

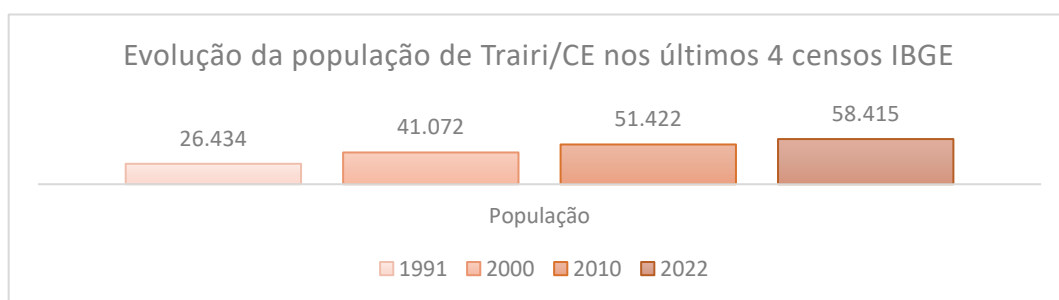
Atualmente, a Secretaria Municipal de infraestrutura de Trairi é administrada pelo secretário Raimundo Barbosa Gomes, nomeado em janeiro de 2025, sendo o anterior secretário em 2024. No site da prefeitura consta que esta secretaria se compõe das seguintes unidades de serviço: Atendente de Gabinete, Coordenadoria de Gestão, Gerência de Transportes, Núcleo de Manutenção a Veículos, Núcleo de Controle da Limpeza Urbana,

Gerência da Limpeza Pública, Gerência de Obras, Gerência de Edificações, Núcleo de Assuntos Distritais, Núcleo de Fiscalização, Núcleo de Manutenção e Assistente de Apoio.

Na prática, não foi possível comprovar o pleno funcionamento dessas unidades administrativas. Observa-se a ausência de transparência na disponibilização de dados, bem como a imposição de obstáculos ao contato com os gestores responsáveis. Tanto o secretário quanto sua equipe recusaram reiteradas tentativas de aproximação e agendamento de entrevistas. Ressalta-se, ainda, que o atual titular da pasta não possui formação técnica em urbanismo ou planejamento urbano. Considerando que se trata de cargo comissionado, de livre nomeação, é recorrente que a ocupação dessas funções decorra de critérios de confiança política, o que frequentemente resulta na falta de profissionais qualificados em consonância com a área de atuação do órgão.

Institucionalmente, a secretaria Municipal de Infraestrutura é o órgão responsável por planejar, coordenar, executar e fiscalizar as principais ações de desenvolvimento urbano, sendo então um dos pilares fundamentais para o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantia do bem-estar dos seus habitantes, objetivos que são ditados já na Lei Orgânica do município de Trairi, publicada em 1990 e revisada em 2014 (Trairi, 2014). Entretanto, Trairi mantém um histórico falho de acompanhamento de políticas urbanas e um bom funcionamento das questões de infraestrutura.

Gráfico 1. Evolução da população de Trairi/CE nos últimos 4 censos IBGE.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025. Baseado nos censos de 1991, 2000, 2010 e 2022 do IBGE.

Apesar de a Lei Orgânica Municipal de 1990 já estabelecer como competência — e exigência — do município a elaboração e execução do Plano Diretor, esse instrumento somente foi elaborado em 2009. Trata-se do principal instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana, cuja obrigatoriedade é prevista pela Constituição Federal para municípios com mais de vinte mil habitantes (Brasil, 1988). Cumpre destacar que Trairi já ultrapassava esse contingente populacional na década de 1990 (ver Gráfico 1) e, à época da publicação de seu primeiro Plano Diretor, em 2009, o município já se aproximava dos 50 mil habitantes.

A elaboração do Plano Diretor Participativo de Trairi (PDP), em 2009, esteve diretamente associada à disponibilização de recursos e incentivos vinculados à segunda fase do PRODETUR, iniciada em 2002, evidenciando o papel desse programa no fortalecimento institucional do município e na difusão de seu potencial turístico. O PDP resultou de uma parceria entre a Urbi Consultores S/S, o Governo Federal, por meio do Ministério do Turismo, o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Turismo, e a Prefeitura Municipal de Trairi, configurando um arranjo institucional orientado à promoção do desenvolvimento urbano e turístico.

É relevante mencionar que a Secretaria Municipal de Infraestrutura é a responsável pela observância dos regulamentos instituídos no PDP, uma política de afirmação de diretrizes para o planejamento e o futuro da cidade, a intenção na elaboração desse instrumento era proporcionar o pleno desenvolvimento das funções sociais e o uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado que assegure o bem-estar de seus habitantes com participação comunitária, como mostra o folder de divulgação (ver figura 11).

Figura 11. Folder de divulgação do Fórum I – Plano Diretor Participativo de Trairi.

PRODETUR II	CONVITE	OBJETIVOS
 <p>PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TRAIRI Você Construindo o Futuro de seu Município</p> <p>FÓRUM I O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE TRAIRI</p> <p>DATA 18 DE OUTUBRO DE 2007 HORA 08:00h LOCAL CPTA</p> <p>O que vai ser discutido lá:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação do PDP 2. Formas de Mobilização e Participação Popular 3. Instalação do Comitê Municipal do Plano Diretor Participativo <p>NÃO FALTE!!! PLANO DIRETOR: O que é Isso?</p> <p>O Plano Diretor é um documento que define como será organizado e planejado o município e suas cidades. Para que isso aconteça é realizado um estudo sobre o município para descobrir suas potencialidades, seus problemas e as formas de enfrentá-los. Por isso é tão importante a participação popular nos fóruns, encontros temáticos e distritais, pois é nesses eventos que será definido o que deve conter o Plano.</p> <p>Quanto mais a população participa, mais ela pode definir o que é importante para o futuro do seu município!</p> 	<p>O PRODETUR II, através da Secretaria do Turismo do Estado do Ceará e da Prefeitura Municipal de Trairi, tem a honra de convidar V.Sa. para participar do FÓRUM I - O Plano Diretor Participativo de Trairi.</p> <p>O evento realizar-se-á no próximo dia 18 de Outubro de 2007 (quinta-feira), em Trairi, ocasião em que serão apresentados os temas constantes da programação impressa neste folder.</p> <p>Local: CPTA</p> <p>Horário: 08:00 hs / 11:00 hs</p> <p>GOVERNO FEDERAL MINISTÉRIO DO TURISMO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ SECRETARIA DO TURISMO PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TRAIRI</p> 	<p>Este Fórum se constitui no primeiro passo para produzir as idéias destinadas a promover o desenvolvimento econômico, social, físico-territorial e institucional do Município de Trairi.</p> <p>O FÓRUM I tem como principais objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar as estratégias, metodologias, fluxograma e cronograma, para elaboração do Plano, às lideranças municipais, aos agentes públicos, à imprensa e à sociedade civil organizada; • Promover a difusão do conteúdo do Plano através dos meios de comunicação junto à comunidade; • Discutir com a comunidade os mecanismos de participação popular propostos pela Consultora Urbi Consultores S/S Ltda. • Estruturar o Comitê Municipal do Plano Diretor Participativo do Município de Trairi, que deverá ser integrado por lideranças comunitárias e empresariais, representantes de órgãos públicos municipais, estaduais e federais e organizações não-governamentais, propiciando sua capacitação através da mobilização comunitária e de processos participativos. <p>Esse encontro, portanto, marcará o início do processo de elaboração do Plano, que pretende posicionar o Município de Trairi no cenário estadual, como um município de grandes potencialidades econômicas, naturais, sociais e culturais.</p>

Fonte: PDP de Trairi: Produto 02 – Ações preliminares para lançamento e desenvolvimento do PDP, Urbi Consultores, 2009.

Um aspecto que se destaca no período de elaboração do PDP, entre 2007 e 2009, é a recorrência de referências ao objetivo de promover o desenvolvimento e o turismo sustentável. Depreende-se, a partir dessa ênfase, a existência de um certo domínio

conceitual, bem como de um interesse estratégico em orientar o planejamento urbano de forma mais inclusiva, buscando compatibilizar as demandas de expansão urbana com a preservação ambiental. No detalhamento do plano de trabalho do PDP, explicita-se aquele que pode ser identificado como o principal desafio a ser enfrentado:

A promoção do desenvolvimento sustentável municipal através de um modelo compatibilizado com as diretrizes gerais estabelecidas pelo PRODETUR/CE II para o Polo de Turismo Ceará Costa do Sol e com outras iniciativas de impacto regionais já definidas, pelo Estado, para a área desse polo, e ajustado às expectativas de bem-estar social da população de Trairi (Urbi consultores, 2009, p.16)

A partir do PDP, foram instituídos dois outros regulamentos: a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e o Código de Obras e Posturas. Complementarmente, outros instrumentos urbanísticos passaram a ser concebidos (ver Quadro 5) constituindo a referência básica para a condução da política urbana municipal. Contudo, a implementação de todos esses instrumentos tem-se mostrado tímida, evidenciando a ausência de avanços significativos na modernização do planejamento urbano do município.

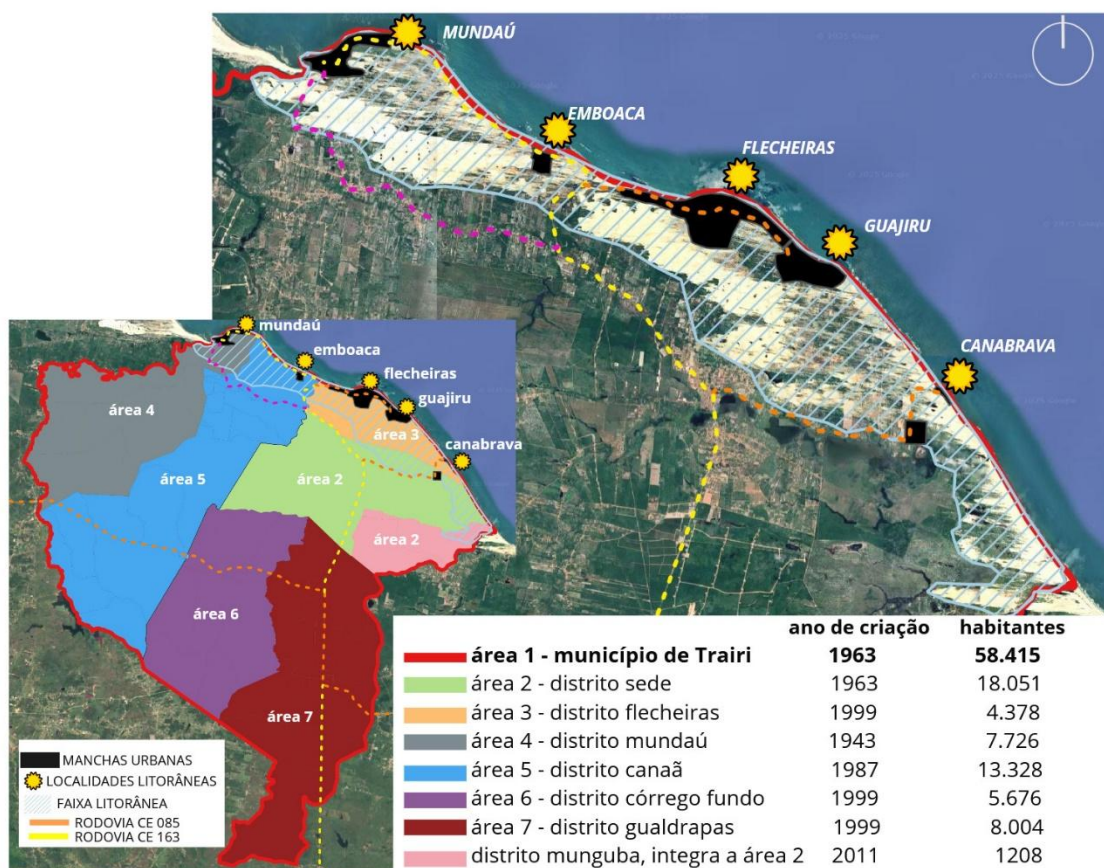
Quadro 5. Instrumentos de Políticas Urbanas de Trairi/CE.

Ano	Instrumento de Política Urbana
1990	Lei Orgânica Municipal - LOM
2009	Plano Diretor Participativo – Lei 457/2009
2009	Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo – Lei 460/2009
2009	Código de obras e posturas – Lei 461/2009
2013	Plano Plurianual Quadriênio 2014/2017 – Lei 686/2013
2014	Lei Orgânica Municipal – LOM – Alterada e revisada
2017	Plano Plurianual Quadriênio 2018/2021 – Lei 804/2017
2021	Plano Plurianual Quadriênio 2022/2025 – Lei 982/2021
2021	Regularização Fundiária Urbana de Trairi – Lei 984/2021
2021	Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB

Fonte: Prefeitura de Trairi, elaborado pela autora, 2025.

Segundo a Lei 460/2009, de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), o município fica dividido em sete áreas, assim descritas: área 01 – município de Trairi; área 02 – Sede do município; área 03 – distrito de Flecheiras; área 04 – distrito de Mundaú; área 05 – distrito de Canaã; área 06 – distrito de Córrego Fundo; e área 07 – distrito de Gualdrapas (ver figura 12). Em 2011, foi criado o distrito de Munguba, antes pertencente ao distrito sede, logo não faz parte das divisões territoriais previstas no PDP defasado de 2009, situando-se como ainda integrante da área 2 – sede.

Figura 12. Síntese da divisão territorial pela Lei de Uso e Ocupação do Solo.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025, conforme dados do PDP de Trairi, IBGE 2022 e IPECE 2023.

De acordo com a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS), foram instituídos sete tipos de zonas de planejamento: Zona Residencial (ZR), Zona Especial de Tratamento Paisagístico e Recreacional, Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), Zona Natural (ZN), Zona Rural (ZR), Zona de Expansão Prioritária e Zona de Expansão Futura (ver quadro 6). Observa-se, contudo, que as diretrizes da LPUOS adotam como principal referência as divisões territoriais dos distritos, sem estabelecer distinções específicas para o planejamento das faixas litorâneas. Essa abordagem evidencia a defasagem da política urbana municipal, que não acompanha adequadamente o avanço da atividade turística no litoral nem as transformações ambientais associadas a esse processo.

Quadro 6. Síntese da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Lei 460/2009 - Parcelamento, uso e ocupação do solo			
Ano de criação do distrito	Áreas	Zonas	Localidades Litorâneas
1863	Área 1 Município de Trairi	I. Zona Natural II. Zona Rural	
1863	Área 2 Trairi - Sede	I. Zona Residencial, ZR subdividida em ZBD e ZMD; II. Zona de Expansão Prioritária; III. Zona de Expansão Futura; IV. Zona Especial de Tratamento Paisagístico e Recreacional; V. Das Zonas Especiais de Interesse Social, ZEIS; VI. Centro de Unidade de Vizinhança, CV.	
1999	Área 3 Distrito de Flecheiras	I. Zona Residencial, ZR, subdividida em: ZBD e ZMD; II. Zona Especial de Tratamento Paisagístico e Recreacional; III. Centro de Unidade de Vizinhança, CV.	Flecheiras, Guajiru e Canabrava
1943	Área 4 Distrito de Mundaú	I. Zona Residencial, ZR, subdividida em: ZBD e ZMD; II. Zona Especial de Tratamento Paisagístico e Recreacional; III. Centro de Unidade de Vizinhança, CV.	Mundaú
1987	Área 5 Distrito de Canaã	I. Zona Residencial, ZR, subdividida em: ZBD e ZMD; II. Zona Especial de Tratamento Paisagístico e Recreacional; III. Centro de Unidade de Vizinhança, CV.	Emboaca
1999	Área 6 Distrito de Córrego Fundo	I. Zona Residencial, ZR, subdividida em: ZBD e ZMD; II. Zona Especial de Tratamento Paisagístico e Recreacional; III. Centro de Unidade de Vizinhança, CV.	
1999	Área 7 Distrito de Gualdrapas	I. Zona Residencial, ZR, subdividida em: ZBD e ZMD; II. Zona Especial de Tratamento Paisagístico e Recreacional; III. Centro de Unidade de Vizinhança, CV.	

Fonte: Elaborado pela autora, 2025. Conforme a Lei 460/2009, que trata do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Trairi.

Ainda segundo a LPUOS, há nos indicadores urbanos de ocupação do solo observações a respeito das edificações, constando que nos distritos de Flecheiras e Mundaú poderão ter no máximo 02 (dois) pavimentos, incluindo o pavimento térreo. Nos demais distritos e na sede municipal as edificações poderão ter no máximo 04 (quatro) pavimentos, incluindo o pavimento térreo. Essa redação foi mudada no ano seguinte com a Lei 531/2010, onde continua que as edificações nas áreas delimitadas dos distritos de Flecheiras e Mundaú poderão ter no máximo 02 (dois) pavimentos, incluindo o térreo e muda a seguinte parte para: nas demais áreas, zonas, localidades e nos demais distritos e na sede municipal as edificações poderão ter no máximo 04 (quatro) pavimentos, incluindo o pavimento térreo.

Em síntese, apesar da vigência desses instrumentos, a análise de conteúdo do marco legal, articulada às observações in loco realizadas no âmbito desta pesquisa entre 2023 e 2025, revela uma clara discrepância entre o que está previsto nos documentos oficiais e a realidade observada no município de Trairi. Desde a publicação do PDP, em 2009,

verificaram-se crescimento populacional e econômico, bem como a intensificação das atividades turísticas, processos que tornaram o plano progressivamente defasado diante de uma dinâmica territorial mais complexa. A ausência de atualizações e de adequações normativas compromete, assim, sua eficácia enquanto instrumento de planejamento urbano orientado ao médio e ao longo prazo.

- **Autarquia Municipal de Meio Ambiente – AMAT**

A Autarquia do Meio Ambiente de Trairi (AMAT), foi criada pela lei nº 972 de 15 de outubro de 2021, entrando em vigor em 2022, tendo como finalidade a execução das políticas públicas relacionadas à conservação e manutenção do ambiente natural do município de Trairi. Na sua descrição, no site da prefeitura, consta como missão assegurar a preservação, a recuperação e a exploração racional dos recursos naturais, criando uma cultura de desenvolvimento sustentável no âmbito da administração pública e da população trairiense.

A AMAT é composta pela diretora geral Gláucia de Sena, pedagoga com histórico de ativismo ambiental no município, além dos setores Jurídico, Licenciamento Ambiental, Fiscalização Ambiental, Educação Ambiental e Administração (Trairi, 2021b). Cabe sinalizar que anteriormente, de 2005 a 2021, o Meio Ambiente compartilhava a mesma pasta que o Turismo, sendo a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente. Em 2021, houve a separação, dividindo-se em Secretaria de Turismo e a Autarquia do Meio Ambiente.

Em contraste com outros órgãos municipais, a AMAT se mostra acessível ao diálogo institucional e apresenta maior transparência em relação às ações desenvolvidas no município. Observa-se facilidade tanto na busca quanto no acesso digital aos principais instrumentos por ela utilizados, bem como a disponibilidade da diretora e de sua equipe técnica para esclarecer dúvidas e discutir os procedimentos adotados. Ademais, a autarquia promove de forma contínua campanhas de conscientização ambiental nas escolas e ações voltadas à sustentabilidade, incluindo a distribuição de mudas e o estímulo à participação da população.

Em questões ambientais, o município traz um diferencial por possuir em seu território duas Unidades de Conservação – UCs, sendo elas: APA do Estuário do Rio Mundaú (fazendo parte também do município de Itapipoca) e a Reserva Ecológica Particular Jandaíra. Com isso, essa região também é bastante monitorada pelos órgãos estaduais, em especial a SEMACE – Superintendência Estadual do Meio Ambiente, órgão responsável pela APA do Estuário do Rio Mundaú.

Além de responder pela gestão dos instrumentos da política ambiental municipal (ver quadro 7), a AMAT também se orienta por normativas das esferas estadual e federal, como as resoluções do COEMA — Conselho Estadual do Meio Ambiente — e do CONAMA — Conselho Nacional do Meio Ambiente. Destaca-se, nesse conjunto, a Resolução CONAMA nº237/1997 (Brasil, 1997), amplamente utilizada como referência nos processos de licenciamento ambiental no município. Ressalta-se, ainda, a articulação da autarquia com o COMDEMA — Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, instituído em 2007, cuja atuação permaneceu limitada por um longo período. Apenas em 2025 observa-se a reativação do conselho, com a criação de um novo COMDEMA (Trairi, 2025), agora dotado de atribuições ampliadas e diretrizes atualizadas para o enfrentamento das questões ambientais locais.

Quadro 7. Instrumentos de Política Ambiental de Trairi/CE.

Ano	Instrumentos de Política Ambiental
1999	APA do Estuário do Rio Mundaú – Decreto Estadual 25414/1999
2007	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA – Lei 334/2007
2009	Código Ambiental do Município de Trairi – Lei 462/2009
2013	Políticas Públicas sobre Reciclagem e Sustentabilidade – Lei 658/2013
2018	Fundo Municipal do Meio Ambiente – Lei 830/2018
2019	Licenciamento Ambiental de Trairi – Lei 874/2019
2020	Criação do cargo de Fiscal Ambiental e Gestor Ambiental – Lei 915/2020
2021	Plano de Manejo da APA do Estuário do Rio Mundaú – 2021
2021	Altera a Lei 874/2019 de Licenciamento Ambiental – Lei 956/2021
2021	Conselho de Controle Social de Saneamento Básico – Lei 970/2021
2021	Autarquia do Meio Ambiente de Trairi – Lei 972/2021
2021	Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB – Decreto 004/2021
2025	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA – Lei 1170/2025

Fonte: Prefeitura de Trairi, elaborado pela autora, 2025.

- **Secretaria Municipal de Turismo – SMT**

A Secretaria Municipal de Turismo (SMT) é um órgão recente, datado de 2022, tendo como primeiro e atual secretário o advogado Ithalo César Araujo Sales. No site da prefeitura, consta que a composição se dá pelas seguintes unidades de serviço: Atendente de Gabinete, Assistente de Apoio, Coordenadoria de Gestão e Gerência de Turismo.

Com já dito, o turismo fazia parte da mesma secretaria de meio ambiente, sendo a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, em vigência de 2005 a 2021. Com o desmembramento ocorrido em 2021, foram criadas a SMTT e AMAT. A Secretaria de Turismo,

então, começa atuar em 2022 com poucos recursos, não dispondo até os dias atuais de recursos financeiros, o que impede uma atuação relevante na esfera local. Entre suas atribuições, destaca-se ter de zelar pela elevação dos padrões de eficiência no setor de turismo, promoção e divulgação institucional do destino turístico e promover a organização geográfica/territorial das áreas, locais e bens de interesse turístico.

Compreende-se, neste estudo, que a política de turismo deve operar de forma transversal e articulada com a política cultural, uma vez que, em Trairi, diversas atividades culturais são desenvolvidas em estreita parceria com o setor turístico. A cultura local, nesse sentido, constitui um elemento central na conformação da atratividade turística do território, contribuindo para a construção de identidades e para a valorização dos lugares. O quadro 8 apresenta uma síntese dos principais instrumentos das políticas de turismo e de cultura, geridos, respectivamente, pela Secretaria de Turismo e pela Secretaria de Cultura.

Quadro 8. Instrumentos de Políticas Turística e Cultural de Trairi/CE.

Ano	Instrumentos de Políticas Turística e Cultural
2006	Conselho Municipal de Turismo e Cultura – COMTUR – Lei 308/2006
2022	Reestruturação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR – Lei 1.034/2022
2023	Qualitur Trairi – Prefeitura Municipal e Sebrae
2024	Conselho Municipal de Políticas Culturais de Trairi – Lei 1.098/2024
2024	Plano Municipal de Cultura de Trairi – Lei 1.116/2024

Fonte: Prefeitura de Trairi, elaborado pela autora, 2025.

Por fim, destaca-se o papel do Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, que se configura como uma das principais instituições de suporte ao turismo local, participando de forma recorrente dos debates e dos processos decisórios relacionados à política municipal de turismo. Merece especial atenção a atuação do Sebrae por meio do programa Qualitur, voltado à qualificação e ao aprimoramento dos serviços oferecidos pelas empresas do setor turístico na região, contribuindo para o fortalecimento da atividade e para a elevação de seus padrões de qualidade.

4. RECONFIGURAÇÕES NA PAISAGEM LITORÂNEA DE TRAIRÍ

A análise das reconfigurações territoriais observadas na faixa litorânea do município de Trairi exige uma abordagem capaz de articular diferentes escalas, temporalidades e formas de leitura do espaço. No contexto de uma urbanização turística acelerada, marcada pela introdução de novos empreendimentos, pela valorização imobiliária e pela redefinição dos usos tradicionais do litoral, torna-se indispensável recorrer a instrumentos metodológicos que permitam apreender tanto as transformações materiais quanto os deslocamentos simbólicos e funcionais que reorganizam o território.

Para a análise da área litorânea de Trairi, optou-se por conduzir a investigação a partir da compartimentação territorial das **cinco localidades praianas** existentes, identificadas como principais núcleos de irradiação do processo de urbanização: Mundaú, Emboaca, Flecheiras, Guajiru e Canabrava. A Figura 13 evidencia os principais focos de urbanização ao longo do litoral do município, confirmando a polarização e a ocupação contínua entre Flecheiras e Guajiru.

Figura 13. Pontos de irradiação da urbanização do litoral trairiense.



Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Observa-se, ainda, uma diferença significativa no padrão de ocupação da margem esquerda da foz do rio Trairi. Esse recurso natural, que atravessa o município e forma

extensos lagamares antes de desaguar no oceano Atlântico, desempenha papel central no cotidiano da população trairiense. O distrito-sede desenvolveu-se historicamente às suas margens, e o rio permanece como base de subsistência para diversas comunidades locais, sobretudo por meio da agricultura familiar e da pesca de camarões e diferentes espécies de peixes.

Três instrumentos analíticos orientam essa investigação. Primeiramente, foram utilizados os *aerofotogramas disponibilizados pelo Google Earth* oferecem uma visão sincrônica e diacrônica das mutações territoriais, possibilitando comparar imagens históricas e recentes, identificar tendências de expansão urbana, substituição de coberturas, implantação de vias e empreendimentos turísticos, além de visualizar com precisão a relação entre ocupação, relevo e proximidade das áreas ambientalmente sensíveis. Trata-se de um recurso fundamental para captar, com acuidade espacial, os movimentos de adensamento, rarefação ou deslocamento das dinâmicas urbanas ao longo do tempo.

Complementarmente, as *observações de campo* fornecem uma leitura situada e qualitativa das transformações em curso. Elas permitem reconhecer aspectos que não se revelam nas imagens aéreas, como apropriações cotidianas dos espaços, conflitos de uso, precariedades infraestruturais, tensões entre atividades tradicionais e novos fluxos turísticos, além de captar ritmos, práticas e percepções que configuram a vida local. A presença *in loco* também possibilita verificar a materialidade das intervenções recentes, registrar processos de obra, avaliar condições ambientais e identificar elementos de transformação ainda não estabilizados nas bases cartográficas.

Por fim, os *levantamentos fotográficos* produzidos a partir da técnica de *fotodescoberta* acrescentam uma camada interpretativa ao trabalho empírico. Esse método, ao privilegiar a exploração sistemática e atenta do território por meio da câmera, estimula a identificação de detalhes significativos, micro transformações, contradições e nuances que escapam a uma observação mais convencional. A técnica funciona como um meio de aprofundar a leitura sensível da paisagem, permitindo registrar fragmentos, indícios e espacialidades emergentes que ajudam a compor uma narrativa mais densa das reconfigurações socioespaciais em curso.

Reunidos, esses instrumentos formam um arcabouço robusto para examinar as cinco localidades do Trairi, permitindo compreender como a urbanização turística tem remodelado o território em múltiplas dimensões. A combinação entre visão panorâmica e observação situada, entre análise temporal ampliada e documentação minuciosa, busca oferecer uma interpretação rigorosa e abrangente das forças que reconfiguram o litoral e das implicações

que essas mudanças produzem na dinâmica local, na paisagem e na vida cotidiana de seus habitantes.

4.1. Mundaú

A localidade litorânea de Mundaú pertence ao distrito de Mundaú, esse sendo o mais antigo do município, datado de 1943, tendo sido elevado à categoria de município em 1963, mas voltando a distrito dois anos depois (IBGE 2022). Historicamente, Mundaú se inicia em meados da década de 1860 com a chegada de portugueses à região pelo oceano atlântico que se estabeleceram no local fazendo fortuna (Mendes, 2012), mas se desvalorizando com o tempo.

A localidade, então, vai se fortalecendo com a chegada de famílias de pescadores que se assentam no encontro do mar e do rio Mundaú, criando raízes e pertencimento nesse território. O distrito possui 26 localidades e conta com 7.726 habitantes, tendo a localidade em questão cerca de 3.368 habitantes (IBGE, 2022) numa área de aproximadamente 1,5km². Composta em sua maioria por pescadores que vivem exclusivamente da atividade da pesca artesanal e outras famílias que alternam entre ocupações diversas e pequenos comércios. Além da pesca artesanal, outra atividade econômica significativa que é realizada pelas mulheres como forma de ajuda no sustento familiar é a renda de bilro, famoso artesanato que mantém destaque da região dentro do município.

Estando no litoral oeste trairiense, sua localização faz fronteira com o município de Itapipoca, tendo a sua divisa no centro do Rio Mundaú que desagua no oceano atlântico e divide esses dois municípios. Essa aproximação com Itapipoca se faz importante nas questões ambientais, visto que juntos compartilham a APA do Estuário do Rio Mundaú (ver figura 14), região formada por uma complexa relação entre ecossistemas que envolvem praias, manguezais, dunas fixas e móveis, trazendo aspectos singulares (Ceará, 2022a).

A APA do Estuário do Rio Mundaú foi criada através do decreto nº 25.414 de março de 1999 para além de conservar esse refúgio biológico, também estimular a conscientização da população acerca da proteção e conservação desse ambiente e a busca de um desenvolvimento sustentável (Mendes, 2014), cumprindo um dos objetivos do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Ceará, incluído nas ações do PRODETUR/NE para dotar o litoral do Nordeste brasileiro de infraestrutura capaz de possibilitar o desenvolvimento da atividade turística, dentro de uma perspectiva sustentável. O plano de

manejo da APA do Estuário do Rio Mundaú, principal instrumento de análise foi elaborado em 2005, seis anos após sua criação, com os recursos da segunda fase do PRODETUR/CE II e foi revisado em 2022 (ver Figura 14).

Figura 14. Localização da APA do Estuário do Rio Mundaú e localidade de Mundaú.



Fonte: elaborado pela autora com base no Google Earth e Plano de Manejo (Ceará, 2022).
Imagens do levantamento fotográfico da autora, 2025.

Tanto no decreto (Ceará, 1999) quanto no Plano de Manejo (Ceará, 2022) há diretrizes para o convívio da população com o meio ambiente e aponta os usos permitidos e proibidos, deixando claro o “impedimento da realização de qualquer empreendimento que modifique o modo de vida das comunidades tradicionais, o relevo e a hidrodinâmica e morfodinâmica do litoral” (Mendes *et al*, 2014). Segundo o Art. 3 do decreto 25.414 (Ceará, 1999), é proibido:

- I. A implantação ou ampliação de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras, capazes de afetar os mananciais de água, formas do relevo, cobertura florestal, o solo e o ar;

- II. A realização de obras de terraplanagem e a abertura de estradas bem como sua manutenção, quando essas iniciativas importarem em sensíveis alterações das condições ecológicas;
- III. Derrubada da vegetação de preservação permanente definidas nos arts. 2º e 3º da Lei Federal n.º 4771 de 15 de setembro de 1965 e o exercício e atividades que impliquem em matança, captura, extermínio ou molestamento de quaisquer espécies de animais silvestres;
- IV. Projetos urbanísticos, parcelamento do solo e loteamentos, sem prévia autorização da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – SEMACE, antecedida dos respectivos estudos de impacto ambiental nos termos das prescrições legais e regulamentares e de acordo com os arts. 11 e 14 da Lei Estadual n.º 11.411 de 28 de dezembro de 1987.
- V. O uso de agrotóxicos, em desacordo com as normas ou recomendações técnicas estabelecidas;
- VI. Qualquer forma de utilização que possa poluir ou degradar os recursos hídricos abrangidos pela APA, como também o despejo de efluentes, resíduos ou detritos, capazes de provocar danos ao meio ambiente;
- VII. As atividades de mineração, dragagem escavação que venham causar danos ou degradação do meio ambiente e/ou perigo para as pessoas ou para a biota;
- VIII. O exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras e/ou um acentuado assoreamento das coleções hídricas;

As áreas de proteção ambiental como a APA do Estuário do Rio Mundaú geralmente são criadas com intuito de proteger e ordenar o uso dessas áreas fragilizadas que requerem cuidados extras e intensos, entretanto observa-se constantes descumprimentos dessas legislações vigentes. Embora Mundaú mantenha uma configuração urbana limitada justamente por conta das leis, sem a implantação de condomínios fechados e loteamentos, restaurantes, pousadas e resorts de grande porte, ainda assim – contrariando as leis ambientais – apresenta diversos desacordos.

É o caso dos hotéis de médio porte e casas de veraneio próximo as dunas e ao rio, atividades de carcinicultura, atividades turísticas que alteram nos ambientes naturais como os passeios de buggy nas dunas que afeta o movimento natural das áreas preservadas e os passeios de lanchas e jet-skis que poluem as águas do rio pelo uso de óleo em seus motores, afetando na qualidade de vida da fauna marinha que vivem nos manguezais ali existentes, esse ecossistema extremamente frágil, com diversos seres que dependem da qualidade ambiental para sobreviverem.

Além, é claro, dos parques eólicos nas dunas. Em Mundaú foi implantado em 2011, gerando diversos conflitos por conta dos impactos ambientais e sociais que acarretam, tendo quase o dobro de dimensão territorial que a localidade de Mundaú e mesmo com todas as legislações esclarecendo minuciosamente a vulnerabilidade desses espaços, empreendedores de alto padrão conseguem escapar, geralmente justificando-se como geradores de emprego e de melhoria na qualidade de vida das comunidades persuadindo as leis através de atividades compensatórias que vão ganhando espaço e confiança, muitas vezes se instalando sem a resistência da população (Mendes *et al*, 2014).

Os estudos de mapeamento visual de Mundaú esse entendimento, visto que oferece a possibilidade de comparar imagens históricas e recentes. Nessa análise da evolução da localidade de Mundaú e seu entorno, tomando como base as últimas três décadas, observa-se as principais características de reconfiguração da paisagem em Mundaú, na década de 2000 há a presença de campos de dunas limpos, a região onde futuramente se encontra o parque eólico ainda intocada e alto nível de vegetação (ver figura 15).

Figura 15. Dinâmica temporal de Mundaú nas últimas três décadas.



Fonte: Adaptado pela autora com base no Google Earth, 2025.

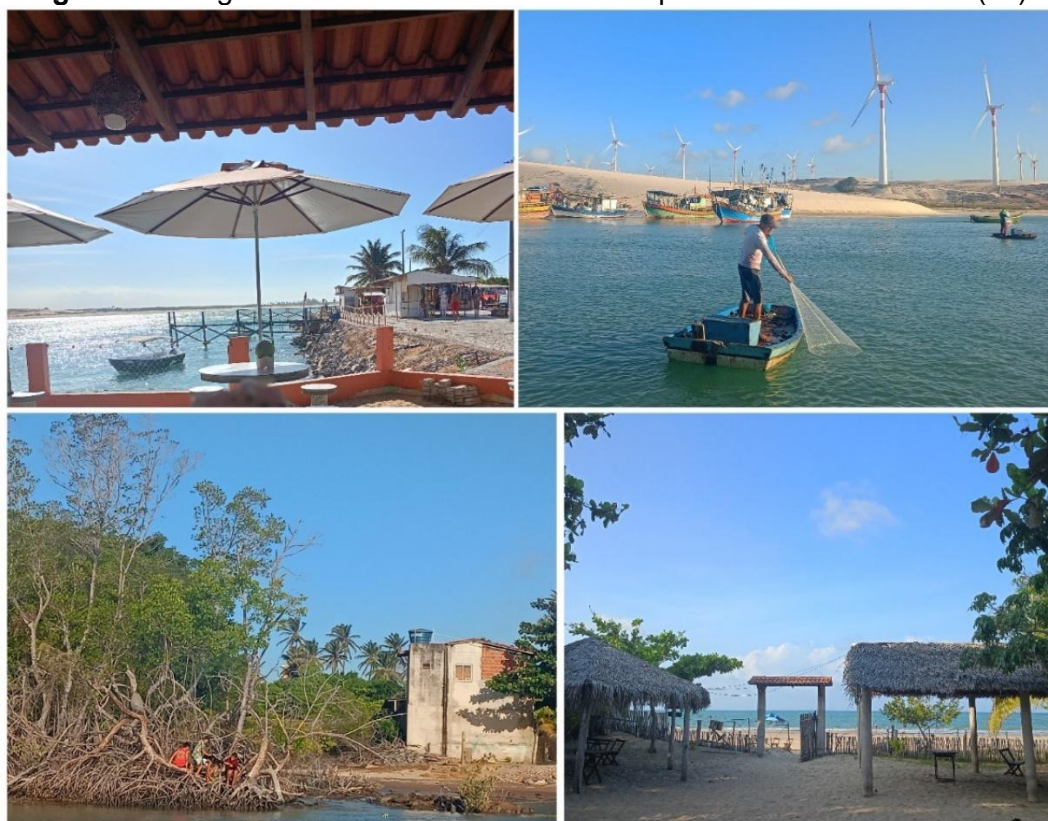
Na década de 2010, já pode-se observar maiores movimentações nessa paisagem, principalmente nos campos de dunas onde – contrário a proibição do decreto 25.414 (Ceará,

1999) – há suas degradações para a abertura de estradas e a implantação do parque eólico. Começa a aparecer as supressões das vegetações e a expansão urbana em direção aos campos de dunas, que se intensifica na década atual de 2020 com a vegetação bem desmatada e a diminuição considerável das áreas de dunas.

Essas análises reforçam um desenvolvimento do turismo baseado na lógica neoliberal e disputas de poder que reorganizam a paisagem atendendo os interesses de atores hegemônicos em detrimento dos mais vulneráveis. Sendo o uso inadequado dos ambientes de dunas e manguezais dentro da APA do Rio Mundaú para obtenção de lucro pelas atividades turísticas o maior exemplo dentro da localidade, por se tratar de empreendedores com poder aquisitivo acabam se esquivando das regras e conseguindo atuar dentro desses espaços sem prejuízos próprios, apesar do prejuízo ambiental que causam.

Então, como uma forma de visualizar diferentes olhares e trazer aproximação entre a pesquisa e o objeto, utilizamos a técnica de foto-descoberta, trazendo o olhar da população local (ver figura 16) no cotidiano, onde observa-se o contraste da realidade vivida por eles, os pescadores fazendo seu trabalho no mesmo cenário que as lanchas passeiam com os turistas, crianças brincando em resquícios do manguezal em paisagens não turísticas e estruturas básicas de sustento.

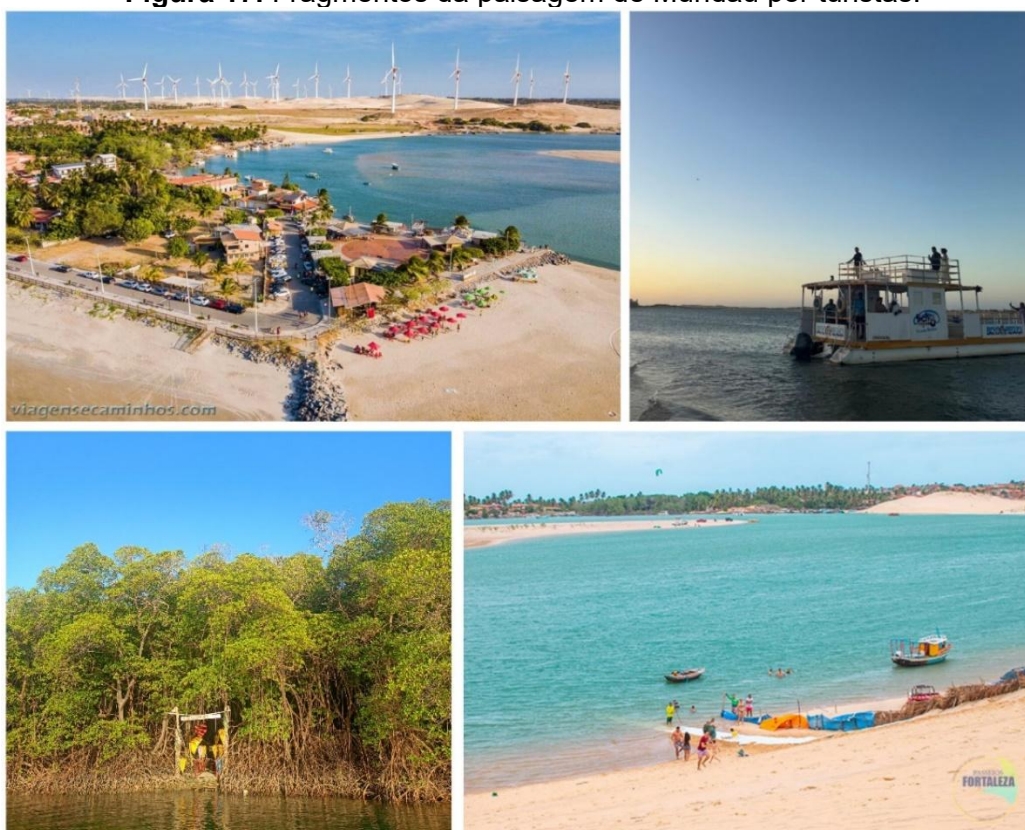
Figura 16. Fragmentos do cotidiano de Mundaú pelo olhar de moradores(as).



Fonte: Fotografias capturadas e cedidas por moradores(as), 2025.

Complementarmente, é interessante observar o olhar que turistas (ver figura 17) detêm desses espaços, muitas vezes diferente da realidade local vivida. Com fotos recolhidas de pesquisas em sites de rotas turísticas no Ceará que incluem o Trairi e em redes sociais como o Instagram e o GoogleMaps, foi possível identificar que é justamente esse encontro do mar e do Rio Mundaú que chama a atenção aos visitantes, que é vendida a imagem de roteiros turísticos dentro dos manguezais e do rio e brincadeiras (skibunda) nas dunas. Atividades, essas, como já mencionado, que são proibidas na área e mesmo assim continuam a crescer.

Figura 17. Fragmentos da paisagem de Mundaú por turistas.



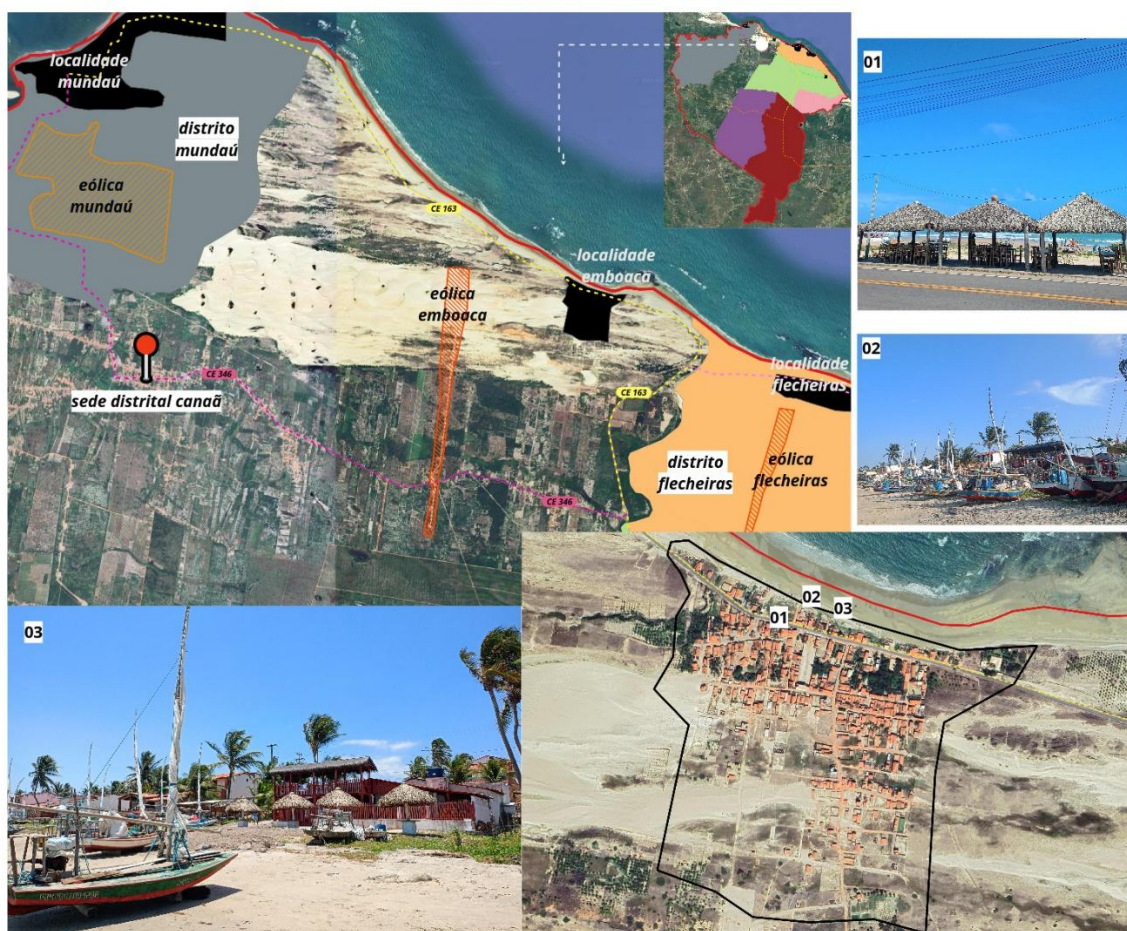
Fonte: Fotografias recolhidas em sites turísticos e redes sociais, 2025.

4.2 Emboaca

Emboaca faz parte do distrito de Canaã, criado em 1987, sendo o segundo mais populoso do município, com 13.328 habitantes (IBGE 2022) ficando atrás apenas do distrito Sede (18.051hab). Interessante mencionar que o distrito não se desenvolveu totalmente em função da região litorânea, visto que sua sede distrital se inicia distante do mar (aproximadamente 10km, seguindo a rodovia CE346) e progrediu com a predominância dos engenhos de cana-de-açúcar para fabricação de rapadura que se torna a principal identidade cultural de Canaã.

O distrito faz divisa à oeste com o distrito de Mundaú e à leste com os distritos Flecheiras, Sede e Córrego Fundo, tendo seu litoral composto apenas pela localidade de Emboaca (ver figura 18), com aproximadamente 700 habitantes (IBGE 2022) em uma área aproximada de 0,42km². Segundo Melo (2021), os primeiros vestígios de assentamentos na região datam por volta de 1960 com a chegada das primeiras famílias de pescadores.

Figura 18. Localização de Emboaca.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth (2023). Imagens do levantamento fotográfico da autora, 2024/2025.

A comunidade constitui-se historicamente a partir da pesca artesanal, atividade que se mantém até a atualidade como principal base econômica das famílias locais, refletindo-se diretamente na configuração territorial e nas formas construtivas do lugar. Na faixa próxima à arrebentação, ainda é possível identificar a presença das jangadas tradicionais e dos apetrechos utilizados pelos pescadores artesanais. Contudo, já se observam processos iniciais de arruamento e parcelamento do solo sobre as dunas e em direção ao interior (ver Figura 16). Tais intervenções, embora ainda incipientes e incompletas, sinalizam a atuação emergente do mercado imobiliário na localidade, com potencial para induzir, a curto ou médio prazo, novos ciclos de valorização fundiária e especulação.

Segundo Melo (2021), a maioria das atividades econômicas desenvolvidas na comunidade – como agricultura e comércios pequenos – são iniciativas de moradoras e moradores, havendo um protagonismo das pessoas da comunidade na geração e circulação de renda. Esse fato torna a faixa de praia de Emboaca pouco desenvolvida em prol do turismo em massa, visto que é tida como um ponto de passagem entre os pontos turísticos de Flecheiras e de Mundaú, facilitando o acesso dos moradores(as) de Trairi que não se identificam com o alto movimento elitizado das outras praias.

A evolução de Emboaca (ver figura 19) nas últimas três décadas, através das análises de mapeamento visual, nos dá um entendimento melhor sobre esse assunto, se tratando de uma comunidade de pequeno porte com menos de mil habitantes, seus principais enfrentamentos se dão justamente com a instalação desses parques eólicos, onde na época houve a degradação das dunas – antes quase intocadas com seus tapetes de areais brancas - e das vegetações como analisamos na década de 2010.

Figura 19. Dinâmica temporal de Emboaca nas últimas três décadas.



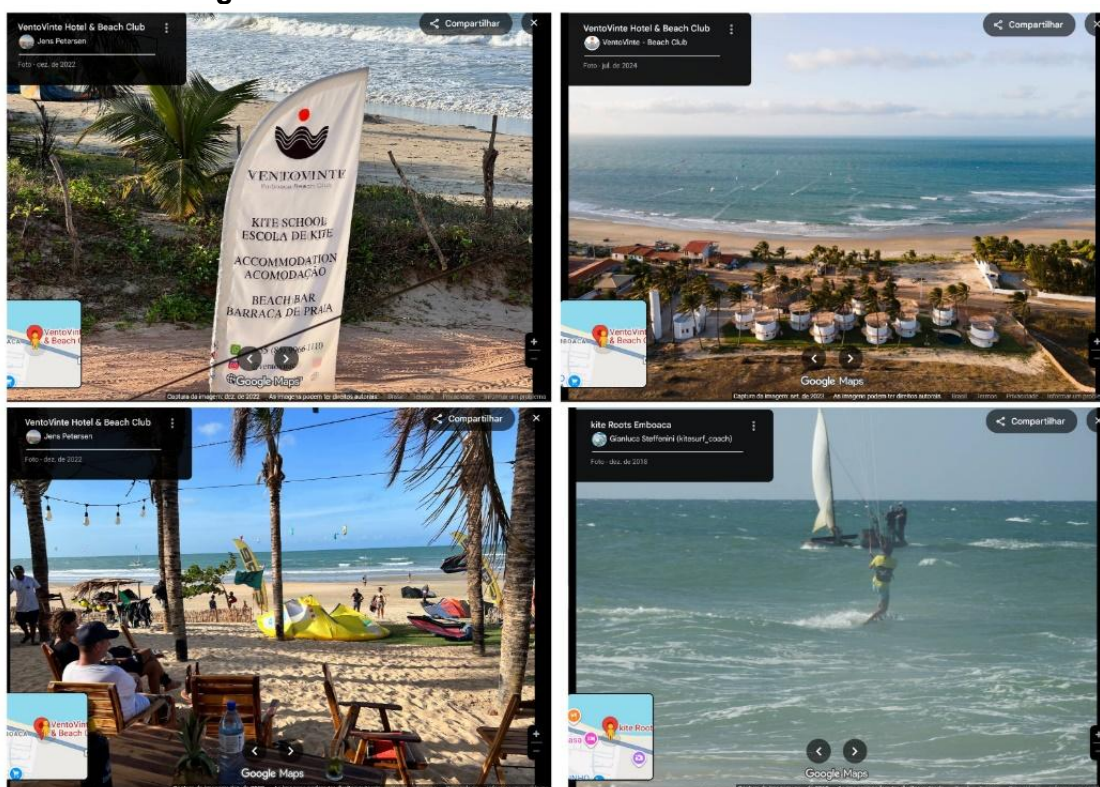
Fonte: Adaptado pela autora com base no Google Earth, 2025.

Em questões ambientais, Emboaca abriga lagoas, dunas e vegetação restingas que segundo o Código Florestal pertence a áreas de proteção permanente (APPs). Esses recursos naturais foram em parte descaracterizados principalmente pela instalação do parque eólico em 2011, que degrada as dunas e as vegetações existentes para a abertura de novas vias e a implantação das torres eólicas. O empreendimento gera também impactos: há o problema do impacto visual que compromete a preservação da paisagem; e há a poluição sonora que afeta a população residente mais próxima das instalações,

Entretanto, as empresas se baseiam em justificativas apresentadas no RIMA, de que o empreendimento de energia renovável é de “utilidade pública”, expressa nos termos do Art. 4º do Código Florestal (Lei nº 12.651/2012) e do Art. 1º da Resolução Conama nº 369/2006. Além também, de que as audiências públicas para implantação desses parques, obrigatórias para sua conclusão, ocorreram na sede de Trairi, sendo de pouca ou nenhuma divulgação e difícil acesso para as pessoas da comunidade.

A partir de 2020, a especulação imobiliária relacionada ao turismo começa tomar maiores espaços dentro da comunidade, o que antes não era tão nítido toma uma nova proporção com a implantação de novos empreendimentos, principalmente voltados para o esporte kitesurf, com escolas e espaços de lazer, hospedagem e alimentação para os atletas, que acaba chamando um novo público para a localidade totalmente diferente da realidade do local. É o caso do hotel Vento Vinte (ver figura 20) que traz uma estrutura destoante da região e gera conflitos entre os kitesurfistas e os pescadores.

Figura 20. Hotel Vento Vinte na localidade de Emboaca.



Fonte: Imagens retiradas do GoogleMaps, 2025.

O Hotel Vento Vinte, então, é o clássico exemplo que essas atividades turísticas causam nos locais aonde chegam, sendo essa visão que os turistas abarcam desses lugares. O morador B, pescador de Emboaca, relata que desde quando os atletas chegaram na

localidade, começaram algumas disputas por espaço, visto que as jangadas dos pescadores ficam atracadas por toda extensão da praia e conflita entre as velas utilizadas no esporte. Além, também, dos conflitos dentro da água entre banhistas e os kitesurfistas em suas pranchas, o que resultou em acordos entre ambos os lados, estipulando onde cada um pode percorrer e ocupar.

Figura 21. Fragmentos do cotidiano de Emboaca pelo olhar de moradores(as).



Fonte: Fotografias capturas e cedidas por moradores(as), 2025.

Como foi possível notar, a percepção de turistas e empreendedores não reflete o que os moradores e moradoras dessa comunidade enxergam (ver figura 21). Segue o relato de um morador:

“Nós sobrevivemos da nossa pesca, é o nosso ganha pão e o nosso transporte é as jangadas, sempre foi assim. Eles chegam e querem se apossar como se não tivesse ninguém aqui e a prefeitura não faz nada, teve gente que chegou a reclamar, mas não fazem nada. Nossas crianças ficam banhando e eles com aquelas pranchas passando por perto, hoje em dia até que melhorou um pouco, mas tem que ficar atento.” (Morador B, de Emboaca)

Como já mencionado, Emboaca preserva marcantes características de vilarejo, com predominância de moradores nativos cuja subsistência está vinculada, sobretudo, à pesca

artesanal e ao pequeno comércio local. A localidade ainda não concentra grandes equipamentos comerciais, de lazer ou de hospedagem, tampouco dispõe de atrativos turísticos formalmente estruturados. À exceção dos pontos de permanência associados à prática do kitesurf, Emboaca configura-se, em grande medida, como um espaço de passagem entre Flecheiras e Mundaú. Ainda assim, começam a se manifestar, de forma incipiente, os efeitos do processo de urbanização turística.

4.3 Flecheiras

A localidade de Flecheiras, principal referência litorânea de Trairi, faz parte do distrito de mesmo nome que foi criado apenas em 1999, fazendo divisa à oeste com o distrito Canaã e à sul com o distrito Sede. O distrito possui 4.378 habitantes (IBGE 2022) e a localidade em si contém aproximadamente 2.805 habitantes em uma área aproximada de 3,5km². Historicamente, a comunidade originou-se em meados do século XVIII, quase que exclusivamente numa área indígena que marcava o cotidiano pela realização de atividades como a caça e a pesca associado ao uso da flecha como instrumento principal, o que originou o nome de Flecheiras (Lima, 2013). Lima, reforça que:

“Até 1988, a forma (correta) para identificar o nome da comunidade foi motivo de discordância entre os moradores. A forma grafada dependia de quem as escrevia. As grafias identificadas eram as seguintes: Flecheiras, Fleicheiras, Flexeiras, Fleixeiras, Frecheiras. Para acabar com o impasse, foi organizado pelo grupo de jovens, com apoio da Igreja Católica, um plebiscito onde cada morador, através de voto secreto, fazia sua escolha. A grafia mais votada foi Flecheiras, e a justificativa esteve relacionada à representatividade histórica que o termo flecha tem na origem da comunidade (2013, p. 21)”.

No início da década de 1990, essa localidade não passava de um pequeno vilarejo localizado entre coqueirais, lagoas e dunas brancas, com duas fileiras de casas e uma comunidade que vivia da pesca artesanal realizada pelos homens que montavam a paisagem da praia com as fileiras de suas jangadas e artesanatos confeitados pelas mulheres que compunham a frente de suas casas em seus bilros, instrumento de fabricação das rendas. A estrutura urbana era rústica com estradas de terra e casas sem muros e cercas, demonstrando ambientes familiares e próprios da cultura nativa (ver figura 22).

Figura 22. Flecheiras no início da década de 1990.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=lixj7IHEzu0&list=LL&index=9>

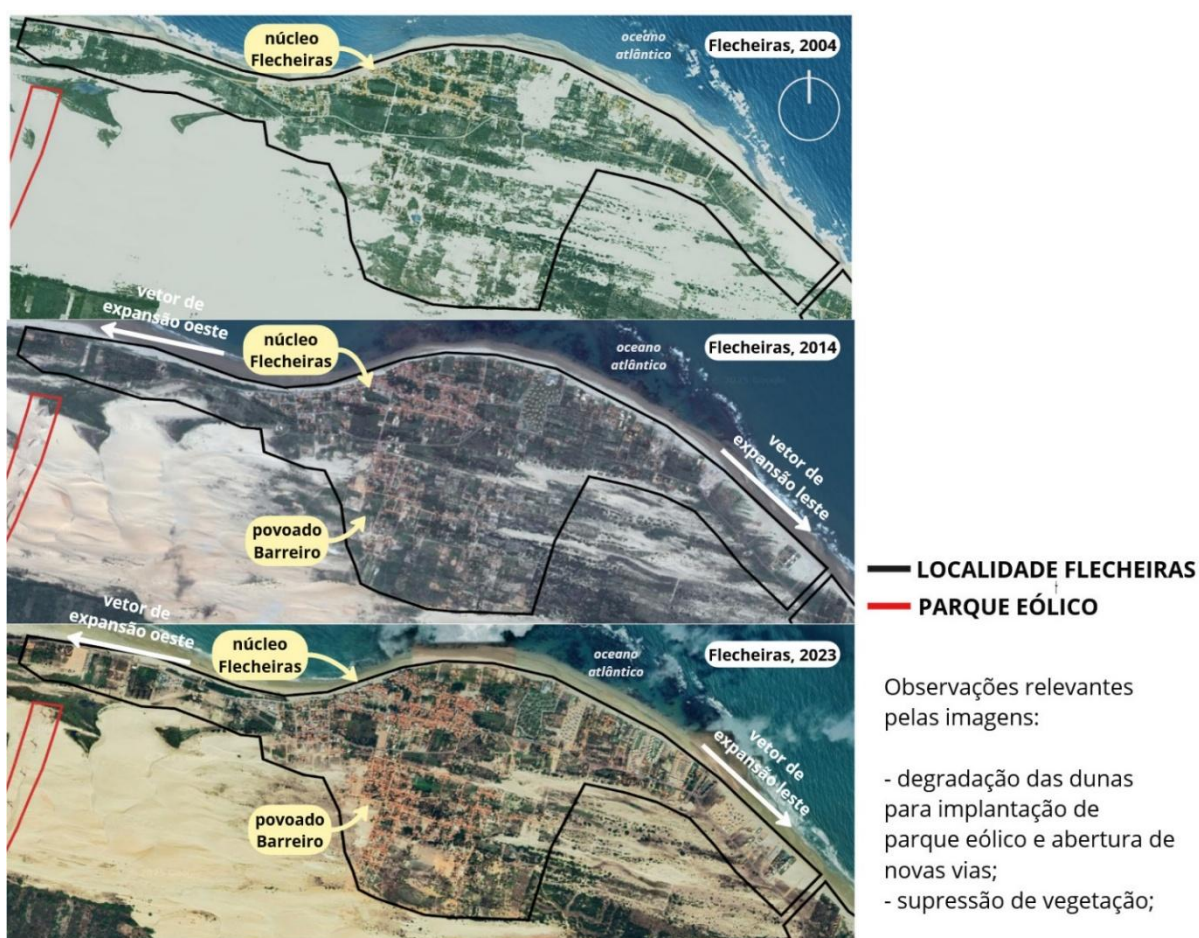
Figura 23. Localização de Flecheiras.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth (2023).
Imagens do levantamento fotográfico da autora, 2024/2025.

Em meados da década de 1990, impulsionada pelos investimentos turísticos regionais vinculados ao programa PRODETUR, a localidade de Flecheiras (ver figura 23) consolida-se como o principal destino turístico do município de Trairi, destacando-se por suas piscinas naturais, dunas claras e clima ameno. Nas duas primeiras décadas do século XXI, a demanda turística intensifica-se de forma significativa, a ponto de projetar o lugarejo como referência em escala nacional. Esse reconhecimento se materializa, por exemplo, no ano de 2024, quando Flecheiras foi eleita o destino mais acolhedor do Nordeste, segundo avaliação da plataforma Booking (site, 2024).

Figura 24. Evolução urbana de Flecheiras nas últimas três décadas.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth, 2025.

O processo de produção do espaço em Flecheiras ocorreu, sobretudo, em função da expansão de novas atividades produtivas — especialmente comerciais, imobiliárias e turísticas — que desencadearam marcantes transformações na organização socioespacial do lugar. Nesse contexto, destaca-se a comunidade do Barreiro (ver figura 24), bairro constituído majoritariamente por moradores nativos que, ao venderem suas antigas residências localizadas à beira-mar por valores irrisórios, cederam espaço à implantação de

infraestruturas voltadas ao turismo, como casas de veraneio, hotéis de padrão elevado e estabelecimentos de alimentação. Como resultado desse processo, essa população foi deslocada para o setor sul do núcleo urbano de Flecheiras, onde se configurou um novo bolsão de pobreza, evidenciando os efeitos excludentes da urbanização turística (Lima, 2013; Oliveira, 2019).

É relevante mencionar que essa nova configuração, por mais benefícios econômicos que gere – como empregos e algumas melhorias de infraestrutura –, também traz incômodos consideráveis para os moradores(as) locais. O diagnóstico socioambiental participativo da comunidade de Flecheiras (Lima, 2013) traz uma reflexão interessante sobre esse assunto através de um relato em forma de poema escrito por estudantes de Flecheiras no 1º Seminário de Educação Ambiental do *Projeto ALGAS: Cultivando Sustentabilidade*, acontecido em fevereiro de 2011 na Escola Estadual de Flecheiras, onde pode-se observar as perspectivas de quem vivia na região e suas principais inquietações.

“Flecheiras, faço parte!
Flecheiras é uma praia de belezas naturais,
que o homem tem teimado em destruir cada vez mais.
Os belíssimos coqueiros que embelezam a cidade,
estão sendo desmatados, isso é uma realidade.
E as dunas naturais de uma beleza invejável,
onde trafegam veículos, isso é inaceitável.
Garimpando as belezas todos eles vão lucrando,
e tudo que nós tínhamos está aos poucos se acabando.
E os moradores como ficam nessa história?
Sofrendo com a perda, tudo só fica na memória.
Os turistas estão chegando, querendo aqui repousar.
E os nativos estão sendo tirados de perto do mar.
Que se fixam no barreiro, formando uma nova vila,
e pescam para trazer sustento da sua família.
Bota a boca no trombone, diz qual é tua ideia real,
ou vai ficar só esperando que o bem seja vencido pelo mal?
Vamos lutar, vamos vencer,
pois a minha praia eu não quero perder.
(Vanessa Gadelha de Freitas, 15 anos;
Thaís Helena Moreira de Souza, 16 anos;
Estudantes da Escola Estadual de Flecheiras, 2011)”

Esse relato contribui para compreender as experiências e percepções daqueles que vivem nesses espaços, evidenciando que o desenvolvimento, embora traga benefícios para determinados grupos, pode gerar prejuízos e desigualdades para outros. Flecheiras consolidou-se como a praia mais conhecida e visitada de Trairi, tornando-se, para muitos turistas, a principal — quando não a única — referência do município. Em razão dessa centralidade, recaem sobre a localidade os maiores desafios relacionados à conciliação entre

o crescimento turístico e econômico, a preservação da qualidade ambiental e a promoção do bem-estar da população residente.

A partir das visitas de campo foi possível identificar fragilidades significativas associadas ao processo de urbanização turística na localidade. Destacam-se, sobretudo, as carências de infraestrutura básica, como a ausência de sistemas adequados de saneamento e de coleta de resíduos sólidos, que resultam na proximidade de edificações a esgotos a céu aberto e no acúmulo de lixo em vias públicas e esquinas (ver figura 25). Esses problemas tornam-se evidentes ao longo do percurso pelas ruas, revelando: (I) o despejo irregular de efluentes diretamente na faixa de praia, associado ao acúmulo de resíduos sólidos; (II) e (III) conflitos de status imobiliário entre novas edificações voltadas ao turismo e as construções tradicionais que ainda resistem no território; e (IV) conflitos de uso da praia, envolvendo, de um lado, os pescadores artesanais, que necessitam de espaço para a atracação de suas jangadas, e, de outro, os empreendedores de barracas, que utilizam cercamentos para restringir o acesso ao espaço público.

Figura 25. Conflitos de uso e ocupação observados em Flecheiras.



Fonte: Levantamento fotográfico da autora, 2024.

Esses impactos repercutem sentimentos de desconforto e desamparo da comunidade. Os moradores locais tomam consciência da fragilidade ou ausência de fiscalização por parte dos órgãos competentes, que não respondem de maneira satisfatória as solicitações de melhoria. Nesse contexto, surgem ações propositivas da vinda da comunidade, que passa a desenvolver iniciativas voltadas à preservação e à melhoria do ambiente em que vive.

Em Flecheiras, destaca-se o Projeto Viva Ruan (ver figura 26), uma iniciativa criada por moradores nativos em parceria com as escolas de ensino fundamental da região. O projeto aposta no protagonismo das crianças como agentes multiplicadores de conhecimento, fundamentando-se na premissa “Aprendendo com as crianças como manter nossa praia limpa”. Ao articular a educação ambiental desenvolvida no ambiente escolar com ações práticas no território, o projeto promove atividades ecoeducativas que se concretizam em mutirões de limpeza das praias, realizados de forma consciente, participativa e pedagógica. Trata-se de uma iniciativa que permanece ativa e consistente, com coletas de resíduos realizadas semanalmente, todas as quartas-feiras, consolidando-se como uma prática contínua de sensibilização ambiental e engajamento comunitário.

Figura 26. Projeto Viva Ruan, Flecheiras.



Fonte: Rede social do projeto @projelopraiaivivaruan.

Na perspectiva dos moradores, a realidade cotidiana revela-se bastante distinta daquela promovida pelas atividades turísticas. Conforme indicado na figura 27, a percepção dos moradores remete a uma Flecheiras descaracterizada e marcada pela precariedade da

manutenção urbana, evidenciando a existência de múltiplas demandas ainda não atendidas. Essa imagem contrasta com a Flecheiras construída pelo discurso turístico, voltada prioritariamente à preservação da qualidade ambiental e do bem-estar dos grandes empreendimentos destinados aos visitantes. O distanciamento entre essas duas realidades torna-se particularmente evidente no relato do morador “C”, ao destacar as dificuldades enfrentadas por residentes que insistem em manter suas casas com tipologias construtivas tradicionais e em preservar os modos de vida vinculados à pesca artesanal.

Figura 27. Fragmentos do cotidiano de Flecheiras pelo olhar de moradores(as).



Fonte: Fotografias capturas e cedidas por moradores(as), 2025.

Evidencia-se, assim, uma dualidade de percepções sobre o lugar. De um lado, persistem as dificuldades enfrentadas por muitos moradores que vivem em áreas desprovidas de infraestrutura adequada; de outro, projeta-se uma imagem cuidadosamente construída, marcada por boas estruturas de hospedagem e pelo atendimento satisfatório das necessidades básicas voltadas ao turismo. Nas fotografias compartilhadas pelos visitantes (ver figura 28), consolida-se a representação de uma Flecheiras idealizada: uma praia limpa,

equipada com restaurantes e barracas bem estruturadas, envolta por uma atmosfera paradisíaca que contrasta com as condições vivenciadas por parte da população local.

Figura 28. Fragmentos da paisagem de Flecheiras vista pelos turistas.



Fonte: Fotografias recolhidas de sites turísticos e redes sociais, 2025.

4.4 Guajiru

Guajiru faz parte do distrito de Flecheiras que diferente dos demais distritos que contam apenas com uma localidade litorânea. Além de Guajiru, o distrito de Flecheiras abarca também a localidade de Canabrava. Guajiru localiza-se à leste de Flecheiras e possui 958 habitantes, segundo o IBGE 2022, em uma área aproximada de 1,75km², sendo em sua maioria de residências dos moradores locais e de veranistas com segunda residência (ver figura 29).

Segundo relatos de moradores, a história de Guajiru remonta a meados da década de 1950, quando famílias de pescadores oriundas de Flecheiras passaram a se estabelecer na área, motivo pelo qual o local era inicialmente conhecido como “Flecheirinha”. Com o tempo, contudo, a abundância da planta guajiru — amplamente utilizada pela população tanto na alimentação quanto no aproveitamento de sua madeira — conferiu identidade própria à localidade, que passou a ser denominada Guajiru. Atualmente, essa espécie encontra-se

quase extinta na região, restando apenas iniciativas pontuais de alguns moradores e moradoras que buscam recuperar seu cultivo.

Figura 29. Localização de Guajiru.

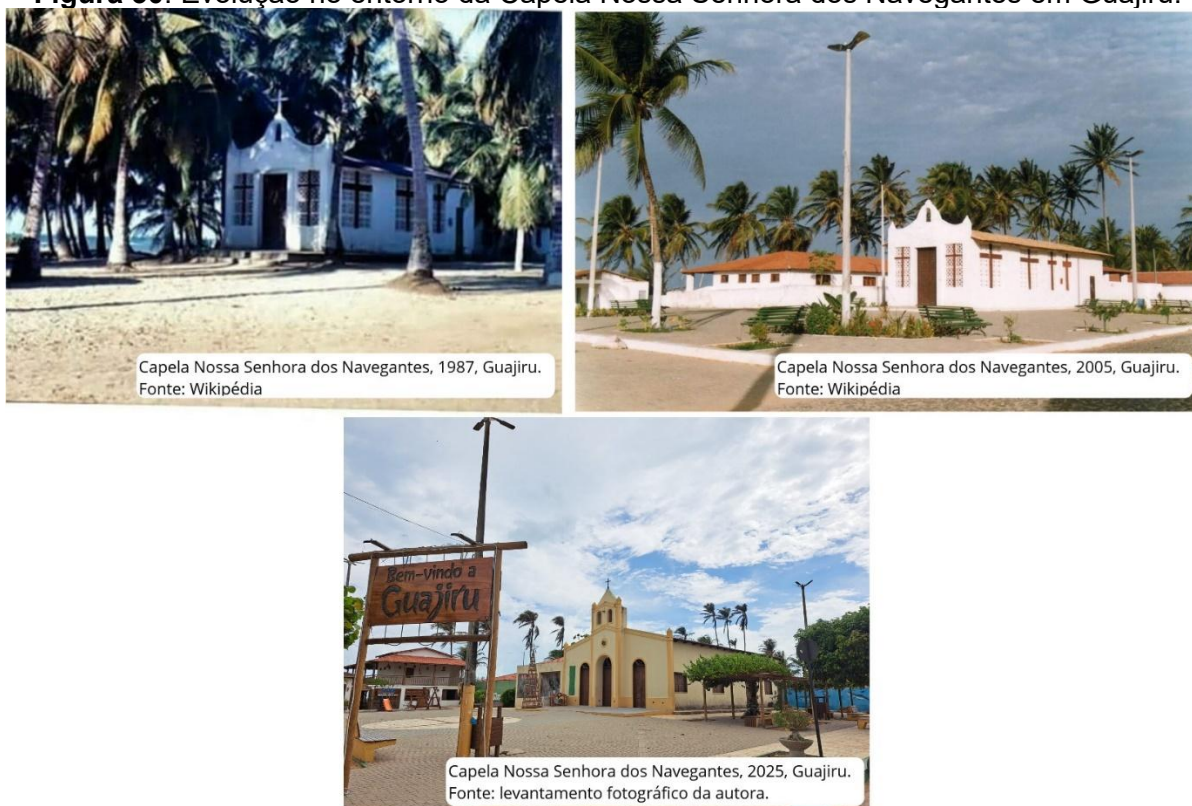


Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth (2023). Imagens do levantamento fotográfico da autora, 2024/2025.

Uma narrativa de forte apelo simbólico, vinculada à fé compartilhada pelos moradores nativos, refere-se à lenda segundo a qual, há muito tempo, um navio proveniente de Portugal teria encalhado na praia de Guajiru. Conta-se que, a bordo da embarcação, encontrava-se uma princesa portuguesa devota de Nossa Senhora do Livramento, que carregava consigo uma imagem da santa e fez a promessa de consagrar à devoção o primeiro local em terra firme avistado, caso todos conseguissem desembarcar em segurança. Essa narrativa contribui para o fortalecimento da crença em Nossa Senhora dos Navegantes, padroeira da comunidade, em cuja homenagem foi construída uma capela anterior à década de 1990. Registros fotográficos permitem identificar as principais transformações da paisagem ao longo do tempo: a capela permanece como elemento central, enquanto seu entorno acompanha as

reconfigurações do desenvolvimento local, consolidando-se como a principal praça e espaço de encontro da comunidade (ver figura 30).

Figura 30. Evolução no entorno da Capela Nossa Senhora dos Navegantes em Guajiru.



Fonte: Acervo da autora, 2025.

As imagens históricas da capela evidenciam, de forma expressiva, as transformações ocorridas na paisagem local em decorrência da expansão do turismo. A vegetação originalmente composta por extensos coqueirais e o solo caracterizado por um banco natural de areia vão, progressivamente, cedendo lugar aos calçamentos, às novas edificações e a elementos de sinalização e marketing voltados à recepção de visitantes. Ainda assim, Guajiru não apresenta uma infraestrutura turística de barracas tão consolidada quanto a observada em Flecheiras. Predomina na localidade um padrão de ocupação associado às segundas residências, preservando características de vilarejo, com a orla majoritariamente ocupada por casas de veraneio.

Guajiru consolidou-se como um importante destino para a prática do kitesurf, em razão de suas condições climáticas favoráveis, especialmente a constância e intensidade dos ventos. Esse atrativo tem atraído praticantes de diversas partes do mundo, influenciando diretamente a dinâmica local e a implantação de empreendimentos vinculados ao esporte, muitos deles associados a longas estadias ou à fixação permanente de seus proprietários na

localidade. Nesse contexto, o processo de ocupação e expansão de Guajiru tem sido impulsionado pelo turismo esportivo e pela valorização do mercado de segundas residências. Segundo relatos de moradores, grande parte das casas situadas à beira-mar pertence a estrangeiros, principalmente italianos e alemães, que adquirem imóveis antigos ou terrenos a baixos custos para a construção de residências de alto padrão, utilizadas tanto como suporte para a prática do esporte quanto como fonte de renda por meio do turismo em períodos de ausência.

Diferentemente de Flecheiras, onde a inversão de valores socioespaciais ocorreu de forma abrupta — com a apropriação quase integral da faixa litorânea pelos grupos economicamente favorecidos e o deslocamento dos moradores nativos para áreas mais afastadas —, em Guajiru a associação de moradores exerce presença ativa e contínua no território. Essa atuação tem sido fundamental para a resistência cotidiana, voltada à preservação dos costumes locais e à salvaguarda das tradições comunitárias frente às pressões da urbanização turística.

Figura 31. Projeto Guajiru Limpo.



Fonte: Rede social do Projeto @guajirulimpo

Um exemplo expressivo dessa mobilização é a iniciativa **Guajiru Limpo** (ver figura 31), que vai além das ações periódicas de limpeza da praia realizadas com o apoio de voluntários. O projeto também promove eventos comunitários para arrecadação de recursos

e, sobretudo, busca conscientizar os moradores sobre a importância do cuidado com o meio ambiente e com o território em que vivem. Nesse sentido, a iniciativa assume um papel político e pedagógico, ao estimular o engajamento local e atuar como instância de denúncia frente a irregularidades urbanísticas e ambientais, fortalecendo o protagonismo da comunidade na defesa de seus direitos e de seu espaço de vida.

Essa vivência da localidade de Guajiru mantém um sentimento acolhedor. Os moradores guardam memórias afetivas dos ambientes das moradias e do espaço comum. Isso reflete tanto na comunidade nativa como os novos moradores que assimilaram a essência do lugar. O morador “D”, professor concursado do estado que se mudou há 5 anos para o Trairi e mantém moradia em Guajiru, relata que:

“Antes de morar em Guajiru eu passei por Mundaú e Flecheiras, e posso afirmar que são realidades completamente distintas mesmo em curto espaço. Aqui em Guajiru a sensação é realmente de vilarejo, os moradores se ajudam, todo mundo se conhece e eu me sinto seguro. Pra ter noção, dormimos com as portas abertas sem se preocupar se alguém vai entrar, isso era impossível se sentir em Flecheiras e Mundaú.” (Morador “D” de Guajiru)

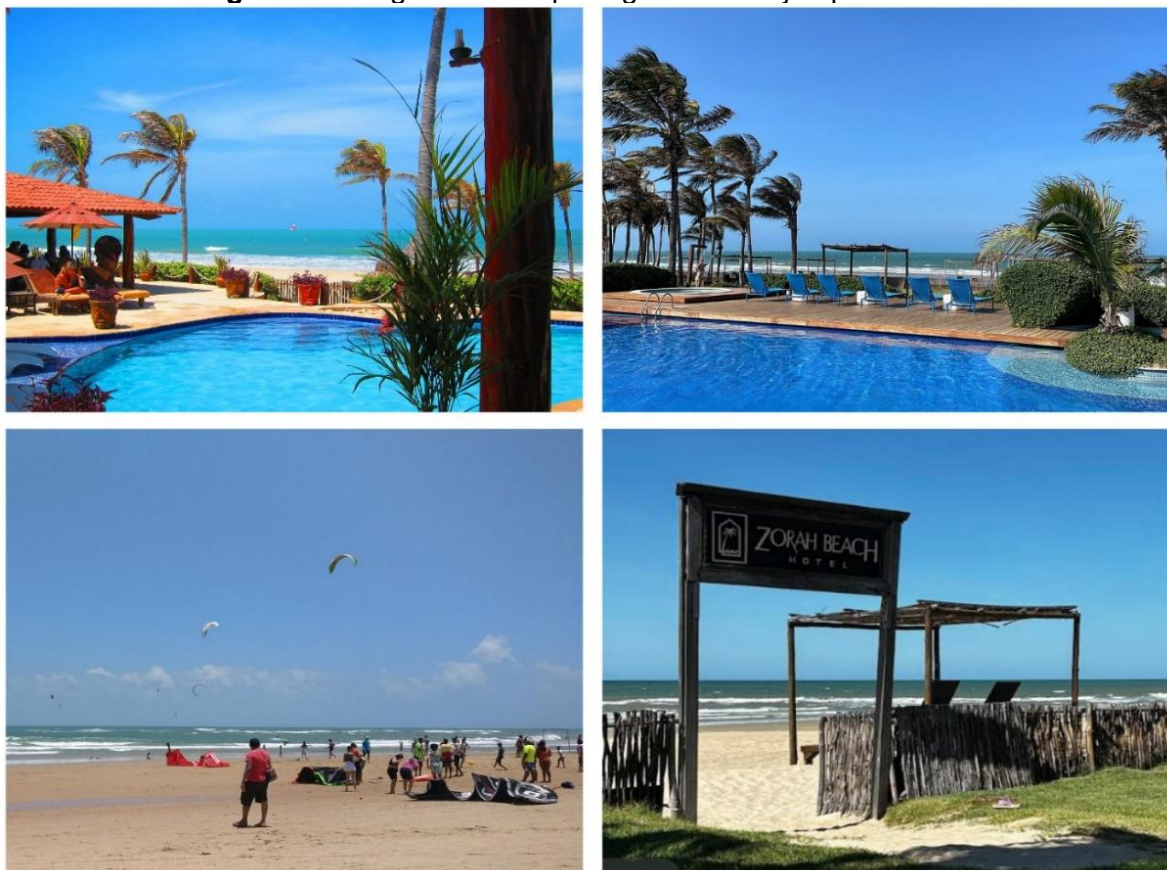
Figura 32. Fragmentos do cotidiano de Guajiru pelo olhar de moradores(as).



Fonte: Fotografias capturas e cedidas por moradores(as), 2025.

Esse cenário se expressa de forma evidente nas fotografias produzidas pelos próprios moradores, que registram a simplicidade do lugar e o cotidiano acolhedor da comunidade, marcado por relações de proximidade e por pequenos estabelecimentos comerciais associados a um modo de vida mais simples (ver figura 32). Embora se trate de um ambiente relativamente mais integrado do que em outras localidades, a leitura da paisagem feita pelos turistas tende a ser seletiva e parcial, privilegiando imagens de casas e condomínios fechados, com a praia deserta concebida como extensão privada do espaço doméstico. Essas representações difundem a ideia de um lugar exclusivo e convidativo, em aparente harmonia com a natureza, ao mesmo tempo em que ocultam as dinâmicas sociais e territoriais que estruturam o cotidiano da comunidade local (ver figura 33).

Figura 33. Fragmentos da paisagem de Guajiru por turistas.



Fonte: Fotografias recolhidas em sites turísticos e redes sociais, 2025.

4.5 Canabrava

Diferentemente das demais localidades, Canabrava (ver figura 34) apresenta particularidades relevantes para a compreensão de um processo de ocupação ainda incipiente quando comparado aos outros núcleos litorâneos do município. Para aprofundar a análise da paisagem e tornar mais clara a leitura territorial, adotou-se o procedimento

metodológico de dividir a localidade em duas porções distintas, denominadas “área A” e “área B”. A formação do povoado tem origem na área A, situada a aproximadamente 1,5 km da área B, em uma região mais favorável às atividades agrícolas e próxima ao rio Trairi. Essa localização permitia que os pescadores se deslocassem até o mar para a pesca, ao mesmo tempo em que mantinham cultivos agrícolas, articulando práticas produtivas complementares.

As famílias de Canabrava, historicamente vinculadas à pesca artesanal, estabeleceram-se nesse espaço inicial (área A), que até a década de 1990 apresentava acesso precário, com estradas de terra de difícil trafegabilidade e ocupação restrita a moradias simples. Tratava-se, majoritariamente, de uma população de baixa renda, desprovida de infraestrutura urbana significativa. Atualmente, a área A abriga 578 habitantes, segundo dados do IBGE (2022), distribuídos em uma área aproximada de 0,47 km². Já a área B não possui registros populacionais oficiais, uma vez que não há moradores permanentes, concentrando apenas pequenas estruturas de restaurantes pertencentes a moradores da própria área A, voltadas principalmente ao atendimento eventual de visitantes.

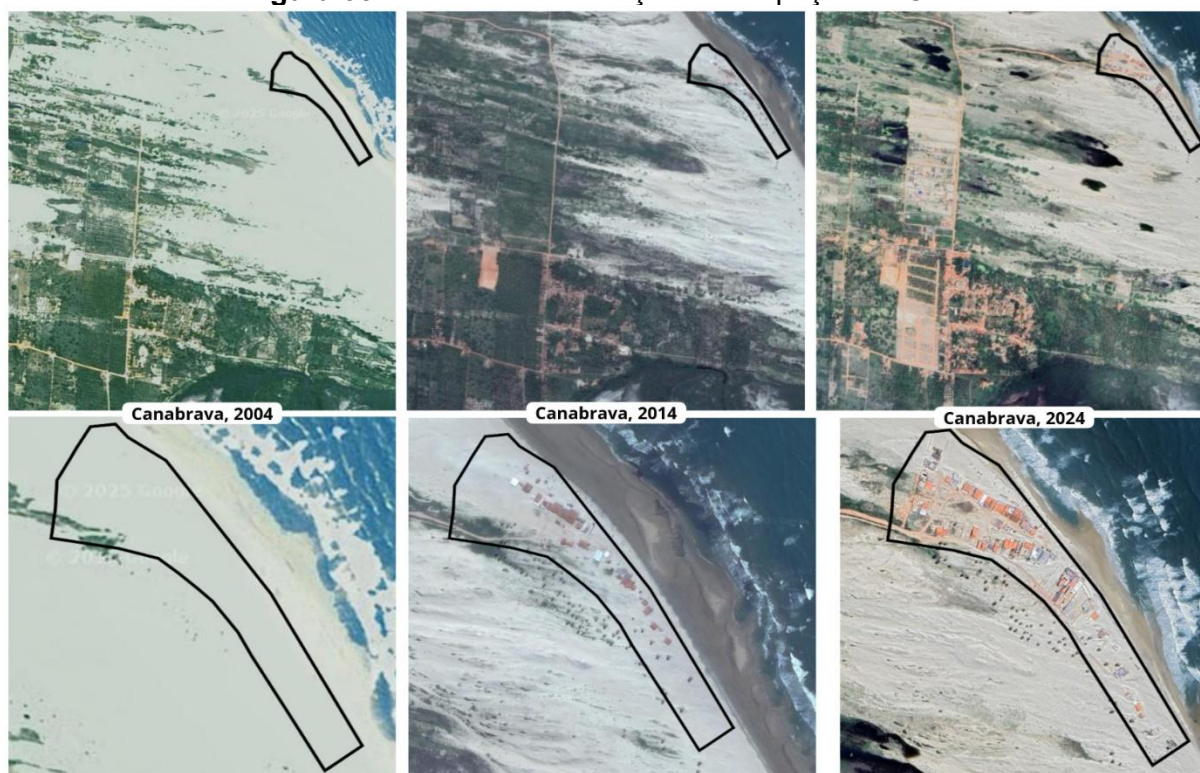
Figura 34. Localização de Canabrava.



Fonte: Elaborado pela autora com base no Google Earth (2023). Imagens do levantamento fotográfico da autora, 2024/2025.

Por se tratar de uma localidade ainda relativamente “esquecida” pelos fluxos hegemônicos de investimento e visibilidade turística, a comunidade de Canabrava manteve, por longo período, um processo de ocupação lento e gradual, impulsionado quase exclusivamente pelos moradores nativos. Em contraste com outras localidades do município, que já na década de 1990 se encontravam em franca expansão, a porção litorânea de Canabrava (área B) inicia sua ocupação apenas no final dos anos 2000 e início da década de 2010. Esse processo ocorreu de forma predominantemente endógena, materializando-se na implantação de barracas simples construídas pelas próprias famílias de pescadores, associadas a pequenos restaurantes que passaram a funcionar como fonte complementar de renda (ver figura 35).

Figura 35. Dinâmica de evolução da ocupação de Canabrava.



Fonte: Elaborado pela autora com base em imagens do Google Earth, 2025.

Conhecida popularmente como Praia de Canabrava (área B), a localidade teve início sem edificações destinadas à moradia permanente. Ainda hoje, não dispõe de um sistema estruturado de hospedagem, inexistindo pousadas, hotéis ou restaurantes de maior porte — com exceção de uma pousada atualmente em fase de construção. Seu uso é majoritariamente apropriado por moradores e moradoras da própria região e de áreas vizinhas, que se sentem mais à vontade nesse espaço quando comparado a outras praias de Trairi já marcadas por processos de elitização.

A estrutura urbana da faixa litorânea preserva características construtivas tradicionais, baseadas no uso de materiais locais, sem sofisticação formal ou planejamento urbanístico. A carência de infraestrutura decorre, em grande medida, do fato de a área ainda não se mostrar atrativa ou viável para grandes empreendimentos turísticos e imobiliários, o que faz com que a organização do espaço recaia principalmente sobre os próprios pescadores, que passam a estruturar pequenas iniciativas como alternativa de segunda fonte de renda. Contudo, esse cenário começa a despertar preocupações, uma vez que, nas proximidades da comunidade (ver figura 36), já se observa o avanço de um processo significativo de especulação imobiliária.

Figura 36. Localização de empreendimentos imobiliários turísticos próximo a Canabrava.



Fonte: Elaborado pela autora conforme mapeamento do Google Earth, 2025.

A área A é constituída por extensas glebas de terra e tem sido palco de um crescente processo de especulação imobiliária, associado sobretudo à proposição de condomínios fechados e resorts de alto padrão. Observa-se que essa dinâmica de ocupação e expansão avança de forma progressiva em direção à praia de Canabrava (área B). Os empreendimentos turísticos-imobiliários implantados nesse contexto são concebidos e comercializados sob a narrativa de “ambientes paradisíacos”, que enfatizam a integração com a natureza e a proximidade simultânea do rio e do mar.

Esse discurso tem atraído principalmente consumidores em busca de espaços considerados tranquilos e exclusivos para lazer e descanso. No entanto, tal processo tende a gerar incômodos e tensões para os moradores locais, evidenciados pela acentuada discrepância entre o modo de vida simples das populações nativas e as grandes estruturas de lazer e consumo de alto padrão introduzidas por esses empreendimentos. O olhar dos moradores(as) (ver figura 37) reforça essa percepção, ao revelar, a partir de suas próprias representações, a realidade cotidiana vivenciada diante dessas transformações na paisagem.

Figura 37. Fragmentos do cotidiano de Canabrava pelo olhar de moradores(as).



Fonte: Fotografias capturas e cedidas por moradores(as), 2025.

5 PAISAGEM E MUDANÇA: ANÁLISE DOS RESULTADOS EMPÍRICOS

Este capítulo dedica-se à apresentação dos resultados da investigação, tomando como ponto de partida a análise territorial do município de Trairi e a caracterização das cinco praias descritas no capítulo anterior. Trata-se, portanto, do momento de articulação e síntese dos dados obtidos. A exposição que se segue inicia-se com a discussão das evidências empíricas, à luz das interpretações construídas a partir do referencial teórico e das práticas de campo, e se conclui com a incorporação das vozes dos sujeitos envolvidos, cujas contribuições foram fundamentais para a consolidação dos resultados.

5.1 Interpretação das Evidências de Campo

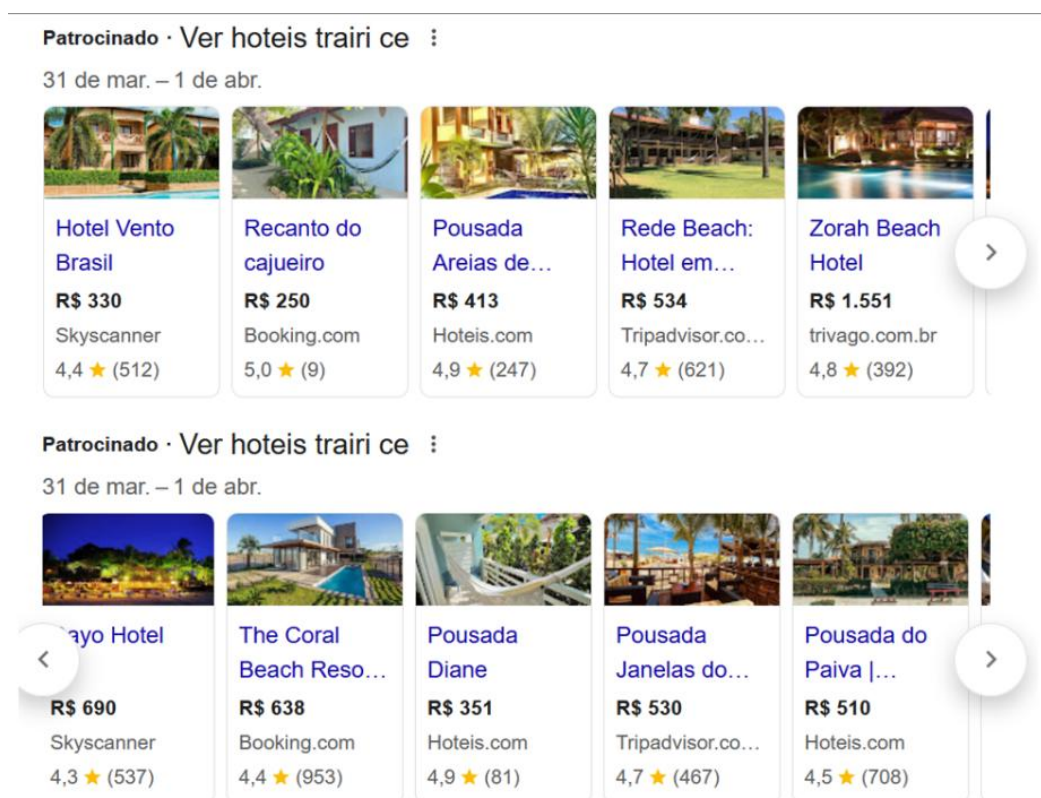
A partir da leitura da paisagem das cinco localidades litorâneas de Trairi, articulada aos estudos bibliográficos sobre o tema, este subcapítulo destaca as principais características identificadas nas visitas de campo ao litoral trairense. Tais elementos são fundamentais para compreender de que modo a urbanização turística incide sobre o processo de ocupação desses espaços, bem como seus efeitos sobre o meio ambiente e as formas de vivência social.

Cada espaço possui características únicas, e, quando analisados em conjunto, revelam um panorama geral dos principais aspectos do desenvolvimento local. O estudo do litoral exige paciência e observação contínua, já que as paisagens estão em constante transformação, seja por fatores naturais ou pelas intervenções humanas. No contexto atual de urgência climática, observa-se que as ações humanas realizadas em áreas costeiras já fragilizadas ganham maior visibilidade, o que torna ainda mais relevante a realização de estudos aprofundados sobre esses processos.

A cada novo estudo publicado a respeito desses assuntos é intensificado a importância do conhecimento dos impactos causadas pela urbanização turística, sendo o caso do processo erosivo que aumenta consideravelmente a cada ano. Só no Ceará esse problema já afetou quase 50% do litoral, com 16 praias em maiores riscos, estando o Trairi entre elas com nove pontos críticos (segundo reportagem, Diário do Nordeste, 18/03/2025). O risco erosivo tem destruído diversas estruturas e demanda medidas protetivas urgentes, uma vez que se faz do processo natural do avanço do mar e as atividades humanas irregulares, causadas principalmente pelo turismo, agrava em altas proporções, influenciando na descaracterização da paisagem e degradação dos ecossistemas sensíveis.

Observa-se, ainda, que a valorização das faixas litorâneas tende a concentrar-se sob o domínio das camadas mais abastadas, resultando na produção de um espaço progressivamente mais excludente do ponto de vista social. Para um município do interior, cuja média salarial da população residente é inferior a dois salários-mínimos (IBGE, 2022), evidencia-se a dinâmica de valorização do capital que favorece os grupos economicamente privilegiados, enquanto as populações menos favorecidas permanecem à margem desse processo. Em uma busca rápida no Google por hospedagens no litoral de Trairi (ver figura 38), torna-se evidente a quem se destina o usufruto desse tipo de serviço, com diárias que podem ultrapassar mil reais.

Figura 38. Principais hospedagens no litoral de Trairi/CE.



Fonte: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=hoteis+trairi+ce>. (Pesquisa realizada em março de 2025).

Esse cenário é frequentemente justificado sob o discurso do desenvolvimento econômico, associado a promessas de geração de empregos e de melhoria da qualidade de vida local por meio da implantação de empreendimentos que conferem visibilidade à região. Contudo, tal expectativa não se concretiza na prática. Moradores e moradoras relatam dificuldades em acessar empregos dignos nesses estabelecimentos, evidenciando que a maior parte das contratações ocorre apenas durante a fase de construção, com base em mão de obra de baixo custo. Posteriormente, observa-se a busca por trabalhadores mais

qualificados oriundos de outras localidades, o que limita os benefícios diretos para a população local.

“Eles (os empreendimentos) não se interessam na gente não. Se apossam dos nossos espaços, fazem a cabeça do povo que vai ser bom pra nós, que vamos melhorar de vida. Nós ou eles? No começo prometem mundos e fundos, mas depois é a mesma coisa, contratam os mais inteligentes e não dão chance pra nós. Quem vem de fora não se importa com nós não, querem só se apossar do nosso lugar.”

(Moradora A, da localidade de Guajiru)

Assim, o litoral turístico também enfrenta a pressão dos interesses imobiliários, que, aliados às políticas urbana e de turismo, se estabelecem na região por meio de resorts, condomínios fechados de luxo e parques aquáticos, tornando esses espaços não apenas competitivos, mas também fragilizados do ponto de vista socioambiental. Esse panorama, que se intensificou especialmente nos últimos dez anos, tem afetado profundamente o litoral de Trairi, transformando de maneira irreversível sua paisagem. Uma seleção de imagens retiradas de sites imobiliários (ver figura 39) permite observar exemplos de condomínios de alto padrão implantados no litoral de Trairi, os quais vêm ocupando extensos trechos da orla marítima, sobretudo no eixo de expansão entre as localidades de Flecheiras e Guajiru.

Figura 39. Condomínios residenciais fechados de alto padrão em Trairi/CE.



Fonte: Sites imobiliários. Ver, p.ex.: www.vivareal.com.br, acesso em março, 2025.

Esse processo tem promovido a privatização das praias, tanto de forma explícita quanto simbólica, restringindo o acesso e o uso desses espaços. As populações locais relatam sentir-se intimidadas pela dificuldade de circulação e permanência nessas áreas, o que compromete o usufruto coletivo do litoral. Desse modo, a paisagem anteriormente marcada

pela abertura visual para o mar e pela presença contínua de coqueirais passa a ser substituída por muros extensos e edificações de grande porte, que alteram significativamente e descaracterizam a identidade paisagística da região.

As atividades turísticas e imobiliárias observadas no litoral de Trairi evidenciam sua estreita articulação com as políticas públicas adotadas, uma vez que frequentemente se consolidam como parceiras na busca por incentivos e facilidades que favorecem a expansão das localidades litorâneas do município. Esse contexto tem contribuído para a intensificação de uma série de impactos socioambientais, identificados ao longo da pesquisa e sintetizados na figura 40, que se manifestam de forma recorrente em diferentes trechos do litoral.

Figura 40. Exemplos de impactos observados no litoral de Trairi/CE.



Fonte: Levantamento fotográfico da autora, 2024/2025.

Entre esses impactos, destacam-se: (A) a degradação de dunas inseridas na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Mundaú, provocada por atividades turísticas de lazer, como a prática do skibunda; (B) a instalação de ocupações comerciais irregulares destinadas a atividades turísticas no interior da mesma APA, apesar de se tratarem de usos legalmente proibidos e em contínua expansão; (C) a apropriação irregular da faixa de areia da praia por estabelecimentos de alimentação, que delimitam áreas por meio de cercamentos, restringindo o acesso público; e (D) a desordem espacial decorrente do avanço do nível do mar, que, durante as marés altas, passa a invadir restaurantes e edificações à beira-mar, dificultando a circulação, intensificando processos erosivos e revelando a fragilidade do planejamento das orlas nessa região.

Somam-se a esses fatores: (E) as ocupações irregulares em campos de dunas móveis e fixas; (F) a abertura de novas vias destinadas à implantação de loteamentos; (G) o desmatamento da vegetação nativa para a construção de condomínios fechados e residências de veraneio de alto padrão; e (H) a contaminação do solo e dos recursos hídricos em

decorrência do descarte inadequado de resíduos sólidos. Em conjunto, tais impactos revelam um padrão de urbanização turística marcado pela fragilidade da regulação territorial e pela predominância de interesses econômicos sobre a proteção ambiental e o uso socialmente justo do litoral.

Esses impactos evidenciam a complexidade do turismo litorâneo como fenômeno social e sua capacidade de transformar profundamente as relações socioeconômicas e ambientais. Embora essa atividade tenha o potencial de gerar benefícios amplos para o Estado, empreendedores e moradores, sua dinâmica atual frequentemente resulta em uma distribuição desigual das vantagens. Na prática, observa-se uma relação de mão dupla restrita ao Estado e aos agentes do setor privado, que se beneficiam de incentivos governamentais e investimentos em infraestrutura voltados para a maximização do lucro.

Outro fator de grande relevância para a compreensão das dinâmicas recentes de Trairi refere-se à introdução, a partir de 2011, de uma nova atividade econômica que passou a reconfigurar de maneira significativa o território municipal: a implantação de parques de energia eólica. Essa modalidade, cuja análise se mostra indispensável, alterou substancialmente os espaços litorâneos e rurais do município e, ao se articular com a atividade turística ainda em expansão, contribuiu para intensificar a especulação imobiliária e a diversificação das práticas turísticas, ampliando tanto o fluxo de visitantes quanto o interesse pela fixação residencial no território.

Figura 41. A paisagem antes e depois da implantação dos parques eólicos.



Fonte: Imagens tiradas por turistas na rede social Instagram, acesso em 2025.

A implantação dos primeiros parques eólicos desencadeou transformações expressivas no quadro paisagístico e socioeconômico de Trairi, produzindo impactos

ambientais e espaciais de considerável magnitude. Como se observa na figura 41, a presença dos aerogeradores passou a ocupar posição de destaque na paisagem litorânea, não apenas alterando sua leitura visual e simbólica, mas também introduzindo novas dinâmicas de uso e apropriação do solo, com efeitos diretos sobre o ordenamento territorial e sobre as relações entre desenvolvimento econômico, meio ambiente e urbanização.

A paisagem, agora marcada pela presença de aerogeradores de grande porte, passou a expressar uma clara dualidade de percepções e conflitos no interior das comunidades locais. De um lado, encontram-se os grupos que apoiam esse modelo de desenvolvimento, associado à produção de energia considerada limpa, à geração de empregos e ao incremento da renda municipal. De outro, estão aqueles que vivenciam cotidianamente os impactos negativos dessa implantação, sobretudo os efeitos visuais e, principalmente, os ruídos sonoros, uma vez que muitos aerogeradores foram instalados no interior ou nas imediações imediatas das próprias comunidades.

A esses conflitos somam-se os impactos ambientais decorrentes da implantação dos parques eólicos em ambientes costeiros, que envolvem a necessidade de aterramento de lagoas, o desmatamento de vegetações nativas, a alteração e fragmentação dos habitats da fauna local e intervenções diretas sobre os campos de dunas. Além disso, a instalação desses empreendimentos implicou mudanças significativas na infraestrutura do município, exigindo a abertura de novas vias de acesso e o intenso deslocamento diário de veículos pesados para o transporte de equipamentos de grande porte. Esses processos tendem a gerar tensões adicionais nas comunidades, cujos espaços de circulação e de uso cotidiano passam a ser apropriados ou impactados por uma lógica externa de produção do território.

No contexto da produção das faixas litorâneas, a exploração pelos parques eólicos trouxe um aumento populacional considerável para Trairi, uma vez que muitos trabalhadores vieram de fora do município e acabaram por residir nele, movimentando então o setor imobiliário, o que junto com o turismo, contribuiu para essa nova configuração pós 2010 com loteamentos fechados e facilidade de financiamento. Em suma, verifica-se que as questões sobre quem pode ter acesso aos novos lotes de terra e quem está excluído deles são subjacentes a muitos conflitos sociais e políticos recentes na paisagem turística. Quatro poderes de exclusão – regulação, mercado, força e legitimação – combinam-se para moldar as relações fundiárias de formas novas, com capacidade de alterar profundamente a estrutura anterior.

A atribuição estatal de regulação do uso e ocupação do solo, a concessão de incentivos e de direitos de propriedade, a conversão de terras agrícolas aos usos pós-agrícolas,

a expansão dramática de áreas zoneadas sobre áreas que deveriam ser preservadas. Todos esses ajustes levam a exclusões “íntimas” envolvendo a população local tradicional, afetando-a em termos de identidade e pertencimento.

É necessário considerar as diferenças entre o que é concebido e o que é percebido, resultante de ideologias e da atuação de sujeitos e grupos sociais dominantes. As imagens do território produzidas pela comunidade local são elas mesmas referências espaciais ambivalentes decorrentes da influência ideológica exercida pelos grupos sociais dominantes. Ou, como afirma Hall (2000, p. 112), as “identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir”.

O impacto das transformações da paisagem local, devido à presença turística e especulação imobiliária massivas, afeta o olhar da população local (ver figura 42), agora sujeita a efeitos de oportunidade (atividades, empregos, rendimentos etc.), mas também a constrangimentos, em particular, aqueles que ocorrem devido a novas regulamentações e restrições de uso do solo.

Figura 42. Fragmentos da paisagem litorânea de Trairi pelo olhar de moradores(as).



Fonte: Fotografias capturadas e cedidas por moradores(as), 2024/2025.

Para os moradores desses territórios, frequentemente excluídos dos processos de planejamento e das instâncias decisórias, o que permanece são paisagens profundamente transformadas, materializadas em muros, tapumes e frentes contínuas de edificações. Tais transformações expressam impactos significativos sobre a natureza, o progressivo confinamento e a privatização dos espaços públicos de lazer — uma vez que grandes empreendimentos passam a ocupar extensas áreas abertas das praias —, além de intensificar processos de fragmentação territorial e segregação socioespacial.

O Quadro 8 apresenta uma síntese dos resultados obtidos nas análises das diferentes localidades litorâneas, identificando os principais impactos urbanísticos e ambientais observados. As evidências reunidas indicam que a superação desses efeitos negativos da urbanização turística é urgente, uma vez que sua manutenção tende a aprofundar desequilíbrios e a comprometer, de forma cada vez mais grave, a sustentabilidade desses espaços.

Quadro 8. Síntese dos levantamentos nas localidades litorâneas de Trairi.

Localidade	Impactos da urbanização	Impactos ambientais
Mundaú	Falta de infraestrutura básica;	Degradação das dunas;
	Desigualdade socioeconômica;	Poluição do Rio Mundaú;
	Construções irregulares;	Supressão vegetal;
	Perda de identidade cultural.	Descaracterização da paisagem.
Emboaca	Falta de infraestrutura básica;	Degradação das dunas;
	Desigualdade socioeconômica.	Supressão vegetal; Conflitos entre pescadores e atletas de kitesurf.
Flecheiras	Desigualdade socioeconômica;	Degradação das dunas;
	Construções irregulares;	Esgoto a céu aberto direto no mar;
	Desvalorização de identidade cultural.	Acúmulo de lixo;
		Descaracterização da paisagem; Conflitos entre moradores e donos de estabelecimentos turísticos;
		Conflitos entre pescadores e donos de estabelecimentos turísticos.
Guajiru	Desigualdade socioeconômica;	Degradação das dunas;
	Construções irregulares;	Contaminação do solo e das águas pelo acúmulo de lixo;
		Descaracterização da paisagem.
Canabrava	Falta de infraestrutura básica;	Degradação das dunas;
	Construções irregulares.	Descaracterização da paisagem;

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

5.2 Síntese das Vozes dos Entrevistados

Conforme indicado na introdução, a pesquisa buscou identificar os principais grupos de atores envolvidos no processo de urbanização turística no município de Trairi, a saber: gestores públicos, empreendedores, moradores e turistas. Por meio desse recurso metodológico, buscou-se apreender como esses diferentes atores avaliam as articulações, os avanços, os desafios e os conflitos existentes entre as três dimensões centrais do estudo:

planejamento urbano, gestão ambiental e desenvolvimento do turismo. Neste subcapítulo, então, apresenta-se uma síntese dos aspectos mais recorrentes e relevantes mencionados pelos entrevistados.

Durante as visitas de campo, o contato com os sujeitos envolvidos ocorreu de forma gradual. Inicialmente, não houve interação direta, sobretudo no momento dos levantamentos fotográficos. Posteriormente, o vínculo com moradores das diferentes localidades litorâneas foi sendo construído por meio de abordagens informais, como conversas em mercearias ou em restaurantes à beira-mar. Essas interações, mais espontâneas e descontraídas, favoreceram o despertar da curiosidade dos interlocutores e possibilitaram a revelação de informações relevantes para a pesquisa.

A utilização de entrevistas semiestruturadas (Apêndice A) configurou-se como um importante instrumento de aproximação com o objeto empírico, ao possibilitar a escuta dos sujeitos da pesquisa e a compreensão de suas percepções, experiências e posicionamentos. As entrevistas foram orientadas por um roteiro prévio, responsável por direcionar o desenvolvimento da investigação, sem, contudo, restringir a autonomia da pesquisadora para realizar adaptações e redirecionamentos ao longo do processo. Esse roteiro contemplou os temas centrais necessários ao alcance dos objetivos propostos, sendo aplicado de forma padronizada a todos os participantes, ainda que com ajustes pontuais em função do perfil e do papel de cada entrevistado.

Cabe destacar que, por se tratar de uma região litorânea do interior, prevalece a dinâmica de proximidade social, na qual grande parte dos indivíduos se conhece, especialmente nos meios comercial e administrativo. Essa característica tende a gerar constrangimentos e receios quanto ao envolvimento em discussões que abordem problemáticas locais. Tal situação foi particularmente perceptível no âmbito das instituições públicas municipais, em um contexto marcado pela presença significativa de cargos comissionados.

Nesses casos, alguns gestores são nomeados com base em relações de confiança política, o que, por vezes, resulta na ocupação de funções estratégicas por profissionais sem a qualificação adequada. Como consequência, observa-se a predominância de interesses político-corporativos, expressa na recusa de participação em iniciativas que possam gerar questionamentos ou constrangimentos institucionais. Esse cenário contribui para a fragilidade da transparência administrativa e impõe obstáculos ao próprio processo de desenvolvimento local.

No âmbito desta pesquisa, a intenção de entrevistar os responsáveis pelos três órgãos considerados centrais — infraestrutura, meio ambiente e turismo — não se concretizou integralmente, uma vez que a Secretaria de Infraestrutura se mostrou inacessível. Por outro lado, no caso da Autarquia do Meio Ambiente e da Secretaria de Turismo, foi possível estabelecer uma aproximação mais efetiva, com disponibilidade de contato e relativo grau de transparência. Ainda que demonstrassem certa cautela em função de suas posições institucionais, os representantes desses órgãos se dispuseram a colaborar, contribuindo dentro das possibilidades de sua atuação.

Ao todo, foram realizadas 12 entrevistas, distribuídas entre gestores públicos (2), empreendedores (3), moradores(as) (6) e turistas (1). Destaca-se, contudo, a dificuldade de acesso aos empreendedores, que, em sua maioria, recusaram participar de entrevistas formais que demandassem respostas às questões objetivas e subjetivas previstas no roteiro. Observou-se uma resistência em se vincular à pesquisa ou em expor problemáticas que pudessem implicar a necessidade de interlocução com instituições públicas, mesmo quando tais questões impactavam diretamente seus negócios na área litorânea. Em conversas informais, alguns relataram a preferência por evitar envolvimento, expressa em posicionamentos como “melhor deixar como está”, evidenciando uma postura de acomodação tática diante das condições existentes.

No que se refere aos moradores(as), a pesquisadora, por também residir na área de estudo, adotou uma postura de distanciamento crítico, buscando apreender o contexto socioambiental a partir de diferentes perspectivas. Para tanto, priorizou o contato com moradores(as) que não integravam seu círculo social, o que resultou em interações pontuais voltadas à identificação das subjetividades presentes nesse cenário. Durante as visitas técnicas, conversas informais com distintos(as) moradores(as) contribuíram de maneira significativa para a compreensão da realidade vivida. No entanto, no âmbito das entrevistas semiestruturadas formais, observou-se que poucos(as) se sentiram à vontade para participar.

Muitos(as) moradores(as) do litoral trairiense demonstram receio em denunciar inconsistências e problemas nos locais onde vivem. Esse comportamento decorre de diferentes fatores, como a falta de informação, a descrença na efetividade de possíveis mudanças e, em alguns casos, a proximidade social com aqueles responsáveis pelos impactos observados. No que se refere aos turistas, o processo de obtenção de participantes mostrou-se ainda mais desafiador, uma vez que grande parte frequenta o litoral com o objetivo de descanso ou permanece por períodos curtos, o que reduz a disposição para participar de entrevistas formais. Como resultado, foi possível realizar apenas uma entrevista

semiestruturada, complementada por interações informais breves que, ainda assim, contribuíram para orientar a compreensão geral da pesquisa.

Após a conclusão das entrevistas, procedeu-se à sua transcrição e à análise comparativa dos conteúdos. Esse processo envolveu o exame minucioso dos temas previstos no roteiro, permitindo identificar recorrências, convergências e divergências entre os depoimentos. Embora as respostas reflitam, em muitos casos, os interesses, papéis institucionais e visões de mundo de cada grupo, observa-se uma convergência significativa quanto à insatisfação em relação a esse tema. Tal insatisfação é frequentemente associada à defasagem do Plano Diretor do município — principal instrumento de ordenamento e orientação do desenvolvimento urbano — vigente desde 2009, o que limita sua capacidade de responder às dinâmicas recentes e aos desafios impostos pela intensificação da urbanização turística.

A diretora da Autarquia do Meio Ambiente de Trairi, demonstra sua preocupação com a dificuldade em conciliar essas três dimensões, afirmando ser um desafio constante, em especial por não depender apenas de um lado. Ela relata que “a lei ambiental não é estática, ela é dinâmica, está sempre mudando. Uma lei nova aqui e daqui a pouco aprovam outra. E o nosso plano diretor fica como? Não tem como trabalhar em equilíbrio desse jeito”, e ainda complementa ao expor as dificuldades de integração, ao dizer que

“A secretaria de turismo, trabalhamos muito juntos, estamos sempre conversando. Já com a infraestrutura não temos essa abertura, e muita coisa que acontece no turismo tem que está em acordo com a infraestrutura. Essa questão de resíduos sólidos, por exemplo, não somos responsáveis por resíduos sólidos e mesmo assim é a autarquia que vem resolvendo, fazendo distribuição de coletores, educação ambiental nas escolas, nas comunidades. Muitas coisas que vamos carregando nas costas sozinhos e outras ficamos de mãos atadas, principalmente por depender de um plano diretor desatualizado. Eu gostaria de poder trabalhar com gestão compartilhada por aqui, mas infelizmente é difícil.”

– Diretora da Autarquia do Meio Ambiente de Trairi/CE, 2025.

Entre os(as) entrevistados(as), a defasagem do Plano Diretor municipal, vigente desde 2009, foi apontada como um aspecto central. A análise mais aprofundada dessa questão, contudo, foi limitada pela ausência de acesso à Secretaria de Infraestrutura, que se manteve reclusa e não disponibilizou informações relevantes, tanto para esta pesquisa quanto para a transparência pública de suas atividades. Em contrapartida, a Secretaria de Turismo e a Autarquia do Meio Ambiente se dispuseram a contribuir, fornecendo seus depoimentos e percepções sobre o tema. Outro entrevistado, integrante do Conselho de Turismo de Trairi, destaca a dificuldade de implementação das políticas urbanísticas, cuja inefetividade repercute diretamente na desestruturação do turismo no município.

“Por exemplo, quando eu tinha 14 anos e estudava em Flecheiras, a gente fez um planejamento com o Prodetur pro saneamento básico de Flecheiras. Juntou a escola, o pessoal do Prodetur, do turismo, da prefeitura, alguém do governo. Fizemos esse planejamento lá no Hotel Solar de Flecheiras, o primeiro hotel de lá, né. E aí o saneamento básico veio ser implantado recentemente, não tem nem 6 anos. Então, assim, demorou muito para acontecer e é dessa forma que acontece por aqui, não faz sentido o plano diretor até hoje não ter sido revisto, mas infelizmente só reforça o abandono.”

– Empreendedor de Flecheiras e membro do Conselho de Turismo de Trairi/CE, 2025.

A partir dos relatos obtidos, interpreta-se que a legislação urbanística de Trairi se encontra inadequada em relação à realidade atual. Entre os(as) entrevistados(as), observa-se consenso de que a principal fragilidade do município reside na desatualização do Plano Diretor, instrumento fundamental para orientar as novas dinâmicas e demandas decorrentes da urbanização turística. Em um contexto marcado pela intensificação da venda de terras e pela especulação imobiliária em um município turístico amparado por incentivos de políticas públicas, o Plano Diretor assume papel estratégico na conciliação entre o crescimento urbano, a preservação ambiental e o desenvolvimento do turismo, buscando equilibrar essas dimensões.

No entanto, um instrumento elaborado há cerca de 16 anos, em um momento em que o litoral de Trairi sequer ocupava posição central nas diretrizes de planejamento, mostra-se incapaz de responder às dinâmicas atuais do território. As vozes dos sujeitos envolvidos na gestão municipal foram fundamentais para evidenciar essa limitação, confirmando que a política urbana vigente se encontra desatualizada e em descompasso com as políticas ambiental e turística contemporâneas. Nesse cenário, as decisões de planejamento urbano tendem a desconsiderar os impactos ambientais e turísticos, criando brechas normativas e institucionais que favorecem a aprovação de grandes empreendimentos no litoral, com efeitos significativos sobre o território e suas paisagens.

De acordo com os depoimentos, os entrevistados identificam duas modalidades predominantes de turismo em Trairi. A primeira refere-se às segundas residências, que impulsionam a expansão de condomínios fechados e resorts de alto padrão à beira-mar. A segunda corresponde ao turismo de curta permanência, caracterizado pela utilização da infraestrutura ofertada pelos estabelecimentos locais. No entanto, conforme relata o proprietário de um restaurante tradicional em Flecheiras, o município carece de investimentos em rotas e produtos turísticos capazes de diversificar a experiência oferecida aos visitantes, limitando o potencial do turismo para além da lógica concentrada no litoral imediato. Em seu depoimento:

“O turismo não é só acomodação, não é só restaurante, não é só praia, ele requer uma cadeia toda organizada para acontecer. O turista vem, então tem que se preocupar com o que vamos oferecer a ele, algum espaço para visitar de artesanato, algum guia local que possa mostrar, mas aqui não tem. Não existe programa de informação de guia turístico, de artesanato. Eu até falo sobre criação de novos espaços de turismo, pois o turismo você cria, são ideais que você promove no meio e você vende.”

O entrevistado, que também atua como conselheiro no Conselho de Turismo de Trairi, expressa preocupação com o abandono da gestão pública diante do crescimento da atividade turística no município. Em sua avaliação, Trairi dispõe de um conjunto expressivo de potencialidades — como o artesanato local, as manifestações culturais e a diversidade de ambientes naturais — que poderiam ser mais bem valorizadas por meio de uma atuação articulada e compartilhada do poder público. Contudo, ele ressalta a dificuldade de promover essa integração:

“Já até foi discutido nas reuniões com o Sebrae que é um parceiro que intermedia isso, com relação a integrar as rotas turísticas no Canaã com as rapaduras, com a dança do coco do seu Moisés, tantos pontos turísticos para enriquecer nossa cultura do Trairi, mas não existe. Existe o que? O turista vem, visita a praia, faz um passeio de catamarã no Mundaú, senta na barraca, come e vai embora. Tem muito mais que pode aproveitar por aqui e levar artesanatos locais, ajudando na economia do município. Trairi é conhecido como o município das rendas, com a dona Raimundinha que é mestre da cultura e isso não é propagado, tem poucas ações ou quase nada. Não há incentivos municipais para nos ajudar no turismo.”

No que se refere ao turismo de segundas residências — segmento de grande relevância no município — observa-se um avanço significativo nos últimos cinco anos, especialmente na faixa entre Flecheiras e Guajiru, onde houve rápida expansão de loteamentos e condomínios fechados voltados a habitações de alto padrão. Esse modelo de empreendimento tem gerado tensões com os agentes econômicos locais, uma vez que sua lógica de funcionamento privilegia a autossuficiência interna. Os turistas sazonais, ao ocuparem residências amplas, frequentemente equipadas com piscina, acesso direto à praia e serviços integrados de hospedagem e alimentação, tendem a permanecer no interior desses espaços, reduzindo a necessidade de frequentar restaurantes e outros estabelecimentos da localidade.

A moradora “E”, residente em Guajiru e atuante como cozinheira, relata a existência de serviços temporários destinados a famílias que alugam casas em condomínios fechados. Em algumas situações, esses grupos trazem trabalhadores de outras localidades para auxiliar nas atividades domésticas; no entanto, na maioria dos casos, recorrem a moradores(as) locais, sobretudo como estratégia de redução de custos com transporte e hospedagem. Nesse sentido, esse tipo de empreendimento também se configura como uma importante fonte de

renda para a população local, conforme evidenciado no relato apresentado a seguir pela entrevistada.

“Eu pego serviço de passar o final de semana na casa da família só pra cozinhar mesmo. Eles contratam uma pessoa pra cozinhar e outra pra limpar e as vezes até babá se tiver alguma criança. Geralmente eles não saem de casa, ficam por lá nas piscinas ou vão ali no mar, mas basicamente é isso. Pra gente que vive de bico, ganhar em torno de 500 reais por final de semana é muito bom, e a gente ainda conhece aquelas mansões, entra naqueles lugares chiques que eu como moradora daqui não conseguiria pagar.”

Esse contexto revela a coexistência de perspectivas distintas entre os diversos atores sociais e problematiza a ideia de que a população local apenas se adapta passivamente aos impactos do turismo. Na prática, muitos moradores, diante da necessidade de garantir o sustento familiar, passam a ver nos grandes empreendimentos uma oportunidade de inserção econômica. Nesse processo, alterações no meio ambiente e na infraestrutura tendem a ser naturalizadas, enquanto as limitações das próprias condições de moradia são frequentemente aceitas como padrão, o que contribui para a reprodução de situações de precariedade.

Outros habitantes, por sua vez, constroem uma relação marcada pelo apego afetivo ao lugar, reconhecendo no território a base de suas memórias e trajetórias de vida. Sob essa perspectiva, a expansão de grandes empreendimentos é percebida de forma crítica, sobretudo pela transformação da paisagem e pela supressão da vegetação nativa. É o caso da moradora “G”, de Guajiru, que expressa sua insatisfação com as construções no entorno das dunas, responsáveis pela eliminação da planta guajiru, anteriormente fundamental para a subsistência de diversas famílias. Em seu relato, ela rememora que, durante a grande seca de 1958 no Ceará, a comunidade enfrentou severas dificuldades, chegando a se alimentar basicamente das sementes do guajiru com peixe. Ao articular essa memória com sua experiência atual, afirma:

“Se eu vender meus alimentos, meus artesanatos, feito de Guajiru, eu faço sustentabilidade, eu ganho meu dinheiro. Mas se eu não tiver essa sementinha eu não faço sem ela, porque aqui é a sementinha de Guajiru. Hoje eu fico triste já de procurar, sair procurando Guajiru e não conseguir fazer o óleo, não conseguir encontrar mais em abundância, que antes em 58 iríamos buscar Guajiru de caçoa nos jumentinhos pelas dunas para fazer almoço, pra comer com peixe. E hoje a gente vai e volta praticamente sem nada. Eu tenho investido na plantação para não se perder, mas é triste ver algo que tínhamos em abundância sendo destruído na nossa casa.”

As entrevistas semiestruturadas, orientadas por um roteiro previamente elaborado para garantir a coleta do maior número possível de informações relevantes, mostraram-se particularmente eficazes na etapa de análise dos dados. A combinação de questões objetivas, voltadas tanto à problematização dos aspectos centrais do tema quanto à mensuração do

grau de concordância dos participantes, permitiu o tratamento comparativo das respostas. A partir desse procedimento, foi possível calcular médias e hierarquizar os problemas identificados, do mais ao menos grave, com base nos depoimentos. Esse processo resultou na elaboração de um quadro-síntese (ver Quadro 9) que sistematiza os principais pontos observados, corroborando os estudos e os relatos apresentados anteriormente.

Quadro 9. Síntese da escala de problemas apontados nas entrevistas.

Aspectos analisados do mais grave para o menor	Média
Falta de integração entre políticas urbanas, turísticas e ambientais	5
Ocupações irregulares em áreas de preservação ou dunas	5
Descarte inadequado de resíduos sólidos em áreas de praias	5
Conflitos entre órgãos públicos sobre a gestão da orla	5
Participação popular nos processos de planejamento e decisão	5
Especulação imobiliária	5
Gestão de resíduos sólidos	4
Ocupação irregular e expansão urbana desordenada	4
Falta de áreas verdes e espaços públicos	4
Falta de saneamento básico	3
Poluição do ar, sonora ou hídrica	3
Conflitos entre moradores locais e empreendimentos turísticos	3
Conflitos entre interesses econômicos e preservação ambiental	3
Enchentes e alagamentos urbanos	2
Moradias em áreas de risco	2
Falta de fiscalização ambiental	2
Remoção ou exclusão de comunidades tradicionais	1

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

Do quadro-síntese depreende-se a identificação de seis problemas classificados como muito graves. Entre eles, sobressai a ausência de articulação entre as políticas urbana, turística e ambiental, visto com origens dos grandes problemas. As ocupações irregulares em áreas de preservação, especialmente em dunas, são apontadas como uma prática recorrente e motivo de preocupação, representando simultaneamente um desafio para a gestão pública e um dilema para os moradores, que vivenciam diretamente seus impactos. Destaca-se, ainda, o descarte inadequado de resíduos sólidos nas áreas de praia, associado à insuficiência de infraestrutura por parte do poder público. A inexistência de um sistema de coleta compatível com o volume de resíduos gerados tem levado à formação de acúmulos de lixo. Embora a autarquia ambiental de Trairi venha adotando medidas paliativas — como a instalação de coletores em espaços públicos e ações de educação ambiental —, tais

iniciativas mostram-se limitadas diante da ausência de suporte estrutural mais amplo, conforme relatado por sua direção.

Outros aspectos analisados, como a deficiência de saneamento básico e as diferentes formas de poluição — atmosférica, sonora e hídrica —, também evidenciam a desarticulação entre as dimensões urbana, ambiental e de gestão dos recursos hídricos, cuja integração é fundamental para resultados mais eficazes. Nas praias das localidades estudadas, persiste a presença de sistemas precários de esgotamento, frequentemente a céu aberto, o que tem provocado a contaminação do solo e dos corpos d'água.

Cabe destacar que a ausência de fiscalização ambiental não é percebida como um problema grave. Segundo os entrevistados, há presença significativa de ações fiscalizatórias; contudo, muitos entraves persistem devido à falta de articulação com outros setores, ultrapassando a competência exclusiva da autarquia ambiental. Além disso, intervenções como a remoção ou a segregação de comunidades tradicionais tendem a ser percebidas com relativa indiferença. Em parte, isso se relaciona ao fato de que a própria dinâmica de especulação imobiliária envolve a participação de moradores locais, que vendem suas casas e terrenos à beira-mar, como observado na área do Barreiro, em Flecheiras.

O conflito — ou a ausência de articulação — entre os órgãos públicos responsáveis pela gestão da zona litorânea adquire maior gravidade no contexto de Trairi diante da inexistência de mobilização e participação popular nos processos de planejamento e tomada de decisão. Os entrevistados convergem na percepção de abandono por parte do poder público em relação às comunidades locais. Em geral, iniciativas que deveriam ser submetidas à apreciação coletiva são conduzidas no âmbito interno da administração municipal, com divulgação limitada ou tardia, o que compromete a presença e o engajamento dos interessados. Como resultado, essas dinâmicas se perpetuam sem contestação efetiva.

Em síntese, o uso de entrevistas como estratégia metodológica mostrou-se fundamental para aprofundar a compreensão da urbanização turística, permitindo não apenas validar, mas também tensionar os principais aportes teóricos presentes na literatura. Ao incorporar as percepções e experiências dos atores locais, esse procedimento evidenciou a complexidade do fenômeno, marcado por dinâmicas econômicas, sociais e ambientais que se entrecruzam de maneira desigual no território. No caso do litoral de Trairi, os impactos identificados indicam que a atividade turística, em determinados contextos e sob múltiplos condicionantes, tende a escapar aos mecanismos de regulação e controle socioambiental, revelando limites institucionais e fragilidades nos processos de governança local.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar criticamente os impactos das transformações na paisagem litorânea do município de Trairi/CE, associadas ao processo de urbanização turística. Esse processo se intensificou a partir da década de 1990, impulsionado pela implementação de políticas públicas que ampliaram a visibilidade e a atratividade da região. Os resultados evidenciam um ritmo acelerado de urbanização, responsável por reconfigurações significativas no território costeiro, decorrentes sobretudo da lógica do turismo de massa e da expansão de ocupações sazonais. Tais dinâmicas, articuladas a estratégias de desenvolvimento turístico, têm contribuído para o avanço da especulação imobiliária e para a redefinição dos usos e valores atribuídos ao espaço litorâneo.

Com o intuito de aprofundar a compreensão do tema, a pesquisa primeiramente contemplou a realização de uma revisão bibliográfica e documental (objetivo específico I), voltada à análise dos processos e das ações que contribuíram para a configuração do atual modelo de urbanização turística em áreas litorâneas, com ênfase no litoral de Trairi. Esse esforço resultou na elaboração dos capítulos teóricos (capítulos 2 e 3), que reúnem aportes fundamentais para a interpretação da problemática investigada. A partir desse levantamento, foi possível examinar o estado da arte e evidenciar a relevância da articulação entre planejamento urbano, gestão ambiental e desenvolvimento turístico na análise dessas dinâmicas territoriais.

Neste momento, problematiza-se o modelo de urbanização que não consegue articular, de forma equilibrada, o desenvolvimento econômico com práticas sustentáveis de uso e ocupação do solo em áreas litorâneas. Ao abordar a urbanização turística como um processo atravessado por dinâmicas predatórias e por fragilidades no planejamento territorial, o estudo chama atenção para os riscos e impactos decorrentes da ocupação intensiva das zonas costeiras. Trata-se de ambientes intrinsecamente frágeis e dinâmicos, nos quais a pressão antrópica tende a intensificar processos de degradação. Nesse contexto, a expansão acelerada de edificações e o consumo ampliado de recursos contribuem para o agravamento de uma crise ambiental, ao mesmo tempo em que promovem a reconfiguração dos valores e das formas tradicionais de produção e apropriação do espaço.

A pesquisa também buscou compreender o arranjo institucional vigente das políticas públicas locais relacionadas à urbanização turística (objetivo específico II). No caso de Trairi, constatou-se um cenário marcado por desorganização administrativa e baixa transparência,

evidenciado, entre outros aspectos, pela ausência de um organograma formal que explicita a composição e a hierarquia dos órgãos municipais. Diante dessa lacuna, tornou-se necessário que a própria pesquisadora elaborasse uma estrutura organizacional a partir das informações gradualmente reunidas. Esse contexto de fragilidade institucional impôs obstáculos significativos ao acesso a documentos e à obtenção de dados, limitando a sistematização mais precisa das ações governamentais.

A identificação das transformações na paisagem litorânea de Trairi, decorrentes de sua inserção nas dinâmicas do turismo de massa e da ocupação sazonal (objetivo específico III), constituiu etapa central da análise. Foram examinadas cinco localidades praianas, com o objetivo de registrar mudanças e impactos sobre a configuração do território (capítulo 4). Para tanto, adotou-se como procedimentos metodológicos a análise de imagens de satélite e a realização de levantamento fotográfico, possibilitando dimensionar os efeitos dessas intervenções nas paisagens costeiras. Apesar das limitações no acesso a documentos oficiais, reconhece-se que esse percurso analítico demandaria um aprofundamento mais detalhado, com investigações mais minuciosas em cada uma das localidades estudadas, de modo a qualificar ainda mais a leitura crítica dos processos em curso.

A análise dos dados empíricos (capítulo 5) constituiu uma etapa particularmente desafiadora, na medida em que demandou a articulação entre evidências de campo e o referencial teórico, consolidando um quadro interpretativo integrado. Entre os principais achados, destaca-se a ausência de articulação entre as políticas de planejamento urbano, gestão ambiental e turismo no município, apontada como um dos principais entraves à construção de um modelo de desenvolvimento turístico sustentável. Além disso, a inexistência de perspectivas, ao menos no curto prazo, para o aprimoramento do planejamento e da coordenação das políticas públicas indica a tendência de manutenção de uma estrutura desordenada, cujos efeitos incidem de forma contínua sobre o meio ambiente e comprometem as condições de vida da população local.

Em Trairi, destacam-se os processos de dispersão urbana e de diferenciação socioespacial no litoral, associados à presença intensiva das atividades turísticas, que se concentram sobretudo nas áreas mais valorizadas, como Flecheiras e Guajiru, ou naquelas com potencial de valorização futura, como Canabrava. No conjunto, o território costeiro vem sendo reconfigurado por dinâmicas que contribuem para a degradação ambiental. Na base desse processo, observa-se a convergência entre investimentos públicos e estratégias do mercado, que, ao impulsionarem a valorização imobiliária, acabam por intensificar a segregação socioespacial e reforçar um padrão de urbanização marcado pela desigualdade.

Os resultados da pesquisa também apontam que é fundamental considerar o papel das relações de poder e dos regimes de representação na definição das leituras e das transformações da paisagem. Determinados grupos, detentores de maior capital político e econômico, tendem a impor suas interpretações, frequentemente em detrimento das percepções e interesses de segmentos marginalizados ou excluídos dos processos decisórios. Isso se evidencia na valorização de novas formas de uso e ocupação do território, como condomínios fechados e resorts de alto padrão. Neste caso, esses empreendimentos são vistos como símbolos de um desenvolvimento desejável de interesse para toda a população. O que não entra nesta narrativa é o fato desse processo ser socialmente excludente e ambientalmente contraditório.

Como contribuição, esta pesquisa evidencia a necessidade de aprofundar a análise das dinâmicas de poder que orientam a produção do espaço litorâneo, ao mesmo tempo em que aponta para a urgência de mecanismos institucionais capazes de assegurar uma participação efetivamente inclusiva nos processos decisórios. A construção de arenas mais democráticas de planejamento pode não apenas reduzir conflitos, mas também qualificar a gestão territorial, tornando-a mais sensível às múltiplas dimensões — sociais, ambientais e econômicas — que atravessam a urbanização turística. Nesse sentido, a reconhecida potencialidade do litoral de Trairi demanda a consolidação de um modelo de desenvolvimento que articule crescimento econômico com preservação ambiental e justiça socioespacial. Tal horizonte, contudo, depende da coordenação entre poder público, iniciativa privada e comunidades locais, em um arranjo de governança que seja capaz de conciliar interesses, regular usos e promover a sustentabilidade de longo prazo do território.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Enos Feitosa. As políticas públicas e o turismo litorâneo no Ceará: o papel da Região Metropolitana de Fortaleza. In **Sociedade e Território**, Natal, v. 23, n; 2, 2011.

ARAUJO, Enos Feitosa. **As políticas do turismo e os espaços litorâneos na região metropolitana de Fortaleza**. Dissertação de mestrado em Geografia, UFC, 2012.

ARAUJO, Cristina Pereira. Da Embratur à política nacional de turismo. In **Pós**, v.19, n.31, São Paulo, 2012.

ARAGÃO, Larissa de Pinho. **Geoecologia das paisagens estuarinas do Rio Mundau, Ceará, Brasil**. Dissertação de mestrado em Geografia, UFC, 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERQUE, Augustin. A cosmofania das realidades geográficas. In **Geograficidade**, v.7, N.2, Inverno 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: Sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1996.

BRANDÃO, A. L. R; CORIOLANO, L. N. M. T. Eixos do turismo: convencional e contra-hegemônico em Jericoacoara-CE. In **Revista Formação** (Online) Vol. 3; n. 23, mai-ago/2016; p. 101- 126. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 44.863 de 21 de novembro de 1958**. Institui a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro-1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso 30/03/2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Resolução Conama nº 237 de 19 de dezembro de 1997**. Dispõe sobre a revisão e complementação dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental. Brasil, 1997. Disponível em: https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama-&task=arquivo.download&id=237. Acesso 30/03/2024.

BRASIL. Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988. **Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17661.htm. Acesso 30/03/2024.

BRASIL. **Diagnóstico do Município de Trairi**. Programa de Recenseamento de fontes de abastecimento por água subterrânea no Estado do Ceará. Ministério de Minas e Energia, CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 5.300 de 07 de dezembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC. Dispõe

sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5300.htm. Acesso 02/04/2024.

BRITO, Mariana. V.; CADENA, Dirceu. Paisagem política: novas maneiras de olhar e agir nas metrópoles brasileiras. In **Geosp**, v.26, n.3, e-195605, dez. 2022. ISSN 2179-0892. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/195605>. Acesso 01/04/2024.

BRITO, Maevy dos Santos. **Análise geocológica e gestão ambiental do campo de dunas do Mundaú – Trairi (CE)**. Dissertação de mestrado em Geografia, UFC, 2024a.

CADENA, Dirceu. Política da paisagem e paisagem política em São Paulo. In **Mercator**, Fortaleza, v.20, e20008, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/mercator/a/NWqjvmTvdgPnQfy9yBZ-rPdf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso 29/03/2024.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. BONETTI, Lucas Araújo. Trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil. In **Revista Turismo y Desarrollo Local**, v. 8, n. 19, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A mundialidade do espaço**, in *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, p. 121-134. 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 85p., 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In CARLOS, A.F.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.

CAMPOS, Fabio Luís de. Urbanização turística e conservação ambiental: o litoral norte de São Paulo sob a ótica da divisão territorial do trabalho. In **Boletim Campineiro de Geografia**, v.14, n.2, 2024.

CARVALHO, Isabel C. M. Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas. In **Rev. Eletrônica Mest. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v. especial, 2008.

CARVALHO, Nicole S. F.S. CARDOSO, Gil C. C. FROTA, Antonio J. A. A construção do conceito de desenvolvimento sustentável à luz da teoria econômica: trajetória, desafios e perspectivas. In **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 53, n. 1, p. 156-167, 2022.

CASTRO, Tiago da Silva. **O sol nasce para todos? Planejamento, turistificação e urbanização litorânea na Costa do Sol Poente do Ceará** Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

CAVALCANTE, Juliana da Silva Ibiapina; ALOUFA, Magdi Ahmed Ibrahim. **Gerenciamento costeiro integrado no Brasil: uma análise qualitativa do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. DRd - Desenvolvimento Regional em debate, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 89–107, 2018.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Decreto nº 25.414 de 29 de março de 1999. APA do Estuário do Rio Mundaú.** Ceará, 1999. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/2013/01/25/decreto-no-25414-de-29-de-marco-de-1999/>

CEARÁ. Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – Setur. **Plano de manejo da área de proteção ambiental do estuário do rio Mundaú. Vol. 1 Diagnóstico Socioambiental.** Ceará, 2022. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2022/01/Vol-1-Diagnostico-Socioambiental-APA-do-Estuario-do-Rio-Mundau.pdf>

CEARÁ. Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – Setur. **Plano de manejo da área de proteção ambiental do estuário do rio Mundaú. Vol. 2 Análise Estratégica e Planejamento.** Ceará, 2022a. Disponível em: <https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2022/01/Vol-2-Analise-Estrategica-Planejamento-APA-do-Estuario-do-Rio-Mundau.pdf>

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. **Perfil Municipal de Trairi/CE.** Fortaleza, 2023. Disponível em: <http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-municipal.xhtml>

CEARÁ. **Diagnóstico participativo e cartografia social costeira do Ceará** [livro eletrônico]. Fortaleza, CE: Ed. Dos Autores, 2024.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. A Urbanização Turística: esboço para a definição de uma categoria do espaço social. In **Turismo em Análise**, vol.21, n.2, agosto 2010.

CORDEIRO, Leslie Tamboril; FARIAS, José Almir. Impulsos de uma paisagem subtraída. leituras do litoral turístico de TRAIRI/CE. In: **Anais ENANPARQ Encruzilhadas – convergências e dispersões.** Anais...Rio de Janeiro/RJ, FAU/UFRJ, 2024.

CORIOLANO, Luzia Neide M.T. A Exclusão e a Inclusão Social e o Turismo. In **PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Culturais**, V. 3, N. 2, p. 295-304, 2005.

CORIOLANO, Luzia Neide M.T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In LEMES, Amalia Inés G.; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura (org.). **América Latina: cidade, campo e turismo.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; BARBOSA, Luciana Maciel y SAMPAIO, Camila Freire. Veraneio, turismo e especulação imobiliária no Porto das Dunas - litoral cearense. In **Aportes y Transferencias**, 14(1), 43-58, 2010.

CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. BARBOSA, Luciana Maciel. Políticas territoriais de turismo no Nordeste: o Prodetur como estratégia socioeconômica. **Revista Geosaberes**, Fortaleza, v. 6, número especial (3), 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Editora Atica, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A.F.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 1, ed. São Paulo: Contexto, 2012.

COSGROVE, Denis. **Social formation and symbolic landscape**. Madison: University of Wisconsin Press, 1998a.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny. (org). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998b.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Imaginário Social Nordeste e Políticas de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro. In **Revista GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 22, p. 9-30, 2007.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral**. Eustógio Wanderley Correia Dantas. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. De resignificação das cidades litorâneas à metropolização turística. In: **Fortaleza: transformações na ordem urbana** / [edição] Maria Clélia Lustosa Costa, Renato Pequeno. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das metrópoles, 2015.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **O Nordeste desconstruído ou reconstruído?** CONFINS (PARIS), v. 1, p. 1, 2019.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. In **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, ano 01, número 01, 2002.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. FERREIRA, Angela Lúcia. CLEMENTINO, Maria do Livramento. [coordenação]. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

DIAS, D. F. F.; CORIOLANO, L. N. M. T. **Rebatimentos de políticas públicas de turismo no território da Costa Oeste do Ceará**. Tourism and Hospitality International Journal, 12(1), 105-121, 2019.

DIÁRIO DO NORDESTE, Jornal. (2025). **Avanço do mar causa processo erosivo em quase 50% do litoral do CE, e 16 praias têm maior risco**. Fonte eletrônica disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/avanco-do-mar-causa-processo-erosivo-em-quase-50-do-litoral-do-ce-e-16-praias-tem-maior-risco-veja-locais-1.3630796> (Acesso: 21/04/2025)

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira; BARBOSA, Stéfany Grayce Teixeira; MARTINS, Liziane Bezerra. Turismo e urbanização no litoral oeste da Região Metropolitana de Fortaleza. In **Anais do XII Colóquio internacional sobre Comércio e Cidade**. Vol. 7, N. 1, p. 755-768. São Paulo: Blucher, 2020.

DIOGENES, Beatriz H. Crescimento e dispersão urbana no eixo oeste de expansão metropolitana de Fortaleza. **Anais do IV Enanparq**, Porto Alegre, 2016.

DIOGENES, Beatriz H. Nogueira; PAIVA, Ricardo Alexandre. "Learning From Beach Park": O lugar do complexo turístico-imobiliário no processo de urbanização turística da Região Metropolitana de Fortaleza (CE). In **Anais do XVII Enanpur**, São Paulo, 2017.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira; BARBOSA, Stéfany Grayce Teixeira; MARTINS, Liziane Bezerra. Turismo e urbanização no litoral oeste da Região Metropolitana de Fortaleza. **Anais do XII Colóquio internacional sobre Comércio e Cidade**, vol.7, N.1, p.755-768. São Paulo: Blucher, 2020.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira; FARIAS, José Almir. Dinâmicas urbanas recentes no eixo oeste de expansão metropolitana de Fortaleza. In **Revista Thésis**, v. 4, n. 7, p. 193-211, 2023.

FAZENDA, Ivani C. Arantes. **Interdisciplinaridade: História, teoria e pesquisa**. Campinas/SP: Papirus, 1994.

FREIRE, D. F.; CORIOLANO, L. N. M. T. Rebatimentos de políticas públicas de turismo no território da costa oeste do Ceará. In **Tourism and Hospitality International Journal**, v. 12, p. 105-121, 2019.

GERLING, C. (Editor). **Manual de ecossistemas: marinhos e costeiros para educadores**. / Organização: Cynthia Gerling, Cynthia Ranieri, Luena Fernandes, Maria Teresa de J. Gouveia, Valéria Rocha. Santos, SP: Editora Comunnicar, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUITARRARA, Paloma. "**Maritimidade e continentalidade**"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/maritimidade-continentalidade.htm>. Acesso 12/11/2024.

GOMES, Pâmela Ketulin Mattos. SILVA, Lucia Helena Pereira. **Políticas de turismo no Rio de Janeiro pós-fusão: programas para interiorização do turismo no estado**. Revista Política e Planejamento Regional, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, 2017.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HENRIQUES, Eduardo Brito. A cidade, destino de turismo. In **Revista da Faculdade de Letras – Geografia**, série, v. XIX, p. 163-172, 2003.

HONÓRIO, Ícaro Coriolano; ROCHA, Isa de Oliveira. **Turismo e urbanização-metropolização no litoral do Nordeste e Sul brasileiro: Fortaleza e Florianópolis**. Research, Society and Development [S. L.], v.10, n.12, p.e48101220152, 2021. DOI: [10.33448/rsd-v10i12.20152](https://doi.org/10.33448/rsd-v10i12.20152). Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/20152>. Acesso em: 18 nov. 2025.

JOLIVEAU, Thierry. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: ACERALD, Henri (org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: Início – 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: O direito à cidade II** / Henri Lefebvre; tradução Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MACÊDO, Karla Maria Rios de. **Urbanização e turismo: um estudo da relação entre dois fenômenos**. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, v.11, n. 2, p. 152-176, 2021.

MASCARENHAS, Gilmar. Cenários contemporâneos da urbanização turística. In **Caderno Virtual de Turismo**. v. 4, n. 4, 2004.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço. Uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Manual Projeto Orla**. Ministério da Economia. Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União – Brasília: Ministério da Economia. 2022. 324p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Povos e comunidades tradicionais**. Fonte eletrônica disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais>, 2025. (Acesso: 28/10/2025)

MELO, Brenda Rozendo. **Marés, memórias e território: etnociência na comunidade pesqueira de Emboaca, litoral oeste do Ceará**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFC, 2021.

MENDES, Jocicléa de Sousa. **Dinâmica das paisagens do estuário do rio Mundaú: evolução espaço temporal e potencialidades ambientais**. 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

MENDES, Jocicléa de Sousa. GORAYEB, Adryane. MACHADO, Yanna Lira. SILVA, Edson Vicente. **Os grandes empreendimentos e as comunidades tradicionais: o caso da comunidade de Mundaú – Trairi, Ceará**. Revista Monografias Ambientais – REMOA, v. 14, n. 3, 2014.

MENDONÇA, Francisco; DANNI-OLIVEIRA, Inês Moresco. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

MMA. **Projeto Orla: fundamentos para gestão integrada** / Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: MMA, 2006.

MMA. **Avaliação dos zoneamentos ecológico-econômicos costeiros elaborados no Brasil**. Relatório final. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Brasil. 2017. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/outrasiniciativas/item/10-450.html>. Acessi 10/05/2025.

MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. **Turistificação e regeneração urbana: o caso do projeto Porto Maravilha na zona portuária do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 25, e202303, 2023.

MULLINS, Patrick. **Tourism urbanization**. International Journal of Urban Regional Research, v.15, n. 3, p. 326-342, 1991.

OLIVEIRA, Victor Hugo Holanda. **Gestão integrada da zona costeira como subsídio ao planejamento e ordenamento territorial de Flecheiras, Trairi, Ceará**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

OLIVEIRA, Mariana Alexandre de. **Análise geocológica da planície litorânea de Trairi-CE: Subsídios ao planejamento e ordenamento territorial**. Dissertação de mestrado, geografia. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022.

PACHECO, Jessica Maria da Silva. **Parques eólicos e desenvolvimento turístico: diagnóstico integrado nas comunidades de Mundaú e Emboaca, litoral oeste do Ceará**. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFC, 2020.

PAIVA, Ricardo Alexandre. DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Urbanização turística e infraestrutura na região metropolitana de Fortaleza: Impactos e conflitos. In **Revista Paisagens Híbridas**, v. 2, n. 2, 2022.

PAIVA, Ricardo A. DANTAS, Jose Lucas P. Espacializando a gentrificação turística na Região Metropolitana de Fortaleza. In: PAIVA, R.A.; PEREIRA, A.Q.; DIÓGENES, B.H.N. **Turismo, democracia e direito ao território**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2024.

PAIVA, Ricardo A. Turismo, Políticas Públicas e Urbanização na Região Metropolitana de Fortaleza. In: **Anais PPLA 2010: Seminário Política e Planejamento**, 2. Curitiba: Ambiens, 2010.

PAIVA, Ricardo A. Os impactos da “urbanização turística” no litoral de Fortaleza: fragmentação e diferenciação socioespacial. **Anais do XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-graduação em Turismo**, UECE, 2014a.

PAIVA, Ricardo A. Urbanização e políticas de turismo no Ceará, Brasil. In **Revista Turismo & Desenvolvimento**, RT&D, n. 21/22, 2014.

PEREIRA, A. Q. **Das cidades às metrópoles litorâneas: o papel da vilegiatura marítima moderna no Nordeste do Brasil.** In GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 16, n. 2, p. 05-15, 2012.

PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil.** Fortaleza: Edições UFC, 2014.

PEREIRA, Alexandre Q.; ABREU, L. M. Gestão de áreas urbano-litorâneas e os complexos turísticos e imobiliários no Nordeste do Brasil. In **Boletim Goiano de Geografia**, v. 42, p.01-30, 2022.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; COZIC, Bertrand; DANTAS, Eustógio. **Tradicionais e novos atrativos nos balneários turísticos na França e no Nordeste do Brasil.** CONFINS (PARIS), v. 3, p. 1-15, 2023.

PEREIRA, Alexandre Queiroz; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; VIEIRA, Kaio Duarte. **Brasil, país das segundas residências metropolitano-litorâneas.** CONFINS (PARIS), v. 1, p. 1-15, 2024.

PEREIRA, A. Q. DANTAS, E. W. C. GOMES, I. R. **Lazer na praia: segunda residência e imobiliário turístico no Nordeste.** / Alexandre Queiroz Pereira, Eustógio Wanderley Correia Dantas, Iara Rafaela Gomes – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** Nosso Futuro Comum. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

RUA, João. OLIVEIRA, Rogério R. FERREIRA, Alvaro. Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia. In RUA, João (org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia / organização.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007.

ROCHA, Juliana Dalboni. Adaptação das cidades costeiras brasileiras receptoras de impactos do aquecimento global. In PÊGO, B.; NAGAMINE, L.; KRUGER, C.; MOURA, R. **Fronteiras do Brasil: o litoral em sua dimensão fronteiriça.** Vol.8. Brasília: Ipea, 2023.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: Produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios** / Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (organizadores). – 1, ed, 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Coleção Idéias Sustentáveis. Organizadora: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 96p, 2000.

SANTIAGO, Zilsa Maria Pinto. PAIVA, Ricardo Alexandre. VANZELLA, Elídio (org.). **Turismo & Hotelaria no contexto da arquitetura e urbanismo.** João Pessoa: Editora do CCTA, 2023.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Vol. 1. São Paulo: Edusp, 2023.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SERRA, Geraldo G. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação** / Geraldo G. Serra. – São Paulo: Edusp: Mandarin, 2006.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na Geografia. In **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 7, p. 79-85, 2003.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital e a Produção do Espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edmond. Tercerespacio: extendiendo el alcance de la imaginación geográfica. In: BENACH, N.; ALBET, A. (Orgs.). **La perspectiva post moderna de un geógrafo radical**. Barcelona: Espacios Críticos, 2010. p. 181-209.

SOJA, Edward. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SOUZA, S. R.; FRANCISCO, A. **O método da cartografia em pesquisa qualitativa: estabelecendo princípios, desenhando caminhos**. Investigação Qualitativa em Saúde, v. 2, n. 1, p. 811-820, 2016.

SOUZA, E. PEREIRA, A. Q.; ARREORTUA, L. A. S. **Producción inmobiliaria y financiarización de complejos inmobiliário-turísticos en el Sur Global**. Revista de Geografía Norte Grande, v. 89, p. 1-20, 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Vitória Ferreira de; ALBUQUERQUE, José Lucas Marques; OLIVEIRA, Larissa Amorim de. **Urbanização turística em Paracuru-CE**. Anais do XVIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), v.18, 2024.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios** / Ana Fani Alessandri Carlos, Marcelo Lopes de Souza, Maria Encarnação Beltrão Sposito (organizadores). – 1, ed, 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.

TRAIRI. **Lei Orgânica do Município de Trairi**. Câmara Municipal de Trairi, Ceará, 2014.

TRAIRI. **Lei nº 460 de 04 de maio de 2009. Dispõe sobre o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Trairi e dá outras providências.** Prefeitura Municipal de Trairi, Ceará, 2009.

TRAIRI. **Lei nº 984 de 06 de dezembro de 2021.** Dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana no âmbito do Município de Trairi, compreendendo a Zona Urbana, Rural, Áreas da União e Sede, nos termos do art. 13, inciso I C/C, art. 30, I e § 2º da Lei Federal nº 13465 de 11/07/2017 e do Decreto Federal nº 9310/2018, na forma que indica e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Trairi, Ceará, 2021. Disponível em: https://www.trairi.ce.gov.br/arquivos/643/LEIS%20MUNICIPAIS_984_2021_0000001.pdf

TRAIRI. **Plano Municipal de Saneamento Básico: Abastecimento de água e esgotamento sanitário.** Prefeitura Municipal de Trairi, Ceará, 2021a.

TRAIRI. **Lei nº 972 de 15 de outubro de 2021. Dispõe sobre a criação da autarquia do meio ambiente do município de Trairi – AMAT e dá outras providências.** Prefeitura Municipal de Trairi, Ceará, 2021b. Disponível em: https://www.trairi.ce.gov.br/arquivos/620/LEIS%20MUNICIPAIS_972_2021_0000001.pdf

TRAIRI. **Lei nº 1170 de 31 de outubro de 2025. Institui a lei do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA e dá outras providências.** Trairi, Ceará, 2025. Disponível em: https://www.trairi.ce.gov.br/arquivos/1880/LEI_MUNICIPAL_1170_2025_0-000001.pdf. Acesso 10/05/2025.

TRAIRI. **Plano Municipal de Cultura de Trairi.** Prefeitura de Trairi, Ceará, 2024. Disponível em: https://www.trairi.ce.gov.br/arquivos/1152/PLANO%20MUNICIPAL%20DE%20CULTURA%20DE%20TRAIRI_0000001.pdf. Acesso 10/05/2025.

VIANNA, Andrea de Albuquerque. **Turismo e conflitos urbanos: uma história que ninguém quer contar.** Natal, RN: EDUFRN, 2017.

VIEIRA, Kaio Duarte. **O litoral habitado: uso residencial na costa oeste cearense.** Dissertação de mestrado em Geografia, UFC, 2024.

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. M. T. Impactos Socioambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil. In **Revista de Gestão Costeira Integrada**, 8(2):259-275, 2008.

YAZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar: Turismo, planejamento e cotidiano.** São Paulo: Contexto, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio (org.). **O Espaço da Diferença.** Campinas: Papius, 2000, p.80-103.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURA

AUTARQUIA DO MEIO AMBIENTE DE TRAIRI

Sou Léslie Tamboril Cordeiro, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAUD), da Universidade Federal do Ceará, pesquisadora do tema Impactos da urbanização turística no litoral de Trairi/CE. O presente roteiro compõe os instrumentais utilizados em campo como ferramenta de investigação acadêmica. Por se tratar de entrevista semiestruturada, outras perguntas podem surgir a partir das respostas fornecidas.

O objetivo é compreender como os atores e agentes percebem a articulação, os avanços, desafios e conflitos entre essas três dimensões — planejamento urbano, gestão ambiental e desenvolvimento do turismo — especialmente nas faixas litorâneas e de forte pressão territorial.

Orientações:

Informar que as respostas serão livres e serão gravadas, se autorizado.

Autoriza a gravação das respostas subjetivas? () Sim () Não

BLOCO I - IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

Nome: _____

Data da Entrevista: _____ Horário da Entrevista: _____

Nível de instrução

() Fundamental Incompleto () Fundamental Completo e Médio Incompleto () Ensino Médio Completo ou superior incompleto () Superior Completo () Pós-Graduação:

Cargo / Função: _____

Há quanto tempo atua na área de meio ambiente / turismo / planejamento urbano?

Quais são as principais atribuições do seu setor relacionadas a essas temáticas?

BLOCO II: SOBRE AS POLÍTICAS URBANA, AMBIENTAL E DE TURISMO NO MUNICÍPIO

Pergunta 1: Como você avalia a integração entre o planejamento urbano, as políticas ambientais e turísticas no município de Trairi e quais desafios para essa integração?

Pergunta 2: Existem instrumentos de planejamento (como Plano Diretor, Zoneamento, Planos Setoriais) que favorecem essa integração? Quais?

Pergunta 3: Quais são as leis atuais no município de Trairi para alguém que quer investir em empreendimentos turísticos como pousadas, por exemplo, nas praias? Qual embasamento seguir?

Pergunta 4: Questões de concordância: Para cada afirmação, indique se concorda totalmente, concorda parcialmente, discorda parcialmente ou discorda totalmente:

O município possui uma política ambiental efetiva e aplicada.

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

As decisões de planejamento urbano consideram de forma consistente os impactos ambientais e turísticos.

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

Há comunicação e cooperação entre as secretarias responsáveis por planejamento, meio ambiente e turismo.

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

Os instrumentos de planejamento urbano são atualizados e aplicados de forma participativa

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

Pergunta 5: Existem ações do município voltadas a sustentabilidade urbana? Se sim, quais? E quais desafios para implanta-las?

Pergunta 6: Escala de Problemas (1 a 5): Dê uma nota de 1 (sem problema) a 5 (problema muito grave) para o nível de dificuldade enfrentado pelo município na urbanização litorânea em relação aos seguintes aspectos:

a) Gestão de resíduos sólidos: _____

b) Ocupação irregular e expansão urbana desordenada: _____

c) Falta de saneamento básico (água, esgoto, drenagem): _____

d) Poluição do ar, sonora ou hídrica: _____

e) Falta de áreas verdes e espaços públicos : _____

f) Enchentes e alagamentos urbanos: _____

g) Falta de fiscalização ambiental: _____

h) Falta de integração entre políticas urbanas e ambientais: _____

i) Recursos financeiros insuficientes: _____

BLOCO III. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA FAIXA LITORÂNEA

Pergunta 7: Como o município realiza o controle e o ordenamento do uso e ocupação do solo nas faixas de praia?

Pergunta 8: Quais desafios o município enfrenta na fiscalização das áreas de praia?

Pergunta 9: Questões de concordância: Indique se concorda totalmente, concorda parcialmente, discorda parcialmente ou discorda totalmente:

A fiscalização é suficiente para coibir ocupações irregulares nas faixas de praia.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

O turismo e o desenvolvimento imobiliário são planejados considerando a capacidade ambiental da faixa litorânea de Trairi.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Há integração entre as políticas de uso do solo e as políticas ambientais para áreas de orla.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Pergunta 10: Escala de Problemas (1 a 5): Dê uma nota de 1 (sem problema) a 5 (problema muito grave) para os seguintes aspectos:

a) Erosão costeira causada por construções na orla: _____

b) Descarte inadequado de resíduos em áreas de praia: _____

BLOCO IV. FONTES DE POLUIÇÃO NAS FAIXAS DE PRAIA

Pergunta 11: Quais são as principais fontes de poluição nas praias do município (doméstica, turística, outra etc.)?

Pergunta 12: Existem sistemas de monitoramento ou ações de mitigação voltadas à qualidade da água e à limpeza das praias?

Pergunta 13: Como o turismo e as atividades econômicas locais influenciam na geração de resíduos e na poluição das praias?

Pergunta 14: Questões de concordância: Indique o grau de concordância:

A poluição nas faixas de praia é um problema recorrente no município.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

As ações de limpeza, fiscalização e educação ambiental são eficazes para manter as praias em boas condições.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Há participação da comunidade e dos empreendedores locais nas ações de preservação da orla.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

BLOCO V. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS FAIXAS DE PRAIA

Pergunta 15: Quais tipos de conflitos socioambientais são mais frequentes nas faixas de praia do município? (Ex.: disputas por uso do solo, retirada de populações tradicionais, uso turístico vs. ambiental, pesca vs. recreação etc.)

Pergunta 16: De que forma o poder público tem mediado esses conflitos?

Pergunta 17: Questões de concordância: Indique o grau de concordância:

As comunidades locais são ouvidas e respeitadas nos processos de decisão sobre o uso das praias.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

O turismo sustentável é uma prioridade na política municipal de gestão da orla.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Os conflitos socioambientais aumentaram nos últimos anos.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

BLOCO VI: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

Pergunta 18: Como a população participa das decisões de planejamento urbano. Ambiental e turístico? Existe algum conselho?

Pergunta 19: Questões de concordância: Indique seu grau de concordância:

A população é adequadamente informada sobre as políticas urbanas e ambientais.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

O município promove uma cultura de transparência e diálogo com a sociedade civil.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

A gestão ambiental municipal é participativa e democrática.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

BLOCO VII: PERSPECTIVAS FUTURAS E RECOMENDAÇÕES

Pergunta 20: Que mudanças ou melhorias você considera prioritárias para o município avançar em sustentabilidade urbana? Há boas práticas de outros municípios que poderiam servir de inspiração?

ENCERRAMENTO

Gostaria de acrescentar algum ponto que não foi abordado e que considera importante?
Deseja deixar alguma recomendação final ou reflexão sobre o tema?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURA

SECRETARIA DE TURISMO DE TRAIRI/CE

Sou Léslie Tamboril Cordeiro, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAUD), da Universidade Federal do Ceará, pesquisadora do tema Impactos da urbanização turística no litoral de Trairi/CE. O presente roteiro compõe os instrumentais utilizados em campo como ferramenta de investigação acadêmica. Por se tratar de entrevista semiestruturada, outras perguntas podem surgir a partir das respostas fornecidas.

O objetivo é compreender como os atores e agentes percebem a articulação, os avanços, desafios e conflitos entre essas três dimensões — planejamento urbano, gestão ambiental e desenvolvimento do turismo — especialmente nas faixas litorâneas e de forte pressão territorial.

Orientações:

Informar que as respostas serão livres e serão gravadas, se autorizado.

Autoriza a gravação das respostas subjetivas? () Sim () Não

BLOCO I - IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

Nome: _____

Data da Entrevista: _____ Horário da Entrevista: _____

Nível de instrução

() Fundamental Incompleto () Fundamental Completo e Médio Incompleto () Ensino Médio Completo ou superior incompleto () Superior Completo () Pós-Graduação:

Cargo / Função: _____

Há quanto tempo atua na área de turismo?

Quais são as principais atribuições do seu setor relacionadas ao planejamento urbano e meio ambiente?

BLOCO II: SOBRE AS POLÍTICAS URBANA, AMBIENTAL E DE TURISMO NO MUNICÍPIO

Pergunta 1: Como você avalia a integração entre o planejamento urbano e as políticas de turismo e ambiental do município de Trairi?

Pergunta 2: Existem instrumentos de planejamento (plano diretor, planos setoriais) que favorecem essa integração? Quais?

Pergunta 3: Quais são as leis atuais no município de Trairi para empreendedores turísticos? Existe algum incentivo municipal?

Pergunta 4: Questões de concordância: Para cada afirmação, indique se concorda totalmente, concorda parcialmente, discorda parcialmente ou discorda totalmente:

O município possui uma política turística efetiva e aplicada.

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

As decisões de planejamento urbano consideram de forma consistente os impactos turísticos e ambientais.

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

Há comunicação e cooperação entre as secretarias responsáveis por planejamento, meio ambiente e turismo.

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

Os instrumentos de planejamento urbano são atualizados e aplicados de forma participativa

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

Pergunta 5: Existem ações do município voltadas a sustentabilidade urbana? Se sim, quais? E quais desafios para implantá-las?

Pergunta 6: Escala de Problemas (1 a 5): Dê uma nota de 1 (sem problema) a 5 (problema muito grave) para o nível de dificuldade enfrentado pelo município na urbanização litorânea em relação aos seguintes aspectos:

a) Gestão de resíduos sólidos: _____

b) Ocupação irregular e expansão urbana desordenada: _____

c) Falta de saneamento básico (água, esgoto, drenagem): _____

d) Poluição do ar, sonora ou hídrica: _____

e) Falta de áreas verdes e espaços públicos : _____

f) Enchentes e alagamentos urbanos: _____

g) Falta de fiscalização ambiental: _____

h) Falta de integração entre políticas urbanas e ambientais: _____

i) Recursos financeiros insuficientes: _____

BLOCO III. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA FAIXA LITORÂNEA

Pergunta 7: Como o município realiza o controle e o ordenamento do uso e ocupação do solo nas faixas de praia?

Pergunta 8: Quais desafios o município enfrenta na organização territorial das áreas, locais e bens de interesse turístico?

Pergunta 9: Questões de concordância: Indique o grau de concordância:

A fiscalização é suficiente para coibir ocupações irregulares nas faixas de praia.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

O turismo e o desenvolvimento imobiliário são planejados considerando a capacidade ambiental da faixa litorânea de Trairi.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Há integração entre as políticas de uso do solo e as políticas turísticas e ambientais para áreas de orla.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Pergunta 10: Escala de Problemas (1 a 5): Dê uma nota de 1 (sem problema) a 5 (problema muito grave) para os seguintes aspectos:

a) Ocupações turísticas irregulares em áreas de preservação ou dunas: _____

b) Pressão imobiliária e turística sobre áreas de praia (restinga / manguezal): _____

BLOCO IV. FONTES DE POLUIÇÃO NAS FAIXAS DE PRAIA

Pergunta 11: Quais são as principais fontes de poluição nas praias do município (doméstica, turística, outra etc.)?

Pergunta 12: Existem sistemas de monitoramento ou ações de mitigação voltadas à qualidade da água e à limpeza das praias?

Pergunta 13: Como o turismo e as atividades econômicas locais influenciam na geração de resíduos e na poluição das praias?

Pergunta 14: Questões de concordância: Indique o grau de concordância:

A poluição nas faixas de praia é um problema recorrente no município.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

As ações de limpeza, fiscalização e educação ambiental são eficazes para manter as praias em boas condições.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Há participação da comunidade e dos empreendedores locais nas ações de preservação da orla.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

BLOCO V. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS FAIXAS DE PRAIA

Pergunta 15: Quais tipos de conflitos socioambientais são mais frequentes nas faixas de praia do município? (Ex.: disputas por uso do solo, retirada de populações tradicionais, uso turístico vs. ambiental, pesca vs. recreação etc.)

Pergunta 16: De que forma o poder público tem mediado esses conflitos?

Pergunta 17: Questões de concordância: Indique o grau de concordância:

As comunidades locais são ouvidas e respeitadas nos processos de decisão sobre o uso das praias.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

O turismo sustentável é uma prioridade na política municipal de gestão da orla.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Os conflitos socioambientais aumentaram nos últimos anos.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

BLOCO VI: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

Pergunta 18: Como a população participa das decisões de planejamento turístico? Existe algum conselho?

Pergunta 19: Questões de concordância: Indique seu grau de concordância:

A população é adequadamente informada sobre as políticas urbanas, turísticas e ambientais.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

O município promove uma cultura de transparência e diálogo com a sociedade civil.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

A gestão ambiental e turística municipal é participativa e democrática.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

BLOCO VII: PERSPECTIVAS FUTURAS E RECOMENDAÇÕES

Pergunta 20: Que mudanças ou melhorias você considera prioritárias para o município avançar em sustentabilidade urbana? Há boas práticas de outros municípios que poderiam servir de inspiração?

ENCERRAMENTO

Gostaria de acrescentar algum ponto que não foi abordado e que considera importante?

Deseja deixar alguma recomendação final ou reflexão sobre o tema?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURA

EMPREENDEDORES LOCAIS

Sou Léslie Tamboril Cordeiro, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAUD), da Universidade Federal do Ceará, pesquisadora do tema Impactos da urbanização turística no litoral de Trairi/CE. O presente roteiro compõe os instrumentais utilizados em campo como ferramenta de investigação acadêmica. Por se tratar de entrevista semiestruturada, outras perguntas podem surgir a partir das respostas fornecidas.

O objetivo é compreender como os atores e agentes percebem a articulação, os avanços, desafios e conflitos entre essas três dimensões — planejamento urbano, gestão ambiental e desenvolvimento do turismo — especialmente nas faixas litorâneas e de forte pressão territorial.

Orientações:

Informar que as respostas serão livres e serão gravadas, se autorizado.

Autoriza a gravação das respostas subjetivas? () Sim () Não

BLOCO I - IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

Nome: _____

Data da Entrevista: _____ Horário da Entrevista: _____

Nível de instrução

() Fundamental Incompleto () Fundamental Completo e Médio Incompleto () Ensino Médio Completo ou superior incompleto () Superior Completo () Pós-Graduação:

Cargo / Função: _____

Há quanto tempo tem o empreendimento?

Qual a importância do seu empreendimento para a localidade?

BLOCO II: SOBRE AS POLÍTICAS URBANA, AMBIENTAL E DE TURISMO NO MUNICÍPIO

Pergunta 1: Como você avalia a integração entre o planejamento urbano e as políticas ambientais e turísticas no município de Trairi?

Pergunta 2: Existem instrumentos de planejamento (como Plano Diretor, Zoneamento, Planos Setoriais) que favorecem essa integração? Quais?

Pergunta 3: Questões de concordância: Para cada afirmação, indique se concorda totalmente, concorda parcialmente, discorda parcialmente ou discorda totalmente:

O município possui políticas urbanas, turísticas e ambientais efetivas e aplicadas.

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

As decisões de planejamento urbano consideram de forma consistente os impactos ambientais e turísticos.

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

Há comunicação e cooperação entre as secretarias responsáveis por planejamento, meio ambiente e turismo.

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

Os instrumentos de planejamento urbano são atualizados e aplicados de forma participativa

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

Pergunta 4: Existem ações do município voltadas a sustentabilidade urbana? Se sim, quais?

Pergunta 5: E quanto ao turismo? Existe iniciativa inovadora ou boas práticas como por exemplo o turismo comunitário ou ecoturismo?

Pergunta 6: Escala de Problemas (1 a 5): Dê uma nota de 1 (sem problema) a 5 (problema muito grave) para o nível de dificuldade enfrentado pelo município na urbanização litorânea em relação aos seguintes aspectos:

a) Gestão de resíduos sólidos: _____

b) Ocupação irregular e expansão urbana desordenada: _____

c) Falta de saneamento básico (água, esgoto, drenagem): _____

d) Poluição do ar, sonora ou hídrica: _____

e) Falta de áreas verdes e espaços públicos : _____

f) Enchentes e alagamentos urbanos: _____

g) Moradia em áreas de risco: _____

h) Falta de fiscalização ambiental: _____

i) Falta de integração entre políticas urbanas e ambientais: _____

j) Recursos financeiros insuficientes: _____

BLOCO III. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NA FAIXA LITORÂNEA

Pergunta 7: Como o município realiza o controle e o ordenamento do uso e ocupação do solo nas faixas de praia e quais desafios você enxerga?

Pergunta 8: Questões de concordância: Indique o grau de concordância.

O município possui normas claras e atualizadas para o uso e ocupação do solo nas áreas de praia.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

A fiscalização é suficiente para coibir ocupações irregulares nas faixas de praia.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

O turismo e o desenvolvimento imobiliário são planejados considerando a capacidade ambiental da faixa litorânea de Trairi.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Pergunta 9: Escala de Problemas (1 a 5): Dê uma nota de 1 (sem problema) a 5 (problema muito grave) para os seguintes aspectos:

a) Ocupações irregulares em áreas de preservação ou dunas: _____

b) Descarte inadequado de resíduos em áreas de praia: _____

BLOCO IV. FONTES DE POLUIÇÃO NAS FAIXAS DE PRAIA

Pergunta 10: Quais são as principais fontes de poluição nas praias que você observa?

Pergunta 11: Existem sistemas de monitoramento ou ações de mitigação voltadas à qualidade da água e à limpeza das praias?

Pergunta 12: Questões de concordância: Indique o grau de concordância:

A poluição nas faixas de praia é um problema recorrente no município.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

As ações de limpeza, fiscalização e educação ambiental são eficazes para manter as praias em boas condições.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Há participação da comunidade e dos empreendedores locais nas ações de preservação da orla.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Os efluentes domésticos e comerciais são adequadamente tratados antes do lançamento em áreas costeiras.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

BLOCO V. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS FAIXAS DE PRAIA

Pergunta 13: Quais tipos de conflitos socioambientais são mais frequentes nas faixas de praia do município? (Ex.: disputas por uso do solo, retirada de populações tradicionais, uso turístico vs. ambiental, pesca vs. recreação etc.)

Pergunta 14: Você sentiu impactos sobre seu empreendimento com o crescimento turístico na região? Se sim, quais? O poder público auxilia de alguma forma esses conflitos?

Pergunta 15: Em relação ao seu empreendimento, existe alguma ação ambiental que praticam ou desejam começar? Qual desafio para atribuir?

Pergunta 16: Questões de concordância: Indique o grau de concordância:

O município possui mecanismos eficazes para prevenir e resolver conflitos socioambientais nas faixas litorâneas.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

As comunidades locais são ouvidas e respeitadas nos processos de decisão sobre o uso das praias.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

O turismo sustentável é uma prioridade na política municipal de gestão da orla.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Os conflitos socioambientais aumentaram nos últimos anos.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Pergunta 17: Escala de Problemas (1 a 5): Dê uma nota de 1 (sem problema) a 5 (problema muito grave):

a) Conflitos entre moradores locais e empreendimentos turísticos: _____

b) Conflitos entre interesses econômicos e preservação ambiental: _____

c) Falta de espaços públicos de acesso livre à praia: _____

d) Remoção ou exclusão de comunidades tradicionais ou pescadores: _____

e) Conflitos entre órgãos públicos (municipais, estaduais, federais) sobre gestão da orla: _____

BLOCO VI: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

Pergunta 18: Como a população participa das decisões de planejamento urbano. Turístico e ambiental?

Pergunta 19: Questões de concordância: Indique seu grau de concordância:

A população é adequadamente informada sobre as políticas urbanas e ambientais.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

O município promove uma cultura de transparência e diálogo com a sociedade civil.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

A gestão ambiental municipal é participativa e democrática.

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

BLOCO VII: PERSPECTIVAS FUTURAS E RECOMENDAÇÕES

Pergunta 20: Que mudanças ou melhorias você considera prioritárias para o município avançar em sustentabilidade urbana? Há boas práticas de outros municípios que poderiam servir de inspiração?

ENCERRAMENTO

Gostaria de acrescentar algum ponto que não foi abordado e que considera importante?
Deseja deixar alguma recomendação final ou reflexão sobre o tema?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURA

MORADORES(AS) DAS LOCALIDADES LITORÂNEAS

Sou Léslie Tamboril Cordeiro, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAUD), da Universidade Federal do Ceará, pesquisadora do tema Impactos da urbanização turística no litoral de Trairi/CE. O presente roteiro compõe os instrumentais utilizados em campo como ferramenta de investigação acadêmica. Por se tratar de entrevista semiestruturada, outras perguntas podem surgir a partir das respostas fornecidas.

O objetivo é compreender como os atores e agentes percebem a articulação, os avanços, desafios e conflitos entre essas três dimensões — planejamento urbano, gestão ambiental e desenvolvimento do turismo — especialmente nas faixas litorâneas e de forte pressão territorial.

Orientações:

Informar que as respostas serão livres e serão gravadas, se autorizado.

Autoriza a gravação das respostas subjetivas? () Sim () Não

BLOCO I - IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

Nome: _____

Data da Entrevista: _____ Horário da Entrevista: _____

Nível de instrução

() Fundamental Incompleto () Fundamental Completo e Médio Incompleto () Ensino Médio Completo ou superior incompleto () Superior Completo () Pós-Graduação:

Profissão: _____

Há quanto tempo mora nessa localidade?

BLOCO II: TRANSFORMAÇÕES DO AMBIENTE

Pergunta 1: Como era essa região antes do aumento de empreendimentos turísticos?

Pergunta 2: Você percebeu alguma mudança no ambiente?

Pergunta 3: Ocorreram mudanças nas relações entre moradores(as) e turistas?

Pergunta 4: Houve alguma ação de melhoria dessa região por parte da prefeitura que beneficiou os moradores locais?

Pergunta 5: Questões de concordância: Para cada afirmação, indique se concorda totalmente, concorda parcialmente, discorda parcialmente ou discorda totalmente:

O turismo beneficiou melhorias para as comunidades locais.

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

Os incentivos da prefeitura frente ao avanço turístico incluem de forma participativa a população local.

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

Há comunicação e cooperação entre os órgãos municipais e a população local.

() concorda totalmente () concorda parcialmente () discorda parcialmente () discorda totalmente

Pergunta 6: Existem ações do município voltadas a sustentabilidade urbana? Se sim, quais? E quais desafios para implanta-las?

Pergunta 7: Escala de Problemas (1 a 5): Dê uma nota de 1 (sem problema) a 5 (problema muito grave) para o nível de dificuldade enfrentado pelo município na urbanização litorânea em relação aos seguintes aspectos:

a) Gestão de resíduos sólidos: _____

b) Ocupação irregular: _____

c) Falta de saneamento básico (água, esgoto, drenagem): _____

d) Poluição do ar, sonora ou hídrica: _____

e) Falta de áreas verdes e espaços públicos : _____

f) Enchentes e alagamentos urbanos: _____

g) Falta de fiscalização ambiental: _____

h) Falta de participação popular nas decisões de planejamento: _____

i) Recursos financeiros insuficientes: _____

BLOCO IV. FONTES DE POLUIÇÃO NAS FAIXAS DE PRAIA

Pergunta 8: Quais são as principais fontes de poluição nas praias do município (esgoto, lixo, falta de limpeza pública)?

Pergunta 9: Existem sistemas de monitoramento ou ações de mitigação voltadas à qualidade da água e à limpeza das praias?

Pergunta 10: Como é realizada a limpeza pública da sua comunidade? Há conflitos entre a prefeitura e os moradores?

Pergunta 11: Como o turismo e as atividades econômicas locais influenciam na geração de resíduos e na poluição das praias?

Pergunta 12: Questões de concordância: Indique o grau de concordância:

A poluição nas faixas de praia é um problema recorrente no município.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

As ações de limpeza, fiscalização e educação ambiental são eficazes para manter as praias em boas condições.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Há participação da comunidade e dos empreendedores locais nas ações de preservação da orla.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

BLOCO V. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS FAIXAS DE PRAIA

Pergunta 13: Quais tipos de conflitos socioambientais são mais frequentes nas faixas de praia do município? (Ex.: disputas por uso do solo, retirada de populações tradicionais, uso turístico vs. ambiental, pesca vs. recreação etc.)

Pergunta 14: De que forma o poder público tem mediado esses conflitos?

Pergunta 15: Há participação efetiva das comunidades locais, associações e empreendedores nas discussões sobre o uso da orla?

Pergunta 16: Questões de concordância: Indique o grau de concordância:

As comunidades locais são ouvidas e respeitadas nos processos de decisão sobre o uso das praias.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

O turismo sustentável é uma prioridade na política municipal de gestão da orla.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

Os conflitos socioambientais aumentaram nos últimos anos.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

BLOCO VI: PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

Pergunta 17: Como a população participa das decisões de planejamento urbano, turístico e ambiental? Existe algum conselho?

Pergunta 18: Há iniciativas da própria comunidade para lidar com os impactos do turismo?

Pergunta 19: Você sente que a cultura local tem sido valorizada ou descaracterizada com o avanço do turismo na região?

Pergunta 20: Questões de concordância: Indique seu grau de concordância:

A população é adequadamente informada sobre as políticas urbanas, turísticas e ambientais.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

O município promove uma cultura de transparência e diálogo com a sociedade civil.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

A gestão ambiental e turística municipal é participativa e democrática.

concorda totalmente concorda parcialmente discorda parcialmente discorda totalmente

BLOCO VII: PERSPECTIVAS FUTURAS E RECOMENDAÇÕES

Pergunta 21: Que mudanças ou melhorias você considera prioritárias para o município avançar em turismo sustentável? Que tipo de turismo você gostaria de ver na sua comunidade?

ENCERRAMENTO

Gostaria de acrescentar algum ponto que não foi abordado e que considera importante?
Deseja deixar alguma recomendação final ou reflexão sobre o tema?